

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	7
Demonstração do Resultado	10
Demonstração do Resultado Abrangente	12
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	13

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	15
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	16
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	20
Balanço Patrimonial Passivo	22
Demonstração do Resultado	24
Demonstração do Resultado Abrangente	26
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	27

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	29
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	30
Demonstração de Valor Adicionado	31

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	33
Notas Explicativas	43
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	134

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	139
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	144
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	146

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.825.185
Preferenciais	3.686.326
Total	7.511.511
Em Tesouraria	
Ordinárias	25.786
Preferenciais	25.786
Total	51.572

#Error

#Error

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião de Diretoria	29/12/2015	Dividendo	25/02/2016	Ordinária		2,02741
Reunião de Diretoria	29/12/2015	Dividendo	25/02/2016	Preferencial		2,23015
Reunião de Diretoria	29/12/2015	Juros sobre Capital Próprio	25/02/2016	Preferencial		1,77398
Reunião de Diretoria	29/12/2015	Juros sobre Capital Próprio	25/02/2016	Preferencial		1,95138
Reunião de Diretoria	29/06/2016	Juros sobre Capital Próprio	26/08/2016	Ordinária		0,63429
Reunião de Diretoria	29/06/2016	Juros sobre Capital Próprio	26/08/2016	Preferencial		0,69772
Reunião do Conselho de Administração	29/12/2016	Dividendo	23/02/2017	Ordinária		1,77662
Reunião do Conselho de Administração	29/12/2016	Dividendo	23/02/2017	Preferencial		1,95428
Reunião do Conselho de Administração	29/12/2016	Juros sobre Capital Próprio	23/07/2017	Ordinária		4,25119
Reunião do Conselho de Administração	29/12/2016	Juros sobre Capital Próprio	23/02/2017	Preferencial		4,67631

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	752.986.536	728.288.450	627.901.762
1.01	Ativo Circulante	451.755.119	412.689.314	370.486.098
1.01.01	Disponibilidades	5.513.365	5.231.627	4.697.744
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	80.312.979	74.010.064	60.185.099
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	47.405.162	31.837.273	24.704.208
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	21.909.362	20.342.010	24.025.157
1.01.02.03	Aplicações em Moedas Estrangeiras	10.998.455	21.830.781	11.455.734
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	97.187.849	50.644.888	63.656.319
1.01.03.01	Carteira Própria	40.300.328	15.371.552	9.074.933
1.01.03.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	45.744.640	26.353.218	50.834.783
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	11.087.166	6.939.495	2.532.340
1.01.03.05	Vinculados ao Banco Central	12.379	537.278	492.584
1.01.03.06	Vinculados à Prestação de Garantias	42.409	1.442.526	721.550
1.01.03.07	Moedas de Privatização	927	819	129
1.01.04	Relações Interfinanceiras	62.355.313	54.869.025	29.944.240
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1.179	1.778	2.120
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	60.821.548	54.829.213	29.904.904
1.01.04.03	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	1.742	2.456	962
1.01.04.04	Repasse Interfinanceiros	1.507.241	0	0
1.01.04.05	Correspondentes	23.603	35.578	36.254
1.01.06	Operações de Crédito	72.774.540	83.380.887	81.058.136
1.01.06.01	Setor Público	3.024	56.406	72.473
1.01.06.02	Setor Privado	76.601.989	86.512.527	83.625.461
1.01.06.03	Operações de Crédito Vinculados a Cessão	0	204	6.175
1.01.06.04	(Provisão para Operações de Créditos Liquidação Duvidosa)	-3.830.473	-3.188.250	-2.645.973
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	4	1	16
1.01.07.01	Setor Privado	5	6	17
1.01.07.02	(Provisão para Créditos Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	-1	-5	-1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.01.08	Outros Créditos	132.633.521	143.631.937	130.099.088
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	1.062	844	29
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	89.829.757	94.642.636	84.963.646
1.01.08.03	Rendas a Receber	1.459.653	745.898	755.548
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	1.527.178	1.587.363	2.921.983
1.01.08.05	Créditos Tributários	8.234.581	8.063.063	5.708.490
1.01.08.06	Diversos	31.949.644	38.919.702	36.043.378
1.01.08.07	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-368.354	-327.569	-293.986
1.01.09	Outros Valores e Bens	977.548	920.885	845.456
1.01.09.02	Outros Valores e Bens	740.639	721.710	523.153
1.01.09.03	(Provisões para Desvalorizações)	-78.412	-73.736	-49.364
1.01.09.04	Despesas Antecipadas	315.321	272.911	371.667
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	274.424.155	286.568.316	225.516.009
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.812.506	13.497.719	8.518.194
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	14.812.506	13.497.719	8.518.194
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	126.433.127	146.319.775	111.452.568
1.02.02.01	Carteira Própria	28.560.600	26.292.498	14.466.343
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	80.468.239	91.063.021	73.504.762
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.763.824	13.237.376	5.967.031
1.02.02.04	Vinculados ao Banco Central	3.032.518	5.679.037	8.366.725
1.02.02.05	Moedas de Privatização	1.846	2.387	2.796
1.02.02.06	Vinculados à Prestação de Garantias	7.606.100	10.045.456	9.144.911
1.02.03	Relações Interfinanceiras	167.818	167.818	167.818
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	167.818	167.818	167.818
1.02.05	Operações de Crédito	84.068.998	85.225.495	76.841.269
1.02.05.01	Setor Público	63.205	62.014	81.487
1.02.05.02	Setor Privado	96.120.967	96.773.748	87.144.124
1.02.05.03	Operações de Crédito Vinculados a Cessão	164.402	196.634	265

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.02.05.04	(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	-12.279.576	-11.806.901	-10.384.607
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	2	14	26
1.02.06.01	Setor Privado	2	20	126
1.02.06.02	(Provisão para Créditos Arrendamento Mercantil Liquidação Duvidosa)	0	-6	-100
1.02.07	Outros Créditos	48.306.300	40.692.028	27.951.918
1.02.07.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	53.524	26.851	42.028
1.02.07.02	Carteira de Câmbio	2.316.371	1.764.903	764.878
1.02.07.03	Rendas a Receber	213.362	216.852	311.834
1.02.07.04	Negociação e Intermediação de Valores	0	0	144.737
1.02.07.05	Créditos Tributários	15.548.383	23.067.813	13.931.827
1.02.07.06	Diversos	30.476.712	15.886.443	12.970.972
1.02.07.07	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-302.052	-270.834	-214.358
1.02.08	Outros Valores e Bens	635.404	665.467	584.216
1.02.08.01	Investimentos Temporários	101.801	101.801	101.801
1.02.08.02	(Provisões para Perdas)	-1.765	-1.765	-1.765
1.02.08.03	Despesas Antecipadas	535.368	565.431	484.180
1.03	Ativo Permanente	26.807.262	29.030.820	31.899.655
1.03.01	Investimentos	16.500.112	17.170.957	16.504.886
1.03.01.02	Participações em Controladas	16.480.840	17.152.711	16.487.039
1.03.01.02.01	No País	13.928.244	13.843.934	13.985.353
1.03.01.02.02	No Exterior	2.552.596	3.308.777	2.501.686
1.03.01.04	Outros Investimentos	51.830	51.446	50.405
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-32.558	-33.200	-32.558
1.03.02	Imobilizado de Uso	6.043.158	6.466.313	6.514.630
1.03.02.01	Imóveis de Uso	2.538.788	2.541.302	2.539.995
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	10.923.912	10.566.480	9.784.676
1.03.02.03	(Depreciações Acumuladas)	-7.419.542	-6.641.469	-5.810.041
1.03.04	Intangível	4.263.992	5.393.550	8.880.139

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.03.04.01	Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.120.037	26.120.037	26.120.037
1.03.04.02	Outros Ativos Intangíveis	8.590.069	7.321.258	7.245.250
1.03.04.03	(Amortizações Acumuladas)	-30.446.114	-28.047.745	-24.485.148

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	752.986.536	728.288.450	627.901.762
2.01	Passivo Circulante	542.620.235	474.842.549	402.318.185
2.01.01	Depósitos	158.705.975	152.344.715	107.640.787
2.01.01.01	Depósitos à Vista	16.016.316	15.775.566	16.126.771
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	36.051.476	35.984.837	37.938.936
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	62.843.599	59.608.550	18.488.796
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	43.794.584	40.975.762	35.086.284
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	132.400.766	99.365.655	105.431.390
2.01.02.01	Carteira Própria	114.772.683	85.673.417	92.441.013
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	14.799.595	10.827.806	11.851.434
2.01.02.03	Carteira de Livre Movimentação	2.828.488	2.864.432	1.138.943
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	79.435.491	44.201.390	44.771.208
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similiares	70.650.037	34.941.349	41.251.342
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	7.673.171	8.478.381	3.257.665
2.01.03.03	Certificados de Operações Estruturadas	1.112.283	781.660	262.201
2.01.04	Relações Interfinanceiras	43.995	14.405	13.850
2.01.04.01	Correspondentes	43.995	14.405	13.850
2.01.05	Relações Interdependências	3.886.513	3.817.511	2.677.812
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	3.886.121	3.817.117	2.676.975
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	392	394	837
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	29.839.343	33.378.891	22.662.203
2.01.06.01	Empréstimos no País Outras Instituições	0	4.333	22.965
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	29.839.343	33.374.558	22.639.238
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	4.981.107	5.137.083	5.260.379
2.01.07.01	Tesouro Nacional	0	105	233
2.01.07.02	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	2.422.382	2.351.174	2.751.927
2.01.07.03	Caixa Econômica Federal (CEF)	4.023	4.373	4.686
2.01.07.04	Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)	2.321.457	2.564.993	2.287.719

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.01.07.05	Outras Instituições	233.245	216.438	215.814
2.01.09	Outras Obrigações	133.327.045	136.582.899	113.860.556
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	8.442.552	6.759.506	3.767.826
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	136.701	137.250	69.410
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	84.631.442	84.694.924	79.617.514
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	4.591.369	2.974.963	1.021.756
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	1.891.028	2.120.847	1.072.012
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	971.989	2.340.787	870.772
2.01.09.07	Dívidas Subordinadas	0	7.685.328	199.123
2.01.09.08	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	114.104	218.009	148.298
2.01.09.09	Diversas	32.547.860	29.651.285	27.093.845
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	152.246.637	198.260.440	167.863.855
2.02.01	Depósitos	50.153.678	48.758.538	51.405.411
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	2.253.495	2.301.113	359.232
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	47.900.183	46.457.425	51.046.179
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	39.162.956	48.333.077	41.115.308
2.02.02.01	Carteira Própria	10.440.823	31.282.876	31.057.727
2.02.02.02	Carteira de Livre Movimentação	28.722.133	17.050.201	10.057.581
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	21.626.157	51.224.195	25.859.065
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similiares	21.453.818	46.226.988	17.319.206
2.02.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	49.031	4.993.915	8.537.959
2.02.03.03	Certificados de Operações Estruturadas	123.308	3.292	1.900
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	1.638.173	3.308.742	1.570.206
2.02.06.01	Empréstimos no País - Outras Instituições	0	0	4.125
2.02.06.02	Empréstimos no Exterior	1.638.173	3.308.742	1.566.081
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	11.821.538	11.125.808	10.353.134
2.02.07.01	Tesouro Nacional	0	313	418
2.02.07.02	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	7.000.580	5.534.930	4.732.009

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.07.03	Caixa Econômica Federal (CEF)	95.720	103.906	111.319
2.02.07.04	Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)	4.719.077	5.479.554	5.500.089
2.02.07.05	Outras Instituições	6.161	7.105	9.299
2.02.09	Outras Obrigações	27.844.135	35.510.080	37.560.731
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.185.103	10.271.926	4.704.079
2.02.09.02	Carteira de Câmbio	2.121.659	4.635.141	679.901
2.02.09.03	Fiscais e Previdenciárias	6.224.868	4.868.560	12.618.120
2.02.09.04	Negociação e Intermediação de Valores	1.386	57.560	30.619
2.02.09.05	Dívidas Subordinadas	466.246	411.976	7.094.953
2.02.09.06	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	8.200.695	9.744.136	6.628.348
2.02.09.07	Diversas	5.644.178	5.520.781	5.804.711
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	365.087	364.172	394.492
2.03.01	Resultados de Exercícios Futuros	365.087	364.172	394.492
2.05	Patrimônio Líquido	57.754.577	54.821.289	57.325.230
2.05.01	Capital Social Realizado	57.000.000	57.000.000	57.000.000
2.05.01.01	De Domiciliados no País	4.808.186	4.808.186	4.808.186
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	52.191.814	52.191.814	52.191.814
2.05.02	Reservas de Capital	395.925	433.473	548.164
2.05.04	Reservas de Lucro	2.510.347	2.328.791	1.658.704
2.05.04.01	Legal	2.114.456	1.838.374	1.489.139
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	395.891	490.417	169.565
2.05.04.07.01	Reserva para Equalização de Dividendos	909.925	914.370	615.066
2.05.04.07.02	(-) Ações em Tesouraria	-514.034	-423.953	-445.501
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-2.151.695	-4.940.975	-1.881.638
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-2.151.695	-4.940.975	-1.881.638

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	90.968.893	82.686.192	64.932.872
3.01.01	Operações de Crédito	31.641.657	48.912.998	34.916.695
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	36.831.272	39.774.246	24.352.271
3.01.04	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.833.349	-8.937.641	721.273
3.01.05	Resultado de Operações com Câmbio	8.597.403	-1.372.913	1.751.344
3.01.06	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	626	21.475	22.096
3.01.07	Resultado das Aplicações Compulsórias	7.064.586	4.288.027	3.169.193
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-67.657.273	-79.437.205	-51.165.115
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-61.042.902	-55.783.751	-37.053.215
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	5.002.138	-10.142.947	-3.438.217
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	-161	-72	-1.258
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-11.616.348	-13.510.435	-10.672.425
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	23.311.620	3.248.987	13.767.757
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-10.249.408	-4.280.262	-12.327.116
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	11.308.504	10.237.382	9.610.981
3.04.02	Despesas de Pessoal	-6.882.891	-6.153.328	-5.962.770
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-9.742.549	-10.776.635	-12.274.421
3.04.04	Despesas Tributárias	-3.326.637	-1.252.950	-2.687.448
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	3.438.806	10.840.169	2.813.366
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-6.463.166	-8.628.152	-5.117.969
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	1.418.525	1.453.252	1.291.145
3.05	Resultado Operacional	13.062.212	-1.031.275	1.440.641
3.06	Resultado Não Operacional	-431.997	537.034	143.149
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	12.630.215	-494.241	1.583.790
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-599.689	-284.511	-591.295
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-234.779	-191.819	-392.599
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-364.910	-92.692	-198.696
3.09	IR Diferido	-5.372.355	8.941.798	2.100.554

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-1.136.534	-1.180.148	-940.145
3.10.01	Participações	-1.136.534	-1.180.148	-940.145
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	5.521.637	6.982.898	2.152.904
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,73509	0,92825	0,28547

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	5.521.637	6.982.898	2.152.904
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.789.280	-3.059.337	138.300
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.684.199	-5.468.584	769.637
4.02.02	Hedge de Fluxo de Caixa	763.003	-697.877	305.242
4.02.03	Imposto de Renda	-2.087.327	1.922.313	-23.943
4.02.04	Plano de Benefícios	-1.570.595	1.184.811	-912.636
4.03	Resultado Abrangente do Período	8.310.917	3.923.561	2.291.204

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	9.231.109	1.963.000	-2.295.223
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	28.707.434	6.972.575	19.386.550
6.01.01.01	Lucro Líquido	5.521.637	6.982.898	2.152.904
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11.616.348	13.510.435	10.672.425
6.01.01.03	Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	2.277.961	-4.110.754	4.342.246
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.348.341	-9.220.404	-2.423.663
6.01.01.05	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-1.418.525	-1.453.252	-1.291.145
6.01.01.06	Depreciações e Amortizações	3.170.728	4.325.941	5.422.583
6.01.01.07	Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	4.731	24.269	-1.016
6.01.01.08	Resultado na Alienação de Valores e Bens	-1.492	-43.747	-100.244
6.01.01.09	Resultado na Avaliação do Valor Recuperável	142	1.184.881	10.879
6.01.01.10	Resultado de Investimentos	0	-778.442	0
6.01.01.11	Atualização de Depósitos Judiciais	-560.860	-486.300	-304.875
6.01.01.12	Atualização de Impostos a Compensar	-136.115	-905.081	-265.808
6.01.01.13	Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	2.252.382	-2.032.294	1.176.463
6.01.01.14	Outros	632.156	-25.575	-4.199
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-19.476.325	-5.009.575	-21.681.773
6.01.02.01	Redução (Aumento) em Aplicações Inferfinanceiras de Liquidez	-21.399.845	-11.402.314	-5.581.655
6.01.02.02	Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-24.976.662	-18.636.990	-60.896.874
6.01.02.03	Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil	183.934	-23.298.083	-20.095.811
6.01.02.04	Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central	-5.992.335	-24.924.309	5.482.262
6.01.02.05	Redução (Aumento) em Outros Créditos	-2.914.214	-14.609.829	-52.150.834
6.01.02.06	Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	-12.347	17.505	7.085
6.01.02.07	Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências	-1.395.361	1.139.778	-134.758
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Depósitos	7.756.400	42.057.055	8.586.417
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	23.864.990	1.152.034	44.124.177
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	-4.670.363	13.104.602	9.654.850
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Outras Obrigações	11.536.141	30.421.296	49.239.479

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	915	-30.320	91.486
6.01.02.13	Imposto Pago	-1.457.578	0	-7.597
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-228.276	-407.296	-2.789.982
6.02.01	Aquisição de Investimento	-902	-215.292	-2.508.028
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso	-589.384	-823.065	-964.430
6.02.03	Aplicações no Intangível	-1.132.379	-1.110.063	-643.325
6.02.04	Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimento	379	858.081	146.839
6.02.05	Alienação de Bens não de Uso Próprio	226.033	89.651	98.909
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	28.152	51.659	137.219
6.02.07	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	1.239.825	741.733	942.834
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-20.250.856	4.348.061	-7.129.618
6.03.01	Reestruturação do Capital	0	0	-6.000.000
6.03.02	Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	0	0	6.000.000
6.03.03	Aquisição de Ações de Emissão Própria	-90.031	-247.024	-167.307
6.03.04	Pagamento de Dívidas Subordinadas	-8.362.652	-216.075	-2.495.283
6.03.05	Emissões de Obrigações de Longo Prazo	50.313.469	72.936.057	53.442.629
6.03.06	Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo	-56.164.769	-63.516.234	-55.438.217
6.03.07	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-3.222.362	-3.996.294	-2.186.867
6.03.08	Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-2.724.511	-612.369	-284.573
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-2.252.382	2.032.294	-1.176.463
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-13.500.405	7.936.059	-13.391.286
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	31.348.083	23.412.024	36.803.310
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.847.678	31.348.083	23.412.024

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	57.000.000	433.473	0	2.328.791	0	-4.940.975	54.821.289
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	57.000.000	433.473	0	2.328.791	0	-4.940.975	54.821.289
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	5.521.637	0	5.521.637
5.05	Destinações	0	0	0	971.637	-5.521.637	0	-4.550.000
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-700.000	0	-700.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.850.000	0	-3.850.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	971.637	-971.637	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	276.082	-276.082	0	0
5.05.03.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	695.555	-695.555	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	2.789.280	2.789.280
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	3.731.114	3.731.114
5.07.04	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	0	0	-941.834	-941.834
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	-50	0	0	-50
5.08.01	Reestruturação do Capital	0	0	0	-50	0	0	-50
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-90.031	0	0	-90.031
5.12	Outros	0	-37.548	0	-700.000	0	0	-737.548
5.12.01	Resultado de Ações em Tesouraria	0	-11.574	0	0	0	0	-11.574
5.12.02	Reservas para Pagamento Baseado em Ações	0	-33.130	0	0	0	0	-33.130
5.12.03	Dividendos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	-700.000	0	0	-700.000
5.12.04	Outros	0	7.156	0	0	0	0	7.156
5.13	Saldo Final	57.000.000	395.925	0	2.510.347	0	-2.151.695	57.754.577

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	57.000.000	548.164	0	1.658.704	0	-1.881.638	57.325.230
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	57.000.000	548.164	0	1.658.704	0	-1.881.638	57.325.230
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	6.982.898	0	6.982.898
5.05	Destinações	0	0	0	782.898	-6.982.898	0	-6.200.000
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-3.050.000	-1.750.000	0	-4.800.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-1.400.000	0	-1.400.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	3.832.898	-3.832.898	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	349.235	-349.235	0	0
5.05.03.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	3.483.663	-3.483.663	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-3.059.337	-3.059.337
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-3.799.043	-3.799.043
5.07.04	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	0	0	739.706	739.706
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	-50	0	0	-50
5.08.01	Reestruturação do Capital	0	0	0	-50	0	0	-50
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-246.975	0	0	-246.975
5.11	Outras Transações de Capital	0	-268.573	0	268.573	0	0	0
5.11.01	Cancelamento de Ações	0	-268.573	0	268.573	0	0	0
5.12	Outros	0	153.882	0	-134.359	0	0	19.523
5.12.01	Resultado de Ações em Tesouraria	0	-3.918	0	0	0	0	-3.918
5.12.02	Reserva para Pagamentos Baseados em Ações	0	157.800	0	0	0	0	157.800
5.12.03	Outros	0	0	0	-134.359	0	0	-134.359
5.13	Saldo Final	57.000.000	433.473	0	2.328.791	0	-4.940.975	54.821.289

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	62.828.201	827.496	0	1.189.594	0	-2.019.938	62.825.353
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	62.828.201	827.496	0	1.189.594	0	-2.019.938	62.825.353
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	2.152.904	0	2.152.904
5.05	Destinações	0	0	0	722.711	-2.152.904	0	-1.430.193
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-740.193	0	-740.193
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-690.000	0	-690.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	722.711	-722.711	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	107.645	-107.645	0	0
5.05.03.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	615.066	-615.066	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	138.300	138.300
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	687.388	687.388
5.07.04	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	0	0	-549.088	-549.088
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	-5.828.201	-185.312	0	-45	0	0	-6.013.558
5.08.01	Reestruturação do Capital	-5.828.201	-185.312	0	-45	0	0	-6.013.558
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-153.749	0	0	-153.749
5.12	Outros	0	-94.020	0	-99.807	0	0	-193.827
5.12.01	Resultado de Ações em Tesouraria	0	-4.926	0	0	0	0	-4.926
5.12.02	Reserva para Pagamentos Baseados em Ações	0	-89.094	0	0	0	0	-89.094
5.12.03	Dividendos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	-99.807	0	0	-99.807
5.13	Saldo Final	57.000.000	548.164	0	1.658.704	0	-1.881.638	57.325.230

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	87.204.834	92.288.869	63.821.407
7.01.01	Intermediação Financeira	90.968.893	82.686.192	64.932.872
7.01.02	Prestação de Serviços	11.308.504	10.237.382	9.610.981
7.01.03	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	-11.616.348	-13.510.435	-10.672.425
7.01.04	Outras	-3.456.215	12.875.730	-50.021
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-56.040.925	-65.926.770	-40.492.690
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.877.888	-6.957.748	-6.169.436
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-264.138	-283.165	-247.718
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.808.057	-1.854.932	-2.196.915
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-142	-1.184.881	-10.879
7.03.04	Outros	-3.805.551	-3.634.770	-3.713.924
7.04	Valor Adicionado Bruto	25.286.021	19.404.351	17.159.281
7.05	Retenções	-3.170.728	-4.325.941	-5.422.583
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.170.728	-4.325.941	-5.422.583
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	22.115.293	15.078.410	11.736.698
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.418.525	1.453.252	1.291.145
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.418.525	1.453.252	1.291.145
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	23.533.818	16.531.662	13.027.843
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	23.533.818	16.531.662	13.027.843
7.09.01	Pessoal	7.103.148	6.443.552	6.059.947
7.09.01.01	Remuneração Direta	4.019.028	3.372.864	3.453.998
7.09.01.02	Benefícios	1.354.269	1.216.373	1.131.376
7.09.01.03	F.G.T.S.	319.540	362.026	293.679
7.09.01.04	Outros	1.410.311	1.492.289	1.180.894
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.214.958	2.427.385	4.121.711
7.09.02.01	Federais	9.721.225	1.986.808	3.713.527
7.09.02.02	Estaduais	627	524	1.294
7.09.02.03	Municipais	493.106	440.053	406.890

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	694.075	677.827	693.281
7.09.03.01	Aluguéis	694.075	677.827	693.281
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.521.637	6.982.898	2.152.904
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.850.000	1.400.000	690.000
7.09.04.02	Dividendos	700.000	4.800.000	740.193
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	971.637	782.898	722.711

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	0	605.394.528	520.230.910
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0	89.143.353	55.903.848
1.01.01	Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	0	89.143.353	55.903.848
1.02	Aplicações Financeiras	0	130.980.407	132.174.639
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	120.882.571	132.174.639
1.02.01.01	Títulos para Negociação	0	50.536.731	56.013.603
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	0	68.265.606	75.164.342
1.02.01.03	Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	0	2.080.234	996.694
1.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	10.097.836	0
1.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	10.097.836	0
1.03	Empréstimos e Recebíveis	0	306.268.788	264.607.746
1.03.01	Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	0	42.422.638	28.917.397
1.03.02	Empréstimos e adiantamentos a clientes	0	252.033.449	235.690.349
1.03.03	Instrumentos de dívida	0	11.812.701	0
1.04	Tributos Diferidos	0	34.769.848	23.019.696
1.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	30.575.504	20.038.000
1.04.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	0	4.194.344	2.981.696
1.05	Outros Ativos	0	6.351.813	6.209.226
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	0	1.237.493	929.948
1.05.03	Outros	0	5.114.320	5.279.278
1.05.03.01	Derivativos Utilizados como Hedge	0	1.312.202	212.552
1.05.03.02	Outros Ativos	0	3.802.118	5.066.726
1.06	Investimentos	0	1.060.743	1.023.461
1.06.01	Participações em Coligadas	0	1.060.743	1.023.461
1.07	Imobilizado	0	7.005.914	7.071.036
1.07.01	Imobilizado de Uso	0	7.005.914	7.071.036
1.08	Intangível	0	29.813.662	30.221.258
1.08.01	Intangíveis	0	1.480.943	1.950.303

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.08.01.01	Outros Ativos Intangíveis	0	1.480.943	1.950.303
1.08.02	Goodwill	0	28.332.719	28.270.955

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	0	605.394.528	520.230.910
2.01	Passivos Financeiros para Negociação	0	42.387.768	19.569.791
2.01.01	Derivativos	0	22.340.137	8.284.360
2.01.02	Posições vendidas	0	20.047.631	11.285.431
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	0	457.281.656	392.186.593
2.03.01	Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	0	69.451.498	63.674.201
2.03.02	Depósitos de clientes	0	243.042.872	220.644.019
2.03.03	Obrigações por títulos e valores mobiliários	0	94.658.300	70.355.249
2.03.04	Dívidas subordinadas	0	8.097.304	7.294.077
2.03.05	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	0	9.959.037	6.773.312
2.03.06	Outros Passivos Financeiros	0	32.072.645	23.445.735
2.04	Provisões	0	11.409.677	11.127.444
2.04.01	Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	0	2.696.653	3.869.728
2.04.02	Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	0	8.713.024	7.257.716
2.05	Passivos Fiscais	0	5.253.125	12.423.002
2.05.01	Correntes	0	4.436.000	12.110.582
2.05.02	Diferidos	0	817.125	312.420
2.06	Outros Passivos	0	9.227.018	6.240.787
2.06.01	Derivativos utilizados como hedge	0	2.376.822	893.902
2.06.03	Outras obrigações	0	6.850.196	5.346.885
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	0	79.835.284	78.683.293
2.08.01	Capital Social Realizado	0	83.531.754	80.105.041
2.08.01.01	Capital social	0	57.000.000	56.806.384
2.08.01.02	Reservas	0	24.388.967	20.594.135
2.08.01.03	Ações em Tesouraria	0	-423.953	-445.501
2.08.01.04	Lucro Líquido do exercício atribuível à Controladora	0	9.783.740	5.630.023
2.08.01.05	Menos: Dividendos e Remuneração	0	-6.200.000	-1.530.000
2.08.01.06	Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	0	-1.017.000	-950.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	0	-4.131.532	-1.801.921
2.08.08.01	Disponíveis para Venda	0	-2.645.417	73.292
2.08.08.02	Plano de Benefício Definido	0	-1.141.644	-1.881.350
2.08.08.03	Ajustes de Conversão de Investimento no Exterior	0	1.493.577	702.349
2.08.08.04	Ganhos e Perdas - Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento	0	-1.838.048	-696.212
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	435.062	380.173

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	0	69.870.200	58.923.916
3.01.01	Receitas com Juros e Similares	0	69.870.200	58.923.916
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	0	-38.533.089	-31.695.404
3.02.01	Despesas com Juros e Similares	0	-38.533.089	-31.695.404
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	0	31.337.111	27.228.512
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	0	-34.552.829	-20.785.183
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	0	9.483.509	8.765.886
3.04.02	Despesas de Pessoal	0	-7.798.792	-7.203.442
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	0	-6.716.340	-6.738.374
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	0	-9.291.573	-1.034.129
3.04.05.01	Receitas de instrumentos do patrimônio	0	142.881	222.302
3.04.05.02	Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	0	-20.002.859	2.748.163
3.04.05.03	Variações Cambiais Líquidas	0	10.084.420	-3.635.599
3.04.05.04	Outras receitas (despesas) operacionais	0	-347.123	-470.477
3.04.05.05	Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	0	780.615	86.846
3.04.05.06	Res. na alien. e desp. c/ ativos não correntes mantidos p/ venda não classif. c/ op. descontinuadas	0	50.493	14.636
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	0	-20.345.945	-14.666.220
3.04.06.01	Depreciação e amortização	0	-1.490.017	-1.362.129
3.04.06.02	Provisões (líquidas)	0	-4.001.294	-2.036.237
3.04.06.03	Perdas com ativos financeiros (líquidas)	0	-13.633.989	-11.271.605
3.04.06.04	Perdas com outros ativos (líquidas)	0	-1.220.645	3.751
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	116.312	91.096
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	0	-3.215.718	6.443.329
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	13.049.544	-735.553
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	0	9.833.826	5.707.776
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	0	9.833.826	5.707.776
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	9.783.740	5.630.023
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	50.086	77.753

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0	1,23696	0,70969
3.99.01.02	PN	0	1,36066	0,78066
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0	1,23579	0,7094
3.99.02.02	PN	0	1,35936	0,78034

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	0	9.833.826	5.707.776
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-2.329.611	171.384
4.02.01	Ativos financeiros disponíveis para venda	0	-4.108.555	801.979
4.02.02	Imposto sobre Renda	0	1.389.846	-256.740
4.02.03	Hedges de fluxo de caixa	0	-697.877	305.242
4.02.04	Imposto sobre Renda	0	347.269	-130.008
4.02.05	Hedge de Investimento Líquido	0	-791.228	-181
4.02.07	Variação Cambial de Investidas localizadas no exterior	0	791.228	181
4.02.09	Plano de Benefícios Definidos	0	1.186.862	-912.636
4.02.10	Imposto sobre Renda	0	-447.156	363.547
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	0	7.504.215	5.879.160
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	7.454.129	5.801.407
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	50.086	77.753

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	0	4.026.292	-4.615.146
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	0	8.278.450	16.744.450
6.01.01.01	Lucro líquido consolidado do exercício	0	9.833.826	5.707.776
6.01.01.02	Depreciação do ativo tangível	0	1.029.706	872.749
6.01.01.03	Amortização do ativo intangível	0	460.311	489.380
6.01.01.04	Perdas com outros ativos (líquidas)	0	1.220.645	-3.751
6.01.01.05	Provisões e Perdas com ativos financeiros (líquidas)	0	17.635.283	13.307.842
6.01.01.06	Ganhos líquidos na alien. do ativo tangível, invest. e ativos não correntes mantidos para venda	0	-831.108	-101.482
6.01.01.07	Participação no resultado de equivalência patrimonial	0	-116.312	-91.096
6.01.01.08	Mudanças nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos	0	-9.417.913	-2.055.872
6.01.01.10	Atualização de Depósitos Judiciais	0	-650.314	-433.296
6.01.01.11	Atualização de Impostos a Compensar	0	-985.776	-332.265
6.01.01.12	Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	0	-2.106.652	-521.270
6.01.01.13	Outros	0	-7.793.246	-94.265
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	-4.252.158	-21.359.596
6.01.02.01	Reservas no Banco Central do Brasil	0	-35.884.381	2.063.056
6.01.02.02	Ativos financeiros para negociação	0	5.476.872	-25.794.816
6.01.02.03	Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	0	-1.607.210	223.568
6.01.02.04	Ativos financeiros disponíveis para venda	0	-16.354.040	-29.116.008
6.01.02.05	Empréstimos e recebíveis	0	-30.420.173	-38.070.720
6.01.02.06	Outros ativos	0	-1.299.262	795.309
6.01.02.08	Passivos financeiros para negociação	0	22.817.977	6.010.910
6.01.02.09	Passivo financeiro ao custo amortizado	0	53.503.471	61.706.449
6.01.02.10	Outros passivos	0	366.439	1.396.340
6.01.02.12	Investimentos Mantidos até o Vencimento	0	318.169	0
6.01.02.13	Impostos Pagos	0	-1.170.020	-573.684
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-760.835	-3.156.555
6.02.01	Caixa líquido recebido na aquisição de subsidiária	0	857.830	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.02.02	Investimentos no ativo tangível	0	-1.070.288	-1.838.284
6.02.03	Investimentos no ativo intangível	0	-710.176	-579.849
6.02.04	Alienação de subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas	0	0	55.493
6.02.05	Alienação de ativo tangível	0	55.220	216.750
6.02.06	Aumento de Capital/Aquisição de Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	0	0	-1.085.470
6.02.07	Dividendos e Juros sobre Capital Proprio Recebidos	0	144.737	74.805
6.02.08	Aquisição de Controlada, menos caixa líquido na aquisição	0	59	0
6.02.09	Aquisição em Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	0	-355.538	0
6.02.10	Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	0	317.321	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	4.359.535	-7.337.607
6.03.02	Aquisição de ações próprias	0	-247.025	-167.307
6.03.04	Emissão de Outros Passivos Financeiros Exigíveis a Longo Prazo	0	72.936.057	53.187.121
6.03.05	Dividendos pagos e juros sobre capital o próprio	0	-3.992.956	-2.196.101
6.03.06	Pagamentos de dívida subordinada	0	-216.075	-2.495.283
6.03.07	Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo	0	-63.516.234	-55.388.115
6.03.09	Aumento (Redução) em participações não-controladas	0	4.803	13.319
6.03.10	Redução de Capital	0	0	-6.000.000
6.03.11	Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	0	0	6.000.000
6.03.12	Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	0	-609.035	-291.241
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	2.106.652	521.270
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	9.731.644	-14.588.038
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	23.399.970	37.988.008
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	33.131.614	23.399.970

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	56.806.384	-1.395.501	20.594.135	4.100.023	-1.801.921	78.303.120	380.173	78.683.293
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	56.806.384	-1.395.501	20.594.135	4.100.023	-1.801.921	78.303.120	380.173	78.683.293
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.530.000	-4.670.000	0	-6.200.000	0	-6.200.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.530.000	-4.670.000	0	-6.200.000	0	-6.200.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	5.630.023	4.153.717	-2.329.611	7.454.129	50.086	7.504.215
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.783.740	-2.329.611	7.454.129	50.086	7.504.215
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	5.630.023	-5.630.023	0	0	0	0
5.05.02.06	Apropriação do Lucro Líquido do Exercício	0	0	5.630.023	-5.630.023	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	193.616	-45.452	-305.191	0	0	-157.027	4.803	-152.224
5.06.04	Pagamento Baseado em Ações	0	0	160.916	0	0	160.916	0	160.916
5.06.05	Resultados de Ações em Tesouraria	0	0	-3.918	0	0	-3.918	0	-3.918
5.06.06	Ações em Tesouraria	0	-246.975	0	0	0	-246.975	0	-246.975
5.06.07	Reestruturação do Capital	0	-50	0	0	0	-50	0	-50
5.06.08	Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	0	-67.000	0	0	0	-67.000	-240.000	-307.000
5.06.09	Cancelamento de Ações	0	268.573	-268.573	0	0	0	0	0
5.06.10	Outros	193.616	0	-193.616	0	0	0	244.803	244.803
5.07	Saldos Finais	57.000.000	-1.440.953	24.388.967	3.583.740	-4.131.532	79.400.222	435.062	79.835.284

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	62.634.585	-291.707	17.673.134	3.323.494	-1.973.305	81.366.201	289.101	81.655.302
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	62.634.585	-291.707	17.673.134	3.323.494	-1.973.305	81.366.201	289.101	81.655.302
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-2.400.000	870.000	0	-1.530.000	0	-1.530.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-2.400.000	870.000	0	-1.530.000	0	-1.530.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	5.723.494	-93.471	171.384	5.801.407	77.753	5.879.160
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.630.023	171.384	5.801.407	77.753	5.879.160
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	5.723.494	-5.723.494	0	0	0	0
5.05.02.06	Apropriação do Lucro Líquido do Exercício	0	0	5.723.494	-5.723.494	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-5.828.201	-1.103.794	-402.493	0	0	-7.334.488	13.319	-7.321.169
5.06.04	Pagamento Baseado em Ações	0	0	-89.339	0	0	-89.339	0	-89.339
5.06.05	Resultados de Ações em Tesouraria	0	0	-4.926	0	0	-4.926	0	-4.926
5.06.06	Ações em Tesouraria	0	-153.748	0	0	0	-153.748	0	-153.748
5.06.07	Reestruturação do Capital	-5.828.201	-46	-185.312	0	0	-6.013.559	0	-6.013.559
5.06.08	Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	0	-950.000	0	0	0	-950.000	0	-950.000
5.06.09	Outros	0	0	-122.916	0	0	-122.916	13.319	-109.597
5.07	Saldos Finais	56.806.384	-1.395.501	20.594.135	4.100.023	-1.801.921	78.303.120	380.173	78.683.293

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	0	61.851.761	55.067.840
7.01.01	Intermediação Financeira	0	69.870.200	58.923.916
7.01.02	Prestação de Serviços	0	9.483.509	8.765.886
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	0	-13.633.989	-11.271.605
7.01.04	Outras	0	-3.867.959	-1.350.357
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	0	-38.533.089	-31.695.404
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	0	-7.061.296	-5.958.217
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	0	-520.831	-511.384
7.03.02	Serviços de Terceiros	0	-4.632.346	-4.653.478
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-1.220.645	3.751
7.03.04	Outros	0	-687.474	-797.106
7.04	Valor Adicionado Bruto	0	16.257.376	17.414.219
7.05	Retenções	0	-1.490.017	-1.362.129
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-1.490.017	-1.362.129
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	0	14.767.359	16.052.090
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	0	116.312	91.096
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	116.312	91.096
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	0	14.883.671	16.143.186
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	0	14.883.671	16.143.186
7.09.01	Pessoal	0	6.829.965	6.312.224
7.09.01.01	Remuneração Direta	0	4.824.615	4.578.960
7.09.01.02	Benefícios	0	1.300.788	1.187.751
7.09.01.03	F.G.T.S.	0	391.608	310.561
7.09.01.04	Outros	0	312.954	234.952
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	-2.527.787	3.425.169
7.09.02.01	Federais	0	-3.023.224	3.366.835
7.09.02.02	Estaduais	0	659	1.235
7.09.02.03	Municipais	0	494.778	57.099

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	0	747.667	698.017
7.09.03.01	Aluguéis	0	747.667	698.017
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	0	9.833.826	5.707.776
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	1.400.000	690.000
7.09.04.02	Dividendos	0	4.800.000	740.193
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	3.583.740	4.199.830
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	50.086	77.753

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1) Conjuntura Econômica

Nos últimos três meses do ano de 2016, a relação entre o Real e o Dólar flutuou ao redor do patamar de R\$3,30/US\$, sem indicar uma tendência clara. Após uma evidente apreciação do real ao longo do primeiro semestre de 2016, a taxa de câmbio encerrou o mês de dezembro em R\$3,26/US\$, bem próximo a taxa do fechamento do terceiro trimestre, de R\$3,25/US\$. O otimismo com a economia doméstica e a redução da percepção de risco, que favorecia a apreciação do câmbio, perdeu ímpeto no último trimestre de 2016. Esse fato refere-se principalmente ao processo de elevação da taxa de juros nos Estados Unidos e às novas divulgações de indicadores econômicos da economia brasileira, os quais sugeriram que o início da recuperação da atividade econômica foi postergado para 2017.

Diante desse contexto, o ambiente para a atividade bancária no Brasil permanece desafiador. O mercado de trabalho, por exemplo, segue em processo de deterioração e precarização, fato que pode ser verificado pela rápida elevação da taxa de desemprego, que alcançou 12,4% em novembro na série com ajuste sazonal, segundo estimativas do Banco Santander.

Alívio adicional deve vir da política monetária. Após novo corte (0,75%) na taxa Selic em janeiro de 2017 (que foi reduzida para 13,0%), o Banco espera que o Bacen continue no processo de afrouxamento monetário nas próximas oportunidades, tendo em vista a melhora do quadro inflacionário, a ancoragem de expectativas de inflação e a evolução da aprovação de medidas de ajuste fiscal pelo governo. A sinalização do Bacen nos últimos documentos oficiais reforça essa percepção. Com relação à política fiscal, a despeito dos efeitos positivos que a recuperação da atividade deve exercer sobre a arrecadação de impostos em 2017, os resultados devem continuar deficitários pelos próximos anos. As reformas já propostas pelo governo e as esperadas para os próximos meses visam a estabilização da dívida no longo prazo.

Nesse cenário, em novembro de 2016 a carteira total de crédito intensificou a queda na comparação anual, recuando 2,3% comparado ao mesmo mês do ano anterior. Essa queda foi ocasionada principalmente pelo crédito com recursos livres, que retraiu 4,1% nessa mesma comparação, mas o crédito com recursos direcionados também registrou contração neste mesmo período, porém com menor intensidade (aproximadamente 0,4%). Mesmo a carteira dos bancos públicos, que cresceu em ritmo superior a 10% em 2015, apresentou queda na comparação anual no mês de novembro (de 1,5%). O conservadorismo nas concessões por parte dos bancos públicos e privados, a cautela na tomada de crédito por parte dos consumidores e o elevado endividamento das famílias e das empresas são fatores que devem manter essa tendência de queda do crédito ao longo dos próximos meses. Contudo, se a queda que o Banco espera para a Selic ao longo de 2017 se realizar (a projeção do Banco Santander é que a taxa básica de juros diminua para 9,75% até o final de 2017), e a confiança dos consumidores retomar sua trajetória de recuperação (interrompida pelo aumento da volatilidade do cenário externo e alguma decepção com os indicadores econômicos referentes ao 3º trimestre), o Banco acredita que o crédito deverá voltar a acelerar ao longo de 2017.

2) Desempenho

2.1) Resultados

2.1.1) Resultado Societário

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA (R\$Milhões)	12M16	12M15	variação anual %	4T16	3T16	variação 4T16 vs. 3T16 %
Receitas da Intermediação Financeira	85.909,6	80.766,2	6,4	20.319,6	22.195,1	-8,5
Despesas da Intermediação Financeira	(59.111,7)	(74.729,0)	20,9	(15.953,1)	(17.118,9)	6,8
Resultado Bruto da Intermediação Financeira ⁽¹⁾	26.797,9	6.037,2	343,9	4.366,5	5.076,2	-14,0
Outras Receitas (Despesas) Operacionais ^{(1) (3)}	(13.018,9)	(6.414,6)	-103,0	(2.666,8)	(3.125,9)	14,7
Resultado Operacional	13.778,9	(377,4)	3.751,0	1.699,7	1.950,3	-12,8
Resultado não Operacional	(415,6)	566,4	-173,4	(455,3)	19,1	-2.483,8
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	13.363,3	189,0	6.970,5	1.244,4	1.969,4	-36,8
Imposto de Renda e Contribuição Social ⁽³⁾	(6.496,7)	8.261,1	-178,6	537,9	(117,4)	558,2
Participações no Lucro	(1.208,8)	(1.260,4)	4,1	(261,8)	(332,9)	21,4
Participações dos Acionistas Minoritários	(124,8)	(191,4)	34,8	17,0	(83,6)	120,3
LUCRO LÍQUIDO SOCIETÁRIO	5.533,0	6.998,3	-20,9	1.537,5	1.435,5	7,1
Exclusão da despesa com amortização do ágio ⁽²⁾	1.805,6	2.782,1	-35,1	451,4	448,1	0,7
LUCRO LÍQUIDO EXCLUINDO AMORTIZAÇÃO DO ÁGIO	7.338,6	9.780,4	-25,0	1.988,9	1.883,6	5,6

Principais eventos da Demonstração dos Resultados entre os anos de 2016 e 2015:

1) Hedge dos investimentos no exterior - O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman e uma subsidiária chamada Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito, EFC, ou “Santander Brasil EFC” (subsidiária independente na Espanha), que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/Cofins) e impostos sobre renda (IR/CSLL). As variações cambiais registradas decorrentes dos investimentos estrangeiros no acumulado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 resultaram em uma perda de R\$7.408 milhões (2015 - ganho de R\$14.779 milhões). Por outro lado, os contratos de derivativos contratados para cobrir estas posições geraram um ganho na conta resultado com instrumentos financeiros derivativos de R\$14.123 milhões (2015 - perda de R\$26.311 milhões). O efeito fiscal destes derivativos impactou a linha de despesas tributárias e a linha de imposto de renda e contribuição social, gerando uma despesa de R\$6.715 milhões (2015 - receita de R\$11.532 milhões) composto de R\$657 milhões de PIS/Cofins (2015 - R\$1.223 milhões) e R\$6.058 milhões (2015 - R\$10.309 milhões) de IR/CSLL.

Desconsiderando o efeito tributário referente ao Hedge dos investimentos no exterior, o resultado operacional seria o seguinte:

RESULTADO OPERACIONAL AJUSTADO (R\$Milhões)	12M16	12M15	variação anual %	4T16	3T16	variação 4T16 vs. 3T16 %
Resultado Operacional	13.778,9	(377,4)	3.751,0	1.699,7	1.950,3	-12,8
IR/CSLL	(6.058,0)	10.309,0	-158,8	(37,0)	369,0	-110,0
Resultado Operacional Ajustado	7.720,9	9.931,6	-22,3	1.662,7	1.581,3	5,1

2) Amortização do Ágio - Em julho de 2015 o Banco revisou a curva de amortização do ágio de aquisição do Banco Real a fim adequar a curva originalmente estabelecida ao prazo, extensão e proporção dos resultados futuros. A amortização do referido ágio será concluída em 2017 (originalmente em 2016).

3) No primeiro semestre de 2015 foi registrada a reversão de obrigações legais no montante de R\$7.950 milhões relativas ao Cofins, registrado nas rubricas Outras Receitas Operacionais - R\$7.672 milhões e Despesas Tributárias - R\$278 milhões. O respectivo efeito tributário foi registrado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$3.180 milhões.

Despesas Gerais

O total de despesas gerais, que inclui despesas com pessoal, outras despesas administrativas e despesas com participações no lucro, excluindo os efeitos da amortização do ágio, teve um aumento de 5,7% em dezembro de 2016, em comparação com o exercício de 2015, apresentando evolução anual inferior à inflação no período, resultado da disciplina e eficiência na gestão dos gastos, sendo que as despesas de pessoal e participações no lucro aumentaram 9,0% e as outras despesas administrativas aumentaram 2,8%, ambas na comparação anual.

2.2) Ativos e Passivos

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (R\$Milhões)	dez/16	dez/15	variação anual %	set/16	variação dez/16 vs. set/16 %
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	688.673,4	663.804,5	3,7	647.837,0	6,3
Permanente	13.031,1	13.645,3	-4,5	13.348,8	-2,4
TOTAL DO ATIVO	701.704,5	677.449,7	3,6	661.185,8	6,1
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	640.842,7	620.289,1	3,3	597.106,1	7,3
Resultados de Exercícios Futuros	564,6	385,5	46,5	565,0	-0,1
Participação dos Acionistas Minoritários	2.525,7	1.956,1	29,1	2.194,1	15,1
Patrimônio Líquido	57.771,5	54.819,1	5,4	61.320,6	-5,8
TOTAL DO PASSIVO	701.704,5	677.449,7	3,6	661.185,8	6,1

Os ativos totais estão, principalmente, representados:

(R\$Milhões)	dez/16	dez/15	variação anual %	set/16	variação dez/16 vs. set/16 %
Carteira de Crédito	256.882,9	260.988,6	-1,6	247.324,4	3,9
Títulos e Val. Mob. e Inst. Financeiros Derivativos ⁽¹⁾	169.589,7	142.892,0	18,7	153.134,7	10,7
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	59.669,2	55.810,1	6,9	63.960,5	-6,7
Relações Interfinanceiras	62.900,2	55.303,4	13,7	64.573,4	-2,6

(1) Atendendo a Circular do Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, no montante R\$9.388 milhões.

2.3) Carteira de Crédito

ABERTURA GERENCIAL DO CRÉDITO POR SEGMENTO (R\$Milhões)	dez/16	dez/15	variação anual %	set/16	variação dez/16 vs. set/16 %
Pessoa Física ⁽¹⁾	91.414,3	84.804,7	7,8	88.440,2	3,4
Financiamento ao Consumo	34.777,0	33.930,9	2,5	33.868,0	2,7
Pequenas e Médias Empresas (PMEs)	32.683,5	35.387,4	-7,6	32.075,9	1,9
Grandes Empresas	98.008,1	106.865,6	-8,3	92.940,2	5,5
Total Carteira de Crédito (bruta)	256.882,9	260.988,6	-1,6	247.324,3	3,9
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(18.333,0)	(16.832,0)	8,9	(17.280,0)	6,1
Total Carteira de Crédito (líquida)	238.549,9	244.156,6	-2,3	230.044,3	3,7

(1) Incluindo Financiamento ao consumo, a carteira de pessoa física atinge R\$122.287 em 31 de dezembro de 2016 (2015 - R\$114.774).

Em 31 de dezembro de 2016, a carteira de crédito (bruta) apresentou uma redução de 1,6% comparado a dezembro de 2015 e um aumento de 3,9% comparado a setembro de 2016. O segmento "Pessoa Física" apresentou crescimento em ambos períodos, sendo 7,8% em comparação a dezembro de 2015 e de 3,4% em setembro de 2016.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Inadimplência

O índice de inadimplência, superior a 90 dias, atingiu 3,4% do total da carteira de crédito em dezembro de 2016, 0,2 p.p. acima em relação a dezembro de 2015 (3,2%) e 0,1 p.p. abaixo quando comparado a setembro de 2016 (3,5%).

O saldo das provisões para créditos de liquidação duvidosa representa 7,1% da carteira de crédito em dezembro de 2016, 6,4% em dezembro de 2015 e 7,0% em setembro de 2016.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, é de R\$10.404,8 milhões e R\$12.426,9 milhões em 2015, na comparação anual, apresentando uma redução de 16,3%.

2.4) Captações com Clientes

CAPTAÇÕES COM CLIENTES (R\$Milhões)	dez/16	dez/15	variação anual %	set/16	variação dez/16 vs. set/16 %
Depósitos à vista	16.006,3	15.698,2	2,0	15.452,3	3,6
Depósitos de poupança	36.051,5	35.984,8	0,2	34.764,1	3,7
Depósitos a prazo	90.524,8	86.527,7	4,6	87.483,2	3,5
Debêntures/LCI/LCA ⁽¹⁾	90.426,3	90.226,2	0,2	87.282,2	3,6
Letras Financeiras/COE ⁽²⁾	65.393,3	59.498,7	9,9	66.744,0	-2,0
Total das Captações	298.402,3	287.935,6	3,6	291.725,8	2,3

(1) Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Letras de Crédito Agrícola.

(2) Inclui Certificados de Operações Estruturadas.

O total de captações de recursos cresceu 3,6%, comparado a dezembro de 2015. Destaque para o crescimento de 9,9% de letras financeiras/COE.

2.5) Patrimônio Líquido

Em dezembro de 2016, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou um aumento de 5,4% em comparação a dezembro de 2015 e uma redução de 5,8% em comparação com setembro de 2016.

A variação do Patrimônio Líquido entre dezembro de 2016 e 2015 foi decorrente, principalmente, da variação negativa do ajuste de avaliação patrimonial (títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos) no montante de R\$2.818 milhões, pelo lucro líquido do exercício no montante de R\$5.533 milhões e reduzido pelo destaque de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$4.550 milhões.

Em reunião realizada em 3 de novembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 4 de novembro de 2016, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 38.402.972 Units, representativas de 38.402.972 ações ordinárias e 38.402.972 ações preferenciais, que correspondem, em 30 de setembro de 2016, a aproximadamente 1,02% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2016, o Banco Santander possuía 384.029.725 ações ordinárias e 411.834.140 ações preferenciais em circulação referente ao programa de recompra.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo.

O prazo do Programa de Recompra é de até 365 dias contados a partir de 4 de novembro de 2016, encerrando-se em 3 de novembro de 2017.

AÇÕES EM TESOURARIA	dez/16		dez/15	
	Quantidade		Quantidade	
	Units	ADRs	Units	ADRs
Ações em Tesouraria no Início do Exercício	7.080.068	13.137.665	16.531.177	13.080.565
Cancelamento de ADRs ⁽¹⁾	13.137.665	(13.137.665)	-	-
Cancelamento de Ações ⁽²⁾	-	-	(18.878.954)	-
Aquisições de Ações	14.284.400	-	13.873.413	57.100
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(8.716.213)	-	(4.445.568)	-
Ações em Tesouraria no Final do Exercício	25.785.920	-	7.080.068	13.137.665
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais ⁽²⁾⁽³⁾	R\$ 513.889	R\$ -	R\$ 106.764	R\$ 317.094
Custo/Valor de Mercado	Units	ADRs	Units	ADRs
Custo Mínimo	R\$ 7,55	US\$ 4,37	R\$ 11,01	US\$ 4,37
Custo Médio Ponderado	R\$ 16,43	US\$ 6,17	R\$ 14,28	US\$ 6,17
Custo Máximo	R\$ 26,81	US\$ 10,21	R\$ 18,51	US\$ 10,21
Valor de Mercado	R\$ 28,32	US\$ 8,58	R\$ 16,04	US\$ 3,89

(1) Em janeiro de 2016 ocorreu a transformação do total de ADR's que estavam em tesouraria para UNIT's.

(2) Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14 de dezembro de 2015, foi aprovado o cancelamento de 18.878.954 de Units (18.878.954 ON e 18.878.954 PN, totalizando 37.757.908 ações em tesouraria) equivalente a R\$269 milhões.

(3) O total de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2016 é de R\$514 milhões (31/12/2015 - R\$424 milhões) e inclui custos de emissão no valor de R\$145 mil (31/12/2015 - R\$95 mil).

No exercício de 2016 houve destaque de juros sobre capital próprio e dividendos, conforme abaixo:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (R\$Milhões)	dez/16	set/16	dez/15
Juros sobre o Capital Próprio	3.850,0	500,0	1.400,0
Dividendos Intermediários	700,0	0,0	3.050,0
Dividendos Intercalares	700,0	0,0	1.750,0
Total	5.250,0	500,0	6.200,0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2.6) Índice de Basileia

O Bacen obriga as instituições financeiras a manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013 a exigência para o PR, era de 11% até 31 de dezembro de 2015, a partir de janeiro de 2016 e passou a ser 9,875% mais capital de conservação de 0,625%, totalizando 10,5% até dezembro 2016, para o PR Nível I é de 6% e para o Capital Principal é de 4,5%.

O índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

ÍNDICE DE BASILEIA %	dez/16	set/16	jun/16	dez/15
Índice de Basileia - consolidado	16,30	17,60	17,71	15,72

2.7) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 das principais controladas do Banco Santander:

CONTROLADAS (R\$Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo)	Carteira de Crédito ⁽¹⁾
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	74.916,8	5.699,3	527,1	2.093,0
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	31.179,9	1.364,5	52,5	25.557,3
Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	2.810,2	2.552,6	(142,4)	1.269,6
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) (Atual denominação social do Banco Bonsucesso Consignado S.A.)	7.665,0	676,1	13,6	7.354,3
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. ⁽²⁾	17.337,4	1.468,4	282,6	0,0
Banco PSA Finance Brasil S.A.	2.011,0	276,1	5,8	1.827,2
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	929,1	557,7	106,1	0,0

(1) inclui também saldos referentes carteira de arrendamento mercantil e outros créditos.
(2) No terceiro trimestre de 2016, após a Getnet obter a aprovação do Bacen para atuar como uma instituição de pagamento, as atividades de adquirência, bem como respectivos ativos e passivos relacionados passaram a ser registrados nesta sociedade.

3) Outros Eventos Significativos

3.1) Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Formação de Parceria com o Grupo Hyundai no Brasil

No dia 28 de abril de 2016, a Aymoré CFI e o Banco Santander celebraram documentos para a formação de uma parceria com a Hyundai Motor Brasil Montadora de Automóveis Ltda. (Hyundai Motor Brasil) e Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) para constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e de uma corretora de seguros para o fornecimento, respectivamente, de produtos e serviços financeiros para o financiamento de automóveis e de corretagem de seguros, para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil. A estrutura de capital da parceria terá uma participação acionária de 50% (cinquenta por cento) da Aymoré, 25% (vinte e cinco por cento) da Hyundai Capital e 25% (vinte e cinco por cento) da Hyundai Motor Brasil. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento das condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

b) Acordo para a Aquisição, de parte das Operações Financeiras do Grupo PSA no Brasil e a consequente criação de uma Joint Venture

No dia 1 de agosto de 2016, após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, incluindo a obtenção das devidas autorizações regulatórias, a Aymoré CFI e o Banco Santander, no contexto da parceria firmada entre o Banque PSA Finance (“Banque PSA”) e o Santander Consumer Finance na Europa para operação conjunta dos negócios de financiamento de veículos das marcas PSA (Peugeot, Citroën e DS), assinaram documentos definitivos para a formação de uma cooperação financeira com o Banque PSA para a oferta de uma gama de produtos e serviços financeiros e securitários aos consumidores e concessionários das marcas PSA no Brasil.

O principal veículo da cooperação financeira é o Banco PSA Finance Brasil S.A. que está detido na proporção de 50% pela Aymoré CFI, subsidiária do Banco Santander, e 50% pelo Banque PSA. O preço de aquisição foi igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento (1 de agosto de 2016). A operação englobou ainda a aquisição, por meio de subsidiárias do Banco Santander, de 100% da Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A (Atual Denominação Social da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A.), cujo preço foi equivalente a 74% do valor patrimonial na data de fechamento, e, ainda, de 50% da PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda., cujo preço foi igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento.

O Banco Santander passou a consolidar estas sociedades a partir de 1 de agosto de 2016.

c) Investimento na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (“Super”)

Em 3 de outubro de 2014, a Aymoré CFI assinou um acordo de investimento (“Acordo”) no qual se comprometeu a realizar um investimento na Super, que resultaria na subscrição e integralização de novas ações de emissão da Super correspondentes a 50% do seu capital total e votante.

O fechamento da operação ocorreu em 12 de dezembro de 2014 e estava condicionado à conclusão de algumas condições precedentes previstas no Acordo, inclusive a aprovação prévia do Bacen (obtida em 2 de dezembro de 2014). A Aymoré CFI subscreveu e integralizou o capital social da Super em R\$31 milhões, mediante a emissão de 20 milhões de novas ações ordinárias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 4 de janeiro de 2016, a Aymoré CFI comunicou aos acionistas detentores das ações representativas dos 50% remanescentes do capital social votante da Super sua decisão de exercer a opção de compra de tais ações, pelo valor de aproximadamente R\$113 milhões. A transação foi concluída em 10 de março de 2016.

d) Acordo de Investimento entre o Banco Santander e Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso)

No dia 30 de julho de 2014 o Banco, por meio de sua controlada Aymoré CFI, e o Banco Bonsucesso celebraram Contrato de Investimento por meio do qual concordaram em formar uma associação no setor de crédito consignado e de cartão de crédito consignado (Olé Consignado).

Em 10 de fevereiro de 2015, com a aprovação do Bacen, a transação foi concluída e o Banco Santander, através da Aymoré CFI, tornou-se o acionista controlador do Olé Consignado, com 60% do capital social total e votante. O Banco Bonsucesso permaneceu com a parcela remanescente do capital social (40%).

O Olé Consignado tornou-se o veículo exclusivo do Banco Bonsucesso e suas afiliadas para a oferta de crédito consignado no Brasil. O Banco Santander continuará a originar operações de crédito consignado por meio de seus canais próprios de maneira independente.

Na AGE de 3 de março de 2016 foi aprovado a alteração da denominação social para Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., o processo de alteração foi aprovado pelo Bacen em 1 de setembro de 2016.

e) Venda da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.

Em 19 de junho de 2014, foram assinados os documentos preliminares contendo os principais termos e condições da operação de venda do negócio de custódia qualificada, atualmente desempenhado pelo Banco Santander, e da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.

Em 31 de agosto de 2015 foi concluída a operação de venda do negócio de custódia qualificada, com a alienação da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. à Santander Securities Services Brasil Participações S.A., controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha, no valor de R\$859 milhões.

A operação gerou um ganho de R\$751 antes dos impostos, registrado na rubrica "resultado não operacional".

A operação está inserida no contexto de uma negociação global do negócio de custódia, que envolve, além do Brasil, a atividade de custódia qualificada na Espanha e no México.

f) Outros Movimentos Societários

Também foram realizados os seguintes eventos societários:

- Em 30 de dezembro de 2016, foi aprovado, através da AGE da Webmotors S.A., a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Virtual Motors pela Webmotors S.A, de forma que a Webmotors S.A. recebeu, pelo seu valor contábil, com base no balanço levantado em 30 de novembro de 2016, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Virtual Motors, com extinção da Virtual Motors, e que será sucedida pela Webmotors S.A. em todos os seus direitos e obrigações.
- Em 14 de julho de 2016, foi concluída a transação de venda de 100% das quotas representativas do capital social da Mantiq pelo Banco Santander e pela Santander Participações para a Angra Ventures Participações Ltda.
- Em junho de 2016 a participação detida na iZettle do Brasil S.A. foi alienada em sua integralidade.
- Em 30 abril de 2015, foi formalizada a incorporação e consequente extinção da sociedade Go Pay pela Getnet S.A.
- Em 30 abril de 2015, foi formalizada a incorporação e consequente extinção das sociedades KM Locanet Ltda. - ME (Compreauto) e Ideia Produções pela Webmotors S.A.
- Em 23 de março de 2015, a Santander Participações alienou a totalidade de sua participação nas Sociedades de Propósito Específico Gestamp Eólica Serra de Santana S.A., Gestamp Eólica Paraíso S.A., Gestamp Eólica Lanchinha S.A., Gestamp Eólica Seridó S.A. e Gestamp Eólica Lagoa Nova S.A. para a ICG do Brasil S.A., sociedade indiretamente controlada pelo Banco Santander Espanha, pelo montante de R\$120 milhões.
- Em 23 de março de 2015, a Santander Participações alienou a totalidade de sua participação na Santos Energia para a Inversiones Capital Global, S.A., sociedade indiretamente controlada pelo Banco Santander Espanha, pelo montante de R\$127 milhões.

4) Estratégia

O Banco Santander é o único banco internacional, com escala, no país. O Banco tem certeza que o caminho para crescer de forma recorrente e sustentável é prestando serviços com excelência para aumentar o nível de satisfação e obter mais clientes, mais vinculados. A atuação do Banco Santander está pautada em uma relação próxima e duradoura com clientes, fornecedores e acionistas. Para isso, o propósito é contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem, sendo um banco Simples, Pessoal e Justo com as seguintes prioridades estratégicas:

- Aumentar a preferência e a vinculação dos clientes com produtos e serviços segmentados, simples, digitais, inovadores e eficientes, por meio de uma plataforma multicanal;
- Melhorar a recorrência e a sustentabilidade crescendo nos negócios com maior diversificação de receita, considerando um equilíbrio entre crédito, captações e serviços. Ao mesmo tempo, mantendo uma gestão preventiva de riscos e um controle rigoroso de despesas;
- Ter disciplina de capital e liquidez para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento; e
- Aumentar a produtividade através de uma intensa agenda de melhorias comerciais que permita oferecer um portfólio completo de serviços.

No ano de 2016, pode-se destacar os seguintes avanços:

• Aceleração na agenda de transformação comercial:

Avanços digitais: foram implementadas novas funcionalidades no *mobile banking* para pessoas físicas, com melhora na avaliação do aplicativo (4,5 estrelas na Apple Store e 4,2 na Google Play). Foi lançado um canal de atendimento digital para clientes Van Gogh e Empresas I e expandiu-se o atendimento remoto para todos os clientes *Corporate* e *Global Corporate Banking (GCB)*. O Banco Santander encerrou o ano com 6,3 milhões de cadastros em biometria, e um aumento das transações digitais que passaram de 66% em 2015 para 73% do total das transações do banco. Por meio do e-commerce, as vendas de produtos, nos canais digitais triplicaram;

Simplificação de processos: por meio do modelo “Certo” e “Clique Único”, houve um aumento na eficiência e produtividade comercial, o que possibilitou por um lado, aos gerentes comerciais, ampliar o tempo de contato com os clientes e por outro, melhorar a experiência na contratação de alguns dos produtos.

Inovações no varejo: Foi desenvolvido o “Santander Way”, um aplicativo para gestão de cartões, e o Banco Santander foi pioneiro em disponibilizar aos clientes o *Samsung Pay*. Além disso, foi anunciado um acordo comercial com a *American Airlines* para emissão de cartões e acúmulo de milhas, a fim de proporcionar aos clientes uma melhor experiência, por meio de um dos programas de milhagem mais reconhecidos do mercado. No lado da aquisição, o faturamento da Getnet segue com forte ritmo de crescimento, com desempenho superior ao do mercado. Em 2016 o Banco Santander ampliou a aceitação de bandeiras e lançou para os clientes pessoa física o “Conta Conecta com a Vermelhinha”, uma opção de conta corrente com um POS de baixo custo.

Atuações para ampliar a presença do Banco Santander no mercado: após um ano da aquisição do Banco Bonsucesso, foi lançada a marca Olé Consignado e concluída a aquisição de 100% da Conta Super. O Banco Santander se reposicionou no segmento de agronegócio, inaugurou a primeira agência vocacionada ao segmento e foi reconhecido pelo prêmio “Lide Agronegócios 2016”. Com o programa Avançar, uma das ofertas do Santander Negócios & Empresas, apoiou os clientes de pequenas e médias empresas, nos pilares de desenvolvimento, internacionalização e gestão de pessoas. Em 2016 teve mais de 338 mil acessos no portal do programa e foi reconhecido pela *Euromoney* como o melhor banco para esse segmento.

• Fortalecendo a atuação nos negócios líderes:

Na Santander Financiamentos o Banco Santander permanece na liderança do financiamento de veículos, com uma participação de mercado de 20%, de acordo com dados divulgados pelo Bacen. Para fortalecer a atuação foi criada uma joint venture com a Hyundai, concluída a associação com o Banco PSA e lançada a nova plataforma digital “+ negócios”, uma ferramenta desenvolvida com base nas melhores práticas globais, que digitaliza toda a experiência do cliente, com forte potencial de crescimento dos negócios.

Em *Global Corporate Banking* o Banco Santander foi reconhecido como líder em assessoria financeira para financiamentos de projetos no Brasil, pela ANBIMA e continua como líder no mercado de câmbio, pelo Bacen. No ranking de operações de M&A, passou da 5ª posição em 2015 para a 1º em 2016, de acordo com a *Thomson Reuters*.

• Vinculação dos clientes:

Todos esses fatores foram fundamentais para uma dinâmica mais positiva de nossos negócios e aumento de 16,1% da base de clientes vinculados, que totalizou 3,7 milhões.

• Pessoas:

Com o propósito de apoiar as pessoas a prosperar, foi lançado para os colaboradores a “Academia Santander”, um novo conceito de formação. Também em 2016, o Banco Santander passou a compor o ranking das “Melhores Empresas para se Trabalhar”, segundo o *Great Place to Work (GPTW)*.

• Sustentabilidade:

Em 2016, o Banco Santander contribuiu de maneira significativa para que, por mais um ano, o Grupo Santander integrasse o *Dow Jones Sustainability Index (DJSI)*, alcançando a 6ª posição (11ª em 2015) entre os bancos de um total de 316 empresas que integram o índice.

No âmbito da sustentabilidade, o Santander mantém posição de liderança entre os bancos privados no programa de Microcrédito. E no segmento de Universidades, por meio da distribuição de bolsas de estudos, contribui ativamente para o processo de avanço da educação no País.

5) Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual o banco está inserido, tendo o rating de longo prazo em moeda estrangeira limitado ao rating soberano. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas agências *Standard & Poor's* e *Moody's*:

RATINGS	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Standard & Poor's (perspectiva)	BB (negativa)	B	BB (negativa)	B	brAA- (negativa)	brA-1
Moody's (perspectiva)	Ba1 (negativa)	NP	Ba3 (negativa)	NP	Aaa.br	Br-1

Ratings atribuídos conforme relatórios publicados pelas Agências de Rating.

6) Governança Corporativa

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 24 de janeiro de 2017, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 29 de dezembro de 2016, as propostas para a declaração e pagamento de (I) Dividendos no montante total de R\$1.400 milhões, sendo: (i) Intercalares no montante de R\$700 milhões, apurado com base no balanço de 30 de novembro de 2016; e (ii) Intermediários no montante de R\$700 milhões, com base na reserva de equalização de dividendos, e (II) Juros sobre o Capital Próprio no montante bruto de R\$3.350 milhões.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 15 de dezembro de 2016: (i) conheceu a renúncia do Sr. Eduardo Nunes Gianini de seu cargo de membro do Comitê de Remuneração do Banco Santander, conforme carta de renúncia apresentada ao Conselho de Administração; (ii) aprovou a nomeação do Sr. Luiz Fernando Sanzogo Giorgi, como membro do Comitê de Remuneração do Banco Santander, para mandato complementar, que vigorará até a primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a AGO de 2017; e (iii) conheceu a renúncia do Sr. Mario Roberto Opice Leão de seu cargo de Diretor sem designação específica do Banco, conforme carta de renúncia apresentada ao Conselho de Administração.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 03 de novembro de 2016, (I) a eleição do Sr. Igor Mario Puga para compor a Diretoria Executiva do Banco Santander, para um mandato complementar, que vigorará até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a AGO de 2017, na qualidade de Diretor sem designação específica e (II) o novo programa de recompra de (i) Units representando, cada um, 1 ação ordinária e 1 ação preferencial de emissão do Banco Santander, ou (ii) ADRs, pelo Banco Santander ou por sua agência em Cayman; para manutenção em tesouraria ou posterior alienação, nos termos da Instrução CVM 567, de 17 de setembro de 2015.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 25 de outubro de 2016, as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Banco Santander referentes ao 3º trimestre encerrado em 30 de setembro de 2016, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, bem como as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

O Conselho de Administração conheceu, em reunião realizada em 24 de agosto de 2016, a renúncia da Sra. Marília Artimonte Rocca à função de membro do Conselho de Administração, do Comitê de Remuneração e do Comitê de Nomeação, Governança e Compliance do Banco Santander.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 26 de julho de 2016, as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Banco Santander referentes ao 2º trimestre encerrado em 30 de junho de 2016, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, bem como as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 29 de junho de 2016, a proposta de declaração e pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio, no montante bruto de R\$500 milhões, foram pagos a partir do dia 26 de agosto de 2016, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 2 de maio de 2016, a eleição do Sr. Alexandre Silva D'Ambrósio para compor a Diretoria Executiva do Banco, para o cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo, para um mandato complementar, que vigorará até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a AGO de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 25 de abril de 2016, as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Banco Santander referentes ao 1º trimestre encerrado em 31 de março de 2016, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, bem como as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 22 de março de 2016: (i) a eleição dos membros do Comitê de Auditoria do Banco, para um mandato de 1 (ano), o qual se estenderá até a posse dos membros que vierem a ser eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a AGO de 2017, a saber: Rene Luiz Grande, reconduzido na qualidade de Coordenador; Luiz Carlos Nannini, na qualidade de membro técnico qualificado; e Elidie Palma Bifano, na qualidade de membro; e (ii) ratificou (a) a atual composição do Comitê de Nomeação, Governança e Compliance, a seguir: Jesús Maria Zabalza Lotina, na qualidade de Coordenador; Celso Clemente Giacometti e Marília Artimonte Rocca; e (b) a atual composição do Comitê de Sustentabilidade, a seguir: Jesús Maria Zabalza Lotina, na qualidade de Coordenador; José Luciano Duarte Penido, Gilberto Mifano e Viviane Senna Lalli.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 18 de março de 2016, a contratação pelo Banco da empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, inscrita no CNPJ 61.562.112/0001-20, no CRC 2SP000160/O-5 e registrada na CVM sob o ato declaratório 5.038 de 8/9/1998, com sede na Av. Francisco Matarazzo 1.400, 9º, 10º e do 13º ao 17º andares, Torre Torino, Água Branca, São Paulo/SP, para atuar como empresa de auditoria independente do Banco e das sociedades que compõem o Conglomerado Santander no Brasil, para os exercícios sociais de 2016, 2017 e 2018, em substituição à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 26 de fevereiro: (i) as Demonstrações Financeiras, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações do Comitê de Interpretações de IFRS, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; (ii) e o Relatório da Ouvidoria referente ao segundo semestre de 2015 e as medidas corretivas em decorrência das reclamações recebidas, para fins de atendimento da Resolução 4.433, de 23 de julho de 2015, do Conselho Monetário Nacional

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 26 de janeiro de 2016, a eleição dos Srs. Marino Alexandre Calheiros Aguiar e Mario Roberto Opice Leão para comporem a Diretoria Executiva do Banco, para o cargo de Diretor sem designação específica, para um mandato complementar, que vigorará até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a AGO de 2017.

7) Gestão de Riscos

7.1) Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura organizacional da Vice Presidência Executiva (VPE), a qual é independente da área comercial, é composta por áreas responsáveis pelo gerenciamento dos riscos financeiros e não financeiros, com diretorias que atuam sob o ponto de vista de gestão de portfólios do varejo e do atacado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Uma área específica de Controle e Consolidação tem como missão reportar uma visão consolidada de todos os riscos à direção e aos órgãos de governança do Grupo, assim como por impulsionar o desenvolvimento do apetite pelo risco e o exercício de identificação e avaliação de todos os riscos (*Risk Identification & Assessment*). Também é responsável por desenvolver a relação com supervisores e reguladores em matéria de riscos, em coordenação com a unidade de Relação com Supervisores e Reguladores do Grupo. Está segmentada em Gestão Integrada de Riscos, Riscos de Modelo, Riscos Não Financeiros, Consolidação de Risco de Crédito e Controle de Riscos de Empresas Coligadas

Possui outro núcleo responsável por um conjunto de funções transversais (Governança, Políticas, Cultura de riscos, Metodologia, *Stress Test*, Capital e Gestão da Informação) necessárias para a construção de um modelo de gestão avançado de riscos.

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander é definida visando um prudente padrão de gestão, adequado ao negócio e respeitando sempre o ambiente normativo e regulatório local.

O modelo de governança está estruturado tanto numa visão de decisão, com foco na análise e aprovação de propostas e limites de crédito, como numa visão controle, com foco no controle integral de riscos.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Independência da função de riscos em relação a área de negócios;
- Envolvimento da Administração nas tomadas de decisão; e
- Decisões colegiadas e consenso sobre operações de crédito.

O CER - Comitê Executivo de Riscos é o fórum de decisão local com representantes da gestão do banco, entre eles o Presidente, o Vice-Presidente Executivo (VPE) de Riscos entre outros e os demais membros da comissão executiva.

O CCR - Comitê de Controle de Riscos é o fórum de controle e acompanhamento local com representantes da gestão do Banco, entre eles o VPE de Riscos e o VPE.

Os temas relevantes de gestão de riscos, ou aqueles que por ventura excedam a alçada destes Comitês, são encaminhados e decididos pelo Conselho de Administração.

Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controle, relacionados à gestão de riscos, está descrito no relatório disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br

7.2) Estrutura de Gerenciamento de Capital

O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos, entre outros.

O gerenciamento de capital procura otimizar a criação de valor no Banco Santander e nas diferentes unidades de negócio. O Banco Santander utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de demonstrar que tem capital disponível suficiente para suportar os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordados pelo Grupo.

Projeções de capital regulatório e econômico são baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, entre outras) e em cenários macroeconômicos estimados pelo departamento de pesquisa econômica. Os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos: mais precisão na gestão de risco e alocação de capital econômico a diversas unidades do Banco Santander.

7.3) Risco de Crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias de acordo com o apetite de riscos, além do estabelecimento de limites, abrangendo a análise e controle de exposição e tendências, bem como a eficácia das políticas de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco adequado e uma rentabilidade mínima que compense a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração.

A Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados (com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (standardizados).

7.4) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites, previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos “gaps” de liquidez, entre outras. Isso permite a gestão dos riscos, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander, nos diferentes mercados em que o banco opera.

Para isso, o Banco desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos com os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o CER, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos (ALCO), que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o *Value at Risk (Var)* (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da VPE de Riscos, área independente que aplica as políticas de risco.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

7.5) Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco socioambiental para o Banco de Atacado é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$1 milhão. Essa análise considera itens como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros possíveis pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades e perdas. O procedimento é realizado por uma equipe especializada, com formação em Biologia, Engenharia Química, Engenharia de Saúde e Segurança e Geologia. A equipe de análise financeira considera o potencial de danos e impactos que situações socioambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A análise foca em preservar o capital e reputação no mercado e a disseminação da prática é obtida através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para pessoa jurídica no Banco de Atacado.

A Política de Risco Socioambiental do Banco Santander está incluída no âmbito da Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco, atendendo à Resolução 4.327 do CMN.

7.6) Riscos Operacionais, Controles Internos, Lei Sarbanes-Oxley e Auditoria Interna

A área corporativa local, denominada Riscos Não Financeiros, é responsável por implementar o modelo de gestão de Riscos Operacionais e de Controles Internos do Banco Santander. Está subordinada à unidade de Controle & Consolidação de Riscos e conta com pessoas, estrutura, normas, metodologias e ferramentas para assegurar a adequação do Modelo de Controle e Gestão.

Atua na prevenção aos riscos operacionais e apoia para o contínuo fortalecimento do sistema de controles internos, atendendo às determinações dos Órgãos Reguladores, Basileia e exigências da Lei Sarbanes Oxley, além das resoluções do Conselho Monetário Nacional. Este Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Internal Control– Integrated Framework 2013*.

A Administração é parte atuante no modelo, reconhecendo, participando e compartilhando a responsabilidade pela melhoria contínua da cultura e estrutura da gestão dos riscos operacionais e tecnológicos e do ambiente de controles internos, visando assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, bem como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da Parcela do Patrimônio de Referência Exigido (Popr) referente ao risco operacional.

Informações adicionais do modelo de gestão encontram-se disponíveis nos relatórios Anual e Social, disponíveis em: www.santander.com.br/ri.

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

Tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle internos, assim como a confiabilidade e qualidade da informação contábil, estando todas as sociedades, unidades de negócio, departamentos e serviços centrais do Conglomerado sob seu escopo de aplicação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados, respectivamente, sobre os trabalhos realizados pela Auditoria Interna ao longo de 2016, conforme seu plano anual.

O Comitê de Auditoria analisou favoravelmente o plano de trabalho anual da Auditoria Interna e aprovou o relatório de atividades para o ano de 2016.

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Conglomerado, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário.

Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão.

Além disso, ao menos anualmente, os programas de trabalho são revisados. Esses documentos descrevem os testes de auditoria a serem realizados, para que as exigências sejam cumpridas.

Ao longo do ano de 2016, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas conforme plano de trabalho para 2016, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento.

8) Pessoas

Quando se fala no crescimento e desenvolvimento do Banco Santander, uma força se destaca: as Pessoas. Ter uma equipe motivada e engajada é um fator decisivo para tornar o Banco Santander no melhor banco para os clientes e a melhor empresa para os profissionais.

Os profissionais são o elo mais forte do Banco com os clientes e por isso, dia após dia, o Banco Santander aprimora suas práticas de gestão, pois sabe que somente com profissionais engajados, motivados, bem capacitados e com pleno desenvolvimento profissional, o Banco irá conseguir ter mais e melhores clientes, satisfeitos e vinculados, orgulhosos de fazer negócios conosco e à marca Santander.

A atuação diária do Banco junto a clientes, funcionários, acionistas e sociedade é guiada pelo propósito de contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem e por seu jeito de agir.

O Banco tem uma equipe talentosa e engajada com cerca de 47 mil funcionários só no Brasil. O Banco busca profissionais que se identifiquem com a Cultura Corporativa, de ser um Banco Simples (com serviços descomplicados e fáceis de operar), Pessoal (com soluções e canais que atendam suas necessidades e preferências) e Justo (promovendo negócios e relações que sejam bons para clientes, acionistas e funcionários). Além de se identificar com a Cultura, nossos profissionais agem em seu dia a dia alinhados à ela.

9) Desenvolvimento Sustentável

No Santander, Sustentabilidade é parte estratégica dos negócios. É um compromisso que visa resultados para os negócios e para a sociedade de forma simples, pessoal e justa, que é baseada numa estratégia baseada com três pilares: Inclusão Social e Financeira, Educação, e Gestão e Negócios Socioambientais. Entre os destaques do quarto trimestre em relação à Inclusão Social e Financeira estão: a Santander Microcrédito, que atualmente possui a maior operação de microcrédito produtivo e orientado entre os bancos privados do Brasil, oferece crédito e orientação financeira a microempreendedores de baixa renda e desde 2002 desembolsou cerca de R\$3.8 bilhões para mais de 394 mil clientes.

Nas localidades onde o Microcrédito é ofertado, foi lançada a edição 2016 do Programa Parceiros em Ação que promove a educação financeira e capacita empreendedores. Somente neste ano, 81 empreendedores foram capacitados. Por outro lado, o Amigo de Valor, que permite que o Banco, bem como seus funcionários e clientes direcionem parte do imposto de renda devido aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, direcionou R\$10.583 milhões para 38 projetos distribuídos pelo Brasil em 2016. Já por meio do programa corporativo de Voluntariado Programa Escola Brasil (PEB) 6.049 funcionários atuaram como voluntários mobilizando 95.746 pessoas nas 438 ações realizadas apoiando 183 escolas públicas. No Pilar Educação, com 389 Instituições de Ensino Superior conveniadas, desde 2005, o programa Santander Universidades Brasil concedeu mais de 148 mil bolsas de estudos; No Pilar Gestão e Negócios Socioambientais, desde 2013, a Santander Financiamentos, por meio do CDC Eficiência Energética de Equipamentos, financia sistemas de geração de energia solar fotovoltaicos (conversão direta da energia solar em eletricidade). Em 2016, 149 parceiros com um volume de negócios acima de R\$19,7 milhões foram credenciados. No Agro Sustentável o Banco Santander possui atualmente mais de 1.000 clientes, mais de 220 funcionários e escritórios terceirizados treinados ou sensibilizados em relação ao CAR (Cadastro Ambiental Rural) e outros temas socioambientais e 251 adesões de clientes na parceria com a Coopercitrus e Bayer.

10) Auditoria Independente

O Banco Santander tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais, a qual prevê, inclusive, a necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, informa que no exercício findo de 31 de dezembro de 2016, foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria externa das Demonstrações Financeiras que tenham superado 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa, são esses:

Descrição dos serviços prestados
Revisão do Programa de Dívida <i>Global Medium Term Notes</i> .
<i>Due Dilligence</i> Financeira e Fiscal.
*Os serviços adicionais totalizam R\$736 mil reais, o que representa 6,15% da remuneração global.

Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria externa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 24/01/2017).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

1. Notas Explicativas às demonstrações financeiras individual e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, operações de cartões de crédito e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, arrendamento mercantil, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Santander, que inclui sua dependência no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e suas empresas coligadas e controladas indicadas na Nota 15 e os fundos de investimentos, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificados por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pelo Banco Santander na sua gestão.

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento Capitalization Renda Fixa (Santander FI Capitalization);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander FIC FI Contract I Referenciado DI (Santander FIC FI Contract);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) ⁽⁵⁾;
- Santander Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo (Santander FI Financeiro);
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) ⁽¹⁾;
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FI Direitos Creditórios RCI Brasil I);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FI RN Brasil - Financiamento de Veículos) ⁽³⁾;
- BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII (Fundo de Investimento Imobiliário) ⁽⁴⁾; e
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) ⁽⁵⁾.

(1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas (recebíveis referentes aos automóveis faturados para as concessionárias da montadora) ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. (Nota 15)) detém 100% das suas cotas subordinadas.

(2) O Banco RCI Brasil S.A. (empresa pertencente ao Conglomerado Santander) vende sua carteira do produto "floorplan" ao Fundo, bem como detém 100% das suas cotas subordinadas. Este Fundo compra exclusivamente operações de crédito do Banco RCI Brasil S.A.

(3) O Banco RCI Brasil S.A. vendeu recebíveis (Carteira CDC) ao FI RN Brasil - Financiamento de Veículos. As cotas sêniores terão somente um investidor, o *Credit Agricole*. O Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das cotas subordinadas. Este fundo foi constituído e passou a ser consolidado em setembro de 2016.

(4) Este fundo foi constituído e passou a ser consolidado em agosto de 2016. Trata-se de uma estrutura onde o Banco Santander figurava como credor de determinadas dívidas (operações de crédito). Os imóveis objeto de garantia das referidas operações foram convertidos em aportes de capital junto ao Fundo de Investimento Imobiliário, conjugado a concomitante transferência das cotas do mesmo para o Banco Santander mediante processo de dação em pagamento das

(5) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI Hedge Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo toda posição oriunda do balancete do Santander FI Hedge Strategies.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. Os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto foram consolidados nas respectivas proporções da participação no capital social da controlada.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes, plano de pensão e o valor justo dos ativos.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na reunião realizada em 24 de janeiro de 2017.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados.

b) Moeda Funcional

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander.

Os ativos e passivos da dependência e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias. Os efeitos das mudanças de câmbio em caixa e equivalentes de caixa passaram a ser destacados na demonstração dos fluxos de caixa a partir de 2016. As cifras correspondentes ao exercício de 2015 foram reclassificadas para fins de

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Vinculados ao Bacen Remunerados

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

e.1) Operações Compromissadas

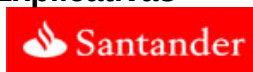
Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

- I - "hedge" de risco de mercado; e
- II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução do CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a

a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

b) Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Banco passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

i) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados “pro rata” dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

j) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação, ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são

k) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

k.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução CMN 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

- a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;
- b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
- c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

O Banco está utilizando essa prerrogativa.

Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.

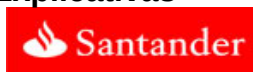
A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deverá ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

l) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

l.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

I.2) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

I.3) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

Em julho de 2015 o Banco revisou a curva de amortização do ágio de aquisição do Banco Real a fim de adequar a curva originalmente estabelecida ao prazo, extensão e proporção dos resultados futuros. A amortização do referido ágio será concluída em 2017 (originalmente em 2016). Para o exercício de 31 de dezembro de 2016 não houve mudança na curva de amortização do ágio de aquisição do Banco Real.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

m) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

• Provisão para Prêmios não Ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pelas parcelas dos prêmios líquidos de cosseguro cedido, correspondentes aos períodos de riscos não decorridos das apólices, calculada "pro rata" dia. Conforme a Circular Susep 517/2015 e alterações posteriores, no período entre a emissão e o início de vigência, o cálculo da provisão é efetuado considerando o período de vigência igual ao prazo de vigência do risco.

• Provisões de Prêmios não Ganhos - Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos já assumidos mas que ainda não possuem as respectivas apólices emitidas. Esta provisão é estimada com base no comportamento histórico das emissões em atraso, conforme Nota Técnica Atuarial (NTA).

• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

As PMBaC são constituídas a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. As PMBC representam as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculo atuarial para os planos dos tipos tradicional.

• Provisões de Sinistros a Liquidar (PSL)

A PSL é constituída com base nos avisos recebidos pela Evidence Previdência S.A. (Evidence), relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas, de sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. O fato gerador da baixa da provisão decorrente de pagamento, se caracteriza quando da liquidação financeira, do recebimento do comprovante de pagamento da indenização, pecúlio ou renda vencida, ou conforme os demais casos previstos em lei.

• PSL Judicial

É constituída para todos os avisos de sinistros em demanda judicial, com base na probabilidade de perda e classificadas como prováveis, possíveis e remotas.

Os sinistros em demanda judicial são analisados individualmente pelo departamento jurídico para serem classificados dentre estas probabilidades de perda, sendo atualizados sempre que houver necessidade.

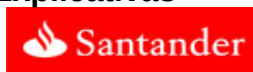
Na PSL judicial incide ainda correção monetária e honorários de sucumbência, conforme indexador do contrato e juros de 1% ao mês.

• Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)

O IBNR deve ser constituído para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo. Para fins de descrição da metodologia, adotamos o termo "sinistro" para definir todos os sinistros e benefícios dos planos de risco de previdência. A Evidence não dispõe de base de dados suficiente para a elaboração de metodologia própria, desta forma, é utilizado os procedimentos técnicos definidos na Circular Susep 517/2015 e alterações posteriores.

• Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. Para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a provisão abrange as despesas, alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

• Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A PEF abrange os valores de excedentes financeiros provisionados, a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano. Esta provisão é calculada considerando-se a rentabilidade dos investimentos realizada versus a rentabilidade garantida em cada plano.

• Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar (PVR)

Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, as devoluções de contribuições ou prêmios ou as portabilidades solicitadas e que por qualquer motivo, ainda não foram efetuadas.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da taxa de remuneração básica da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados e a provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e
- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

n) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 35. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar

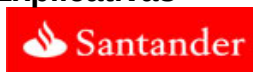
Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 32) e despesas de pessoal (Nota 28).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

o) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do modificador Retorno sobre Ativo Ponderado pelo Risco (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ação

O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido no valor justo na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado, o Banco reavalia o valor justo do passivo no final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em “salários a pagar” em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

p) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 18.d).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes à esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente a emissão dos instrumentos de natureza composta encontram-se descrito na Nota 21.

q) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 23.h) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

s) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre o prejuízo fiscal, base negativa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada

t) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

u) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados a garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

v) Participação dos Acionistas Minoritários

Os acionistas não controladores (minoritários) são registrados em conta destacada de patrimônio líquido das entidades controladoras, para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Banco			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	5.513.365	5.231.627	4.697.744	5.723.084	6.863.856	5.074.698
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.334.313	26.116.456	18.714.280	12.410.093	26.269.326	18.327.035
Aplicações no Mercado Aberto	1.053.105	3.993.155	6.260.149	1.129.140	4.146.025	6.260.149
Aplicações em Depósitos Interfinanceiro	282.753	292.520	998.397	282.753	292.520	998.397
Aplicações em Moedas Estrangeiras	10.998.455	21.830.781	11.455.734	10.998.200	21.830.781	11.068.489
Total	17.847.678	31.348.083	23.412.024	18.133.177	33.133.182	23.401.733

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

				Banco	
				31/12/2016	31/12/2015
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	43.526.974	3.878.188	-	47.405.162	31.837.273
Posição Bancada	1.049.511	-	-	1.049.511	517.536
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	546.618	-	-	546.618	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	281.870	-	-	281.870	87.459
Notas do Tesouro Nacional - NTN	221.023	-	-	221.023	430.077
Posição Financiada	14.286.623	803.101	-	15.089.724	11.185.515
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.484.986	207.153	-	2.692.139	3.935.100
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.801.637	595.948	-	12.397.585	7.250.415
Posição Vendida	28.190.840	3.075.087	-	31.265.927	20.134.222
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.374.806	416.978	-	4.791.784	9.548.665
Notas do Tesouro Nacional - NTN	23.816.034	2.658.109	-	26.474.143	10.585.557
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.656.124	17.253.238	14.812.506	36.721.868	33.839.729
Aplicações em Moedas Estrangeiras	10.998.455	-	-	10.998.455	21.830.781
Total	59.181.553	21.131.426	14.812.506	95.125.485	87.507.783
Circulante				80.312.979	74.010.064
Longo Prazo				14.812.506	13.497.719

				Consolidado	
				31/12/2016	31/12/2015
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	43.802.059	3.677.137	-	47.479.196	31.990.143
Posição Bancada	10.128.147	-	-	10.128.147	670.406
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	546.619	-	-	546.619	22.802
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.041.941	-	-	3.041.941	217.527
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.539.587	-	-	6.539.587	430.077
Posição Financiada	5.483.072	602.050	-	6.085.122	11.185.515
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	6.102	-	6.102	3.935.100
Notas do Tesouro Nacional - NTN	5.483.072	595.948	-	6.079.020	7.250.415
Posição Vendida	28.190.840	3.075.087	-	31.265.927	20.134.222
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.374.806	416.978	-	4.791.784	9.548.665
Notas do Tesouro Nacional - NTN	23.816.034	2.658.109	-	26.474.143	10.585.557
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	499.734	534.680	156.126	1.190.540	1.989.204
Aplicações em Moedas Estrangeiras	10.998.840	665	-	10.999.505	21.830.781
Total	55.300.633	4.212.482	156.126	59.669.241	55.810.128
Circulante				59.513.115	55.443.206
Longo Prazo				156.126	366.922

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

				31/12/2016	Banco 31/12/2015
	Valor do	Ajuste a Mercado	Refletido no:	Valor	Valor
	Custo	Resultado	Patrimônio	Contábil	Contábil
	Amortizado		Líquido		
Títulos para Negociação	61.866.860	438.260	-	62.305.120	27.442.387
Títulos Públicos	57.621.866	434.335	-	58.056.201	23.925.508
Títulos Privados	4.244.994	3.925	-	4.248.919	3.516.879
Títulos Disponíveis para Venda	133.606.790	13.058	456.576	134.076.424	140.087.886
Títulos Públicos	50.013.123	-	952.471	50.965.594	58.013.126
Títulos Privados	83.593.667	13.058	(495.895)	83.110.830	82.074.760
Títulos Mantidos até o Vencimento	9.388.442	-	-	9.388.442	9.257.519
Títulos Públicos	9.388.442	-	-	9.388.442	9.257.519
Total de Títulos e Valores Mobiliários	204.862.092	451.318	456.576	205.769.986	176.787.792
Derivativos (Ativo)	24.964.001	(7.197.757)	84.746	17.850.990	20.176.871
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	229.826.093	(6.746.439)	541.322	223.620.976	196.964.663
Circulante				97.187.849	50.644.888
Longo Prazo				126.433.127	146.319.775
Derivativos (Passivo)	(19.060.284)	5.537.910	(105.281)	(13.627.655)	(17.031.432)
Circulante				(8.442.552)	(6.759.506)
Longo Prazo				(5.185.103)	(10.271.926)

				31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
	Valor do	Ajuste a Mercado	Refletido no:	Valor	Valor
	Custo	Resultado	Patrimônio	Contábil	Contábil
	Amortizado		Líquido		
Títulos para Negociação	62.301.973	437.049	-	62.739.022	27.227.796
Títulos Públicos	60.558.053	426.901	-	60.984.954	26.472.010
Títulos Privados	1.743.920	10.148	-	1.754.068	755.786
Títulos Disponíveis para Venda	72.875.745	(64.273)	574.775	73.386.247	80.396.458
Títulos Públicos	53.551.033	-	1.040.396	54.591.429	61.649.908
Títulos Privados	19.324.712	(64.273)	(465.621)	18.794.818	18.746.550
Títulos Mantidos até o Vencimento	9.388.442	-	-	9.388.442	9.257.519
Títulos Públicos	9.388.442	-	-	9.388.442	9.257.519
Total de Títulos e Valores Mobiliários	144.566.160	372.776	574.775	145.513.711	116.881.773
Derivativos (Ativo)	27.698.208	(3.798.308)	176.056	24.075.956	26.010.209
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	172.264.368	(3.425.532)	750.831	169.589.667	142.891.982
Circulante				90.341.153	55.477.103
Longo Prazo				79.248.514	87.414.879
Derivativos (Passivo)	(14.586.777)	(5.096.628)	(261.109)	(19.944.514)	(22.882.959)
Circulante				(14.585.133)	(11.604.277)
Longo Prazo				(5.359.381)	(11.278.682)

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

II) Títulos para Negociação

	31/12/2016			Banco 31/12/2015			Consolidado 31/12/2016 31/12/2015	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação								
Títulos Públicos	57.621.866	434.335	58.056.201	23.925.508	60.558.053	426.901	60.984.954	26.472.010
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.352.071	(4.141)	3.347.930	1.713.535	4.718.295	(4.588)	4.713.707	2.737.197
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.198.859	33.773	10.232.632	6.427.586	10.198.859	33.773	10.232.632	6.605.092
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	208.786	(9.591)	199.195	225.792	208.786	(9.591)	199.195	225.792
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	18.557.302	236.172	18.793.474	12.238.392	18.945.024	239.545	19.184.569	12.534.049
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	53.650	(117)	53.533	49.831	1.235.891	(10.477)	1.225.414	1.099.508
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	25.125.449	175.016	25.300.465	3.137.876	25.125.449	175.016	25.300.465	3.137.876
Títulos da Dívida Agrária - TDA	125.061	3.207	128.268	130.534	125.061	3.207	128.268	130.534
Títulos da Dívida Externa Brasileira	688	16	704	1.962	688	16	704	1.962
Títulos Privados	4.244.994	3.925	4.248.919	3.516.879	1.743.920	10.148	1.754.068	755.786
Ações	470	(213)	257	7.865	118.987	6.010	124.997	106.084
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	1.330	666	1.996	7.429	1.330	666	1.996	7.429
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	-	21.313	-	21.313	31.328
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	2.908	1.083.298	-	1.083.298	325.126
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	-	24.032	-	24.032	578
Debêntures ⁽³⁾	4.065.174	3.115	4.068.289	3.498.449	265.366	3.115	268.481	168.264
Letras Financeiras - LF	-	-	-	-	48.600	-	48.600	114.786
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	30.262	18	30.280	228	30.307	18	30.325	301
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	147.758	339	148.097	-	147.758	339	148.097	-
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	2.929	-	2.929	1.890
Total	61.866.860	438.260	62.305.120	27.442.387	62.301.973	437.049	62.739.022	27.227.796

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco 31/12/2016					
Títulos para Negociação	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	20.823.458	3.547.913	9.964.501	23.720.329	58.056.201
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	28.053	31.151	383.128	2.905.598	3.347.930
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	5.531.995	1.638.683	1.817.772	1.244.182	10.232.632
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	793	-	198.402	199.195
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	67.560	1.777.947	6.316.092	10.631.875	18.793.474
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	416	51.525	-	1.592	53.533
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	15.192.914	-	1.380.916	8.726.635	25.300.465
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	2.491	47.814	66.593	11.370	128.268
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	29	-	-	675	704
Títulos Privados	257	105	2.538	25.218	4.220.801	4.248.919
Ações	257	-	-	-	-	257
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	-	-	1.996	-	-	1.996
Debêntures ⁽³⁾	-	105	523	15.621	4.052.040	4.068.289
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	19	251	30.010	30.280
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	9.346	138.751	148.097
Total	257	20.823.563	3.550.451	9.989.719	27.941.130	62.305.120

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado 31/12/2016					
Títulos para Negociação Abertura por Vencimento	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	20.869.184	3.553.280	10.291.431	26.271.059	60.984.954
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	28.053	34.700	685.170	3.965.784	4.713.707
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	5.531.995	1.638.683	1.817.772	1.244.182	10.232.632
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	793	-	198.402	199.195
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	75.070	1.778.219	6.340.980	10.990.300	19.184.569
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	38.632	53.071	-	1.133.711	1.225.414
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	15.192.914	-	1.380.916	8.726.635	25.300.465
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	2.491	47.814	66.593	11.370	128.268
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	29	-	-	675	704
Títulos Privados	1.232.318	3.372	51.315	25.218	441.845	1.754.068
Ações	124.997	-	-	-	-	124.997
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	-	-	1.996	-	-	1.996
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	-	21.313	21.313
Cotas de Fundos de Investimento	1.083.289	9	-	-	-	1.083.298
Cotas de Fundos Imobiliários	24.032	-	-	-	-	24.032
Debêntures ⁽³⁾	-	566	523	15.621	251.771	268.481
Letras Financeiras - LF	-	-	48.600	-	-	48.600
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	45	19	251	30.010	30.325
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	9.346	138.751	148.097
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	2.752	177	-	-	2.929
Total	1.232.318	20.872.556	3.604.595	10.316.649	26.712.904	62.739.022

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

III) Títulos Disponíveis para Venda

				31/12/2016	Banco 31/12/2015
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda					
Títulos Públicos	50.013.123	-	952.471	50.965.594	58.013.126
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	604	-	188	792	650
Crédito Securitizado	2.520	-	254	2.774	3.206
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	13.033.951	-	(24.413)	13.009.538	11.432.222
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.177.670	-	249.596	15.427.266	24.172.709
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	1.159.608	-	(61.232)	1.098.376	1.329.024
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	6.296.307	-	380.310	6.676.617	5.096.646
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	1.488.657	-	(31.354)	1.457.303	1.248.664
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (6)}	9.650.245	-	453.598	10.103.843	10.687.322
Títulos da Dívida Externa Espanhola	3.203.561	-	(14.476)	3.189.085	2.438.200
Debêntures ⁽³⁾	-	-	-	-	1.604.483
Títulos Privados	83.593.667	13.058	(495.895)	83.110.830	82.074.760
Ações	575.789	-	(4.871)	570.918	760.362
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	-	-	-	-	223.001
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP ⁽⁷⁾	109.668	(72.158)	-	37.510	612.081
Cotas de Fundos de Investimento	553.360	84.880	-	638.240	554.363
Cotas de Fundos Imobiliários	595.100	(7.542)	-	587.558	-
Debêntures ^{(3) (4)}	75.992.809	-	(458.200)	75.534.609	73.039.930
Eurobonds	219.306	-	(61.249)	158.057	212.910
Notas Promissórias - NP ⁽⁵⁾	3.746.375	7.878	40.508	3.794.761	4.944.704
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	-	-	-	-	14.972
Letras Financeiras - LF	1.258.871	-	1.424	1.260.295	1.220.822
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	410.577	-	(12.142)	398.435	491.615
Cédula de Produto Rural - CPR	131.812	-	(1.365)	130.447	-
Total	133.606.790	13.058	456.576	134.076.424	140.087.886

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
		Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda					Valor Contábil
Títulos Públicos		53.551.033	-	1.040.396	54.591.429
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT		604	-	188	792
Crédito Securitizado		2.520	-	254	2.774
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		13.884.393	-	(24.832)	13.859.561
Letras do Tesouro Nacional - LTN		16.239.034	-	261.352	16.500.386
Notas do Tesouro Nacional - NTN A		1.159.608	-	(61.232)	1.098.376
Notas do Tesouro Nacional - NTN B		6.296.307	-	380.310	6.676.617
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾		1.488.657	-	(31.354)	1.457.303
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (6)}		11.276.349	-	530.186	11.806.535
Títulos da Dívida Externa Espanhola		3.203.561	-	(14.476)	3.189.085
Debêntures ⁽³⁾		-	-	-	-
Títulos Privados		19.324.712	(64.273)	(465.621)	18.794.818
Ações		893.880	-	31.340	925.220
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾		-	-	-	-
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP ⁽⁷⁾		114.614	(72.158)	-	42.456
Cotas de Fundos de Investimento		151.195	7	-	151.202
Cotas de Fundos Imobiliários		62.859	-	(52)	62.807
Debêntures ^{(3) (4)}		12.048.125	-	(458.200)	11.589.925
Eurobonds		219.306	-	(61.249)	158.057
Notas Promissórias - NP ⁽⁵⁾		3.755.447	7.878	34.294	3.797.619
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI		-	-	-	-
Letras de Câmbio - LC		20.594	-	-	20.594
Letras Financeiras - LF		1.487.515	-	1.753	1.489.268
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI		410.577	-	(12.142)	398.435
Certificados de Depósitos Bancários - CDB		28.788	-	-	28.788
Cédula de Produto Rural - CPR		131.812	-	(1.365)	130.447
Total		72.875.745	(64.273)	574.775	73.386.247
					80.396.458

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco 31/12/2016					
Títulos Disponíveis para Venda	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	556.922	3.203.788	14.129.239	33.075.645	50.965.594
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	792	792
Crédito Securitizado	-	228	700	1.225	621	2.774
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	84.408	12.925.130	13.009.538
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	8.495	14.043.606	1.375.165	15.427.266
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	4.632	-	1.093.744	1.098.376
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	44.289	876	-	6.631.452	6.676.617
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	-	14.780	-	-	1.442.523	1.457.303
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (6)}	-	497.625	-	-	9.606.218	10.103.843
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	3.189.085	-	-	3.189.085
Títulos Privados	1.257.030	2.036.300	16.603.239	5.451.293	57.762.968	83.110.830
Ações	31.232	-	124.549	415.137	-	570.918
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP ⁽⁷⁾	-	-	-	7.720	29.790	37.510
Cotas de Fundos de Investimento	638.240	-	-	-	-	638.240
Cotas de Fundos Imobiliários	587.558	-	-	-	-	587.558
Debêntures ^{(3) (4)}	-	680.059	14.346.916	3.272.282	57.235.352	75.534.609
Eurobonds	-	5.988	-	-	152.069	158.057
Notas Promissórias - NP ⁽⁵⁾	-	592.102	1.525.845	1.550.956	125.858	3.794.761
Letras Financeiras - LF	-	717.299	455.292	87.704	-	1.260.295
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	33.058	90.173	55.305	219.899	398.435
Cédula de Produto Rural - CPR	-	7.794	60.464	62.189	-	130.447
Total	1.257.030	2.593.222	19.807.027	19.580.532	90.838.613	134.076.424

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						Consolidado 31/12/2016
Títulos Disponíveis para Venda	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	638.912	3.576.768	15.072.819	35.302.930	54.591.429
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	792	792
Crédito Securitizado	-	228	700	1.225	621	2.774
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	117.074	159.700	13.582.787	13.859.561
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	264.401	14.799.297	1.436.688	16.500.386
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	4.632	-	1.093.744	1.098.376
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	44.289	876	-	6.631.452	6.676.617
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	-	14.780	-	-	1.442.523	1.457.303
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (6)}	-	579.615	-	112.597	11.114.323	11.806.535
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	3.189.085	-	-	3.189.085
Títulos Privados	250.442	2.076.305	3.614.156	5.555.680	7.298.235	18.794.818
Ações	36.579	1.274	124.549	415.137	347.681	925.220
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP ⁽⁷⁾	-	-	-	12.666	29.790	42.456
Cotas de Fundos de Investimento	151.056	146	-	-	-	151.202
Cotas de Fundos Imobiliários	62.807	-	-	-	-	62.807
Debêntures ^{(3) (4)}	-	680.059	1.243.409	3.272.282	6.394.175	11.589.925
Eurobonds	-	5.988	-	-	152.069	158.057
Notas Promissórias - NP ⁽⁵⁾	-	592.102	1.528.703	1.550.956	125.858	3.797.619
Letras de Câmbio - LC	-	-	-	20.594	-	20.594
Letras Financeiras - LF	-	755.884	566.833	166.551	-	1.489.268
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	33.058	90.173	55.305	219.899	398.435
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	25	-	28.763	28.788
Cédula de Produto Rural - CPR	-	7.794	60.464	62.189	-	130.447
Total	250.442	2.715.217	7.190.924	20.628.499	42.601.165	73.386.247

(1) O valor das cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC é calculado mediante a apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes das suas respectivas carteiras, deduzidos das respectivas provisões que levam em consideração aspectos relacionados aos devedores, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, de acordo com as normas e práticas contábeis de avaliação de crédito.

(2) Durante o ano de 2016 foram realizados o valor de R\$25.027 (2015 - R\$14.053), líquidos dos efeitos tributários, no resultado Consolidado, pela venda das NTN-C e parte das NTN-F ao mercado (Nota 24.e).

(3) Inclui emissão de sociedade de economia mista.

(4) Em 31 de dezembro de 2015, inclui o valor de R\$503.415 de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a).

(5) Inclui o valor de R\$146.392 (31/12/2015 - R\$381.641) de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a) e R\$1.939.949 de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

(6) Em 31 de dezembro de 2016, a quantidade de 1.040.000 de Notas de Tesouro Nacional - NTN-F, com prazo de vencimento em 1 de janeiro de 2025 estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar do Plano V do Fundo de Seguridade Social (Banesprev).

(7) Os ativos das companhias investidas são mensuradas através da metodologia de; (i) valor justo de instrumento financeiro, interpretado como sendo o preço pago em um mercado ativo, transparente e significativo. Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base em técnicas de avaliação normalmente adotadas pelo mercado financeiro, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele; (ii) pelo valor de custo de aquisição dos ativos financeiros. Caso não exista cotação disponível em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado são avaliados ao custo de aquisição ou ao seu custo amortizado, ajustado pela provisão para perdas por não recuperação (*impairment*), quando aplicável.

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Banco/Consolidado 31/12/2016 Abertura por Vencimento							
Títulos Mantidos até o Vencimento ⁽¹⁾	Valor do Custo Amortizado/Contábil		Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
	31/12/2016	31/12/2015					
Títulos Públicos	9.388.442	9.257.519	98.451	39.833	346.245	8.903.913	9.388.442
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	2.921.564	3.559.308	-	11.714	-	2.909.850	2.921.564
Títulos da Dívida Externa Brasileira ⁽²⁾	6.466.878	5.698.211	98.451	28.119	346.245	5.994.063	6.466.878
Total	9.388.442	9.257.519	98.451	39.833	346.245	8.903.913	9.388.442

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$10.555.437 (31/12/2015 - R\$9.257.519).

(2) Inclui o valor de R\$701.300 (31/12/2015 - R\$866.554) de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

Em janeiro de 2014, o Banco realizou uma emissão de títulos elegíveis a compor o capital de Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência (PR), no montante de US\$2,5 bilhões (equivalente a R\$6 bilhões) (Nota 21). Com o objetivo de mitigar o risco de taxas de juros em Dólar, foi realizada a compra de ativos indexados nesta moeda: NTN-A e Eurobonds emitidos pelo governo federal do Brasil e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (adquiridos via dependência no exterior Agência Grand Cayman). Inicialmente, esses títulos foram classificados na categoria “Disponíveis para Venda” e, em 31 de dezembro de 2015, foram reclassificados para “Mantidos até o Vencimento”.

Atendendo ao disposto no artigo 5 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 31/12/2016	Banco 01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	Consolidado 01/01 a 31/12/2015
Rendas de Títulos de Renda Fixa	25.757.275	30.951.727	15.021.542	24.559.318
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.277.121	8.994.819	6.838.364	5.414.238
Resultado de Títulos de Renda Variável	88.674	(288.854)	222.744	(213.813)
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	150.233	158.304
Provisão para Perdas por não Recuperação ⁽¹⁾	(390.036)	(58.409)	(443.045)	(772.241)
Outros ⁽²⁾	98.238	174.963	1.676.564	340.803
Total	36.831.272	39.774.246	23.466.402	29.486.609

(1) Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.

(2) Corresponde, principalmente, a valorização/desvalorização de cotas de fundos de investimentos e participações.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Instrumentos Financeiros Derivativos**I) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais**

	31/12/2016			Banco		
	Negociação			31/12/2015		
	Valor			Valor		
	Referencial	Curva	Mercado	Referencial	Curva	Mercado
"Swap"		5.417.902	3.138.044		19.258.839	3.101.501
Ativo	118.076.726	23.171.475	24.315.423	245.461.855	38.126.434	38.852.905
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	44.868.680	21.689.958	22.763.760	38.673.202	6.955.903	9.233.799
Taxa de Juros Pré - Reais	47.732.950	-	-	131.559.811	-	-
Indexados em Índices de Preços						
e Juros	9.225.789	-	-	15.491.510	8.449.407	6.421.311
Moeda Estrangeira	16.249.307	1.481.517	1.551.663	59.725.687	22.709.479	23.207.542
Outros	-	-	-	11.645	11.645	(9.747)
Passivo	112.658.824	(17.753.573)	(21.177.379)	226.203.016	(18.867.595)	(35.751.404)
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	23.178.722	-	-	31.717.299	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	61.775.580	(14.042.630)	(17.461.002)	150.427.406	(18.867.595)	(35.751.404)
Indexados em Índices de Preços						
e Juros	12.767.212	(3.541.423)	(3.518.297)	7.042.103	-	-
Moeda Estrangeira	14.767.790	-	-	37.016.208	-	-
Outros	169.520	(169.520)	(198.080)	-	-	-
Opções	169.608.057	449.906	154.967	90.948.495	(15.877)	20.417
Compromissos de Compra	80.830.149	1.076.380	883.474	45.423.462	405.013	814.423
Opções de Compra Dólar	12.693.748	215.095	181.463	5.018.650	225.226	604.629
Opções de Venda Dólar	3.788.161	352.584	392.048	2.735.626	58.884	31.521
Opções de Compra Outras	17.492.141	16.939	15.914	13.803.789	77.341	167.851
Mercado Interfinanceiro	17.391.500	7.152	7.062	13.114.822	18.736	93.435
Outras ⁽¹⁾	100.641	9.787	8.852	688.967	58.605	74.416
Opções de Venda Outras	46.856.099	491.762	294.049	23.865.397	43.562	10.422
Mercado Interfinanceiro	46.106.600	13.968	18.029	23.350.994	27.761	4.558
Outras ⁽¹⁾	749.499	477.794	276.020	514.403	15.801	5.864
Compromissos de Venda	88.777.908	(626.474)	(728.507)	45.525.033	(420.890)	(794.006)
Opções de Compra Dólar	4.314.988	(121.751)	(141.172)	3.331.244	(184.273)	(535.702)
Opções de Venda Dólar	7.390.733	(470.629)	(553.458)	4.402.203	(125.172)	(73.815)
Opções de Compra Outras	27.784.459	(15.425)	(13.957)	14.515.876	(72.923)	(179.402)
Mercado Interfinanceiro	27.597.764	(5.891)	(4.087)	13.730.262	(21.932)	(112.707)
Outras ⁽¹⁾	186.695	(9.534)	(9.870)	785.614	(50.991)	(66.695)
Opções de Venda Outras	49.287.728	(18.669)	(19.920)	23.275.710	(38.522)	(5.087)
Mercado Interfinanceiro	49.245.495	(9.225)	(5.793)	23.218.228	(26.315)	(1.615)
Outras ⁽¹⁾	42.233	(9.444)	(14.127)	57.482	(12.207)	(3.472)
Contratos de Futuros	104.348.970	-	-	183.592.248	-	-
Posição Comprada	40.286.253	-	-	41.136.899	-	-
Cupom Cambial (DDI)	14.473.180	-	-	4.274.347	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	23.694.707	-	-	22.721.816	-	-
Moeda Estrangeira	1.393.538	-	-	11.710.935	-	-
Índice ⁽²⁾	146.773	-	-	566.378	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	578.055	-	-	-	-	-
Taxa Média das Operações						
Compromissadas (OC1)	-	-	-	1.863.423	-	-
Posição Vendida	64.062.717	-	-	142.455.349	-	-
Cupom Cambial (DDI)	15.048.490	-	-	58.499.504	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	28.942.103	-	-	20.304.192	-	-
Moeda Estrangeira	17.384.256	-	-	35.463.589	-	-
Índice ⁽²⁾	99.074	-	-	483.599	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	2.588.794	-	-	49.164	-	-
Taxa Média das Operações						
Compromissadas (OC1)	-	-	-	27.655.301	-	-

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2016			Banco		
	Negociação			31/12/2015		
				Negociação		
	Valor			Valor		
	Referencial	Curva	Mercado	Referencial	Curva	Mercado
Contratos a Termo e Outros	50.775.576	66.994	907.377	51.047.964	1.019.191	921.676
Compromissos de Compra	20.864.170	724.000	2.734.342	21.570.405	2.914.197	2.690.632
Moedas	19.951.984	724.000	2.738.737	21.570.405	2.914.197	2.690.632
Outros	912.186	-	(4.395)	-	-	-
Compromissos de Venda	29.911.406	(657.006)	(1.826.965)	29.477.559	(1.895.006)	(1.768.956)
Moedas	29.911.406	(657.006)	(1.826.965)	29.140.219	(1.895.006)	(1.754.301)
Outros	-	-	-	337.340	-	(14.655)

	31/12/2016			Consolidado		
	Negociação			31/12/2015		
				Negociação		
	Valor			Valor		
	Referencial	Curva	Mercado	Referencial	Curva	Mercado
"Swap"		12.544.823	3.110.732		19.767.937	3.158.175
Ativo	199.767.970	25.813.018	26.962.872	321.353.805	43.700.717	44.411.308
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	47.649.278	24.370.336	25.450.045	44.696.063	12.695.478	15.008.061
Taxa de Juros Pré - Reais	126.400.445	-	-	200.528.046	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	9.225.789	-	-	15.491.510	8.561.407	6.421.311
Moeda Estrangeira	16.492.458	1.442.682	1.512.827	60.626.541	22.432.187	22.991.683
Outros	-	-	-	11.645	11.645	(9.747)
Passivo	187.223.147	(13.268.195)	(23.852.140)	301.585.868	(23.932.780)	(41.253.133)
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	23.278.942	-	-	32.000.585	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	135.957.697	(9.557.252)	(20.135.763)	224.460.826	(23.932.780)	(41.253.133)
Indexados em Índices de Preços e Juros	12.767.212	(3.541.423)	(3.518.297)	6.930.103	-	-
Moeda Estrangeira	15.049.776	-	-	38.194.354	-	-
Outros	169.520	(169.520)	(198.080)	-	-	-
Opções	175.841.405	448.739	168.467	91.877.353	(32.566)	97.707
Compromissos de Compra	83.883.966	1.149.704	935.520	46.024.648	357.644	862.972
Opções de Compra Dólar	12.693.748	215.095	181.463	5.018.650	225.226	604.629
Opções de Venda Dólar	3.788.161	352.584	392.048	2.735.626	58.884	31.521
Opções de Compra Outras	20.115.932	60.830	62.517	14.106.701	31.405	142.121
Mercado Interfinanceiro	17.391.500	7.152	7.062	13.114.822	-	74.699
Outras ⁽¹⁾	2.724.432	53.678	55.455	991.879	31.405	67.422
Opções de Venda Outras	47.286.125	521.195	299.492	24.163.671	42.129	84.701
Mercado Interfinanceiro	46.106.600	13.968	18.029	23.350.994	27.761	4.558
Outras ⁽¹⁾	1.179.525	507.227	281.463	812.677	14.368	80.143
Compromissos de Venda	91.957.439	(700.965)	(767.053)	45.852.705	(390.210)	(765.265)
Opções de Compra Dólar	4.314.988	(121.751)	(141.172)	3.331.244	(184.273)	(535.702)
Opções de Venda Dólar	7.390.733	(470.629)	(553.458)	4.402.203	(125.172)	(73.815)
Opções de Compra Outras	30.441.646	(75.754)	(46.940)	14.567.407	(41.848)	(121.217)
Mercado Interfinanceiro	27.597.764	(5.891)	(4.087)	13.730.262	(21.932)	(112.707)
Outras ⁽¹⁾	2.843.882	(69.863)	(42.853)	837.145	(19.916)	(8.510)
Opções de Venda Outras	49.810.072	(32.831)	(25.483)	23.551.851	(38.917)	(34.531)
Mercado Interfinanceiro	49.245.495	(9.225)	(5.793)	23.218.228	(26.315)	(1.615)
Outras ⁽¹⁾	564.577	(23.606)	(19.690)	333.623	(12.602)	(32.916)
Contratos de Futuros	104.651.180	-	-	184.191.203	-	-
Posição Comprada	40.396.456	-	-	41.186.338	-	-
Cupom Cambial (DDI)	14.473.180	-	-	4.274.347	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	23.756.523	-	-	22.760.484	-	-
Moeda Estrangeira	1.393.538	-	-	11.710.935	-	-
Índice ⁽²⁾	195.160	-	-	577.149	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	578.055	-	-	-	-	-
Taxa Média das Operações Compromissadas (OC1)	-	-	-	1.863.423	-	-

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2016			Consolidado		
	Negociação			31/12/2015		
	Valor			Valor		
	Referencial	Curva	Mercado	Referencial	Curva	Mercado
Posição Vendida	64.254.724	-	-	143.004.865	-	-
Cupom Cambial (DDI)	15.048.490	-	-	58.499.504	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	29.047.678	-	-	20.836.314	-	-
Moeda Estrangeira	17.384.256	-	-	35.463.589	-	-
Índice ⁽²⁾	185.506	-	-	500.993	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	2.588.794	-	-	49.164	-	-
Taxa Média das Operações Compromissadas (OC1)	-	-	-	27.655.301	-	-
Contratos a Termo e Outros	50.853.154	144.572	990.702	51.058.023	1.005.428	935.988
Compromissos de Compra	20.864.170	724.000	2.734.342	21.577.414	2.917.270	2.693.587
Moedas	19.951.984	724.000	2.738.737	21.577.414	2.917.270	2.693.587
Outros	912.186	-	(4.395)	-	-	-
Compromissos de Venda	29.988.984	(579.428)	(1.743.640)	29.480.609	(1.911.842)	(1.757.599)
Moedas	29.911.406	(657.006)	(1.826.965)	29.140.219	(1.898.297)	(1.757.592)
Outros	77.578	77.578	83.325	340.390	(13.545)	(7)

(1) Inclui opções de ações e índices.

(2) Inclui índices Bovespa e S&P.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

	Banco				
	Valor Referencial				
	31/12/2016 31/12/2015				
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total	Total
"Swap"	43.082.605	15.577.348	59.416.773	118.076.726	245.461.855
Opções	5.915.980	839.182	162.852.895	169.608.057	90.948.495
Contratos de Futuros	-	-	104.348.970	104.348.970	183.592.248
Contratos a Termo e Outros	29.044.676	17.563.319	4.167.581	50.775.576	51.047.964

	Consolidado				
	Valor Referencial				
	31/12/2016 31/12/2015				
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total	Total
"Swap"	43.082.605	15.910.871	140.774.494	199.767.970	321.353.805
Opções	5.916.105	839.182	169.086.118	175.841.405	91.877.353
Contratos de Futuros	-	-	104.651.180	104.651.180	184.191.203
Contratos a Termo e Outros	29.044.676	17.563.319	4.245.159	50.853.154	51.058.023

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&Fbovespa) e outras bolsas de valores e mercadorias.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	Banco				
	Valor Referencial				
	31/12/2016		31/12/2015		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	17.443.714	26.556.059	74.076.953	118.076.726	245.461.855
Opções	9.642.584	5.586.018	154.379.455	169.608.057	90.948.495
Contratos de Futuros	66.203.765	15.859.026	22.286.179	104.348.970	183.592.248
Contratos a Termo e Outros	28.205.746	17.778.590	4.791.240	50.775.576	51.047.964

	Consolidado				
	Valor Referencial				
	31/12/2016		31/12/2015		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	18.508.691	28.235.383	153.023.896	199.767.970	321.353.805
Opções	10.785.982	10.624.762	154.430.661	175.841.405	91.877.353
Contratos de Futuros	66.298.799	16.041.642	22.310.739	104.651.180	184.191.203
Contratos a Termo e Outros	28.235.187	17.826.727	4.791.240	50.853.154	51.058.023

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

	Banco				
	Valor Referencial				
	31/12/2016		31/12/2015		
	Bolsas ⁽¹⁾	Cetip ⁽²⁾	Balcão ⁽³⁾	Total	Total
"Swap"	55.282.503	61.856.098	938.125	118.076.726	245.461.855
Opções	160.666.645	8.234.147	707.265	169.608.057	90.948.495
Contratos de Futuros	104.348.970	-	-	104.348.970	183.592.248
Contratos a Termo e Outros	-	35.349.996	15.425.580	50.775.576	51.047.964

	Consolidado				
	Valor Referencial				
	31/12/2016		31/12/2015		
	Bolsas ⁽¹⁾	Cetip ⁽²⁾	Balcão ⁽³⁾	Total	Total
"Swap"	133.759.441	64.736.881	1.271.648	199.767.970	321.353.805
Opções	166.899.868	8.234.147	707.390	175.841.405	91.877.353
Contratos de Futuros	104.651.180	-	-	104.651.180	184.191.203
Contratos a Termo e Outros	-	35.427.574	15.425.580	50.853.154	51.058.023

(1) Inclui valores negociados na BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.
(2) Inclui valores negociados em outras câmaras de compensação.
(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

V) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"

Os derivativos utilizados como instrumentos de “hedge” por indexador eram representados como seguem:

a) "Hedge" de Risco de Mercado

	31/12/2016					Banco 31/12/2015
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de “Swap”	(66.261)	(31.085)	(97.346)	238.955	(60.579)	178.376
Ativo	769.792	(7.854)	761.938	6.717.115	23.482	6.740.597
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2) (5) (7)}	-	-	-	1.778.699	4.376	1.783.075
Taxa de Juros Pré - Reais ^{(2) (7)}	-	-	-	3.522.475	27.184	3.549.659
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ⁽⁵⁾	16.575	1.103	17.678	93.682	790	94.472
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar ⁽⁵⁾	753.217	(8.957)	744.260	675.929	(10.904)	665.025
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ^{(2) (4) (5) (7)}	-	-	-	610.661	1.962	612.623
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - YEN ⁽³⁾	-	-	-	35.669	74	35.743
Passivo	(836.053)	(23.231)	(859.284)	(6.478.160)	(84.061)	(6.562.221)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ^{(1) (7)}	-	-	-	(585.659)	(15.134)	(600.793)
Indexados em Índices de Preços e Juros ^{(2) (7)}	-	-	-	(800.174)	(30.982)	(831.156)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ^{(4) (6)}	(16.575)	(1.103)	(17.678)	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(3) (4) (6)}	(785.664)	(18.395)	(804.059)	(3.267.140)	(12.298)	(3.279.438)
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ^{(3) (4)}	-	-	-	(41.452)	(61)	(41.513)
Taxa de Juros Pré - Reais ^{(5) (7)}	(33.814)	(3.733)	(37.547)	(1.783.735)	(25.586)	(1.809.321)
Objeto de "Hedge"						
Ativo	350.995	18.354	369.349	2.471.649	102.993	2.574.642
Operação de Crédito (Nota 8.a &	212.480	10.477	222.957	1.602.492	87.094	1.689.586
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁷⁾	-	-	-	730.904	35.338	766.242
Indexados em Índices de Preços e Juros ⁽⁷⁾	-	-	-	863.781	52.984	916.765
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽⁷⁾	-	-	-	7.807	(1.228)	6.579
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	212.480	10.477	222.957	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda (Nota 6.a.III)						
Debêntures ⁽⁷⁾	-	-	-	492.837	10.578	503.415
Notas Promissórias - NP	138.515	7.877	146.392	376.320	5.321	381.641
Passivo	(816.759)	12.830	(803.929)	(3.512.568)	(8.383)	(3.520.951)
Obrigações por Empréstimos no Exterior (Nota 18.e)	(816.759)	12.830	(803.929)	(3.476.825)	(8.342)	(3.485.167)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	(816.759)	12.830	(803.929)	(3.476.825)	(8.342)	(3.485.167)
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior (Nota 18.f)	-	-	-	(35.743)	(41)	(35.784)
Eurobonds	-	-	-	(35.743)	(41)	(35.784)

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2016			Consolidado 31/12/2015		
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de “Swap”	(109.766)	(26.703)	(136.469)	153.812	(66.990)	86.822
Ativo	1.034.526	11.486	1.046.012	7.072.924	57.829	7.130.753
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2) (5) (7)}	-	-	-	1.778.699	4.376	1.783.075
Taxa de Juros Pré - Reais ^{(2) (7)}	-	-	-	3.522.475	27.184	3.549.659
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ⁽⁵⁾	16.575	1.103	17.678	93.682	790	94.472
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar ⁽⁵⁾	753.217	(8.957)	744.260	675.929	(10.904)	665.025
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ^{(2) (4) (5) (7)}	-	-	-	610.661	1.962	612.623
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro ⁽⁵⁾	264.734	19.340	284.074	355.809	34.347	390.156
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - YEN ⁽³⁾	-	-	-	35.669	74	35.743
Passivo	(1.144.292)	(38.189)	(1.182.481)	(6.919.112)	(124.819)	(7.043.931)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ^{(1) (5) (7)}	(308.239)	(14.958)	(323.197)	(1.026.611)	(55.892)	(1.082.503)
Indexados em Índices de Preços e Juros ^{(2) (7)}	-	-	-	(800.174)	(30.982)	(831.156)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ^{(4) (6)}	(16.575)	(1.103)	(17.678)	-	-	-
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI ^{(3) (4) (6)}	(785.664)	(18.395)	(804.059)	(3.267.140)	(12.298)	(3.279.438)
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ^{(3) (4)}	-	-	-	(41.452)	(61)	(41.513)
Taxa de Juros Pré - Reais ^{(5) (7)}	(33.814)	(3.733)	(37.547)	(1.783.735)	(25.586)	(1.809.321)
Objeto de "Hedge"						
Ativo	669.966	23.165	693.131	2.993.780	110.003	3.103.783
Operação de Crédito (Nota 8.a &	531.451	15.288	546.739	2.124.623	94.104	2.218.727
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁷⁾	318.971	4.811	323.782	1.253.035	42.348	1.295.383
Indexados em Índices de Preços e Juros ⁽⁷⁾	-	-	-	863.781	52.984	916.765
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽⁷⁾	-	-	-	7.807	(1.228)	6.579
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	212.480	10.477	222.957	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda (Nota 3.a.III)						
	138.515	7.877	146.392	869.157	15.899	885.056
Debêntures ⁽⁷⁾	-	-	-	492.837	10.578	503.415
Notas Promissórias - NP	138.515	7.877	146.392	376.320	5.321	381.641
Passivo	(816.759)	12.830	(803.929)	(3.512.568)	(8.383)	(3.520.951)
Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses						
Obrigações por Empréstimos						
no Exterior (Nota 18.e)	(816.759)	12.830	(803.929)	(3.476.825)	(8.342)	(3.485.167)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	(816.759)	12.830	(803.929)	(3.476.825)	(8.342)	(3.485.167)
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior						
(Nota 18.c)	-	-	-	(35.743)	(41)	(35.784)
Eurobonds	-	-	-	(35.743)	(41)	(35.784)

(1) Em 31 de dezembro de 2015, instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - Dólar com valor de mercado de R\$766.242 no Banco e em 31 de dezembro de 2016, R\$323.782 (31/12/2015 - R\$1.295.383) no Consolidado e em 31 de dezembro de 2015, títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$59.615 no Banco e Consolidado.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(2) Em 31 de dezembro de 2015, instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em índices de preços e juros no valor de R\$916.765 e títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$443.800 no Banco e Consolidado.

(3) Em 31 de dezembro de 2015, instrumentos cujos objetos de "hedge" são obrigações com títulos e valores mobiliários no exterior - eurobonds com valor de mercado de R\$35.743 no Banco e Consolidado.

(4) Em 31 de dezembro de 2015, instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados com taxas de juros pré fixados em Reais com valor de mercado de R\$6.579 no Banco e Consolidado.

(5) Instrumentos ativos cujos objetos de "hedge" são obrigações por empréstimos no exterior indexados em moeda estrangeira - Dólar com valor de mercado de R\$803.929 (31/12/2015 - R\$3.485.167) no Banco e no Consolidado, e instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em taxas de juros pré - reais com valor de mercado de R\$146.392 (31/12/2015 - R\$381.641) no Banco e no Consolidado.

(6) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$222.957 no Banco e Consolidado.

(7) No mês de junho de 2016, a Administração decidiu mudar a posição estratégica dos objetos de "hedge" referentes a operações de crédito e debêntures: Indexados em Moeda Estrangeira-Dólar, Indexado em Moeda Estrangeira Pré-Dólar, Indexado em Índices de Preços e Juros e Indexados em Taxa de Juros Pré-Reais que deixaram de possuir marcação de cobertura contábil e permaneceram como cobertura econômica, com efeito no resultado do período do Banco e do Consolidado de uma despesa no valor de R\$12.102 líquido dos efeitos tributários.

A efetividade destas operações estava de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002.

b) "Hedge" de Fluxo de Caixa

31/12/2016						Banco 31/12/2015
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de “Swap”	140.828	(20.535)	120.293	(1.046.782)	(29.749)	(1.076.531)
Ativo	1.382.765	84.746	1.467.511	7.274.825	121.414	7.396.239
Indexados em Moeda						
Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	-	-	-	1.237.987	6.998	1.244.985
Indexados em Moeda						
Estrangeira - Peso Chileno ⁽²⁾	-	-	-	301.285	1.622	302.907
Indexados em Taxas de Juros						
Pré - Reais ⁽³⁾	-	-	-	3.746.785	(13.670)	3.733.115
Indexados em Moeda						
Estrangeira Pré - Dólar ⁽⁴⁾	1.382.765	84.746	1.467.511	1.988.768	126.464	2.115.232
Passivo	(1.241.937)	(105.281)	(1.347.218)	(8.321.607)	(151.163)	(8.472.770)
Certificados de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI ⁽⁴⁾	(340.943)	(995)	(341.938)	-	-	-
Indexados em Moeda						
Estrangeira Pré - Dólar ^{(1) (2) (3) (4)}	-	-	-	(6.580.306)	(17.767)	(6.598.073)
Indexados em Taxa de Juros						
Pré - Reais ⁽⁴⁾	(198.666)	(1.288)	(199.954)	(22.855)	(20)	(22.875)
Indexados em Moeda						
Estrangeira Pré - Euro ⁽⁴⁾	(702.328)	(102.998)	(805.326)	(1.718.446)	(133.376)	(1.851.822)

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						Consolidado
						31/12/2015
						31/12/2016
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de “Swap”	83.063	(85.053)	(1.990)	(1.115.948)	(35.494)	(1.151.442)
Ativo	4.364.638	176.056	4.540.694	7.779.309	151.811	7.931.120
Indexados em Moeda						
Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	-	-	-	1.237.987	6.998	1.244.985
Indexados em Moeda						
Estrangeira - Peso Chileno ⁽²⁾	-	-	-	301.285	1.622	302.907
Indexados em Taxas de Juros						
Pré - Reais ⁽³⁾	-	-	-	3.746.785	(13.670)	3.733.115
Indexados em Moeda						
Estrangeira Pré - Dólar ^{(4) (5)}	1.393.009	84.811	1.477.820	2.042.940	127.632	2.170.572
Indexados em Moeda						
Estrangeira Pré - Euro ⁽⁵⁾	421.516	52.852	474.368	450.312	29.229	479.541
Certificados de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI ⁽⁷⁾	2.550.113	38.393	2.588.506	-	-	-
Passivo	(4.281.575)	(261.109)	(4.542.684)	(8.895.257)	(187.305)	(9.082.562)
Certificados de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI ⁽⁴⁾	(340.943)	(995)	(341.938)	-	-	-
Indexados em Moeda						
Estrangeira Pré - Dólar ^{(1) (2) (3) (4)}	-	-	-	(6.580.306)	(17.767)	(6.598.073)
Indexados em Taxa de Juros						
Pré - Reais ^{(4) (7)}	(2.741.145)	(97.473)	(2.838.618)	(22.855)	(20)	(22.875)
Indexados em Moeda						
Estrangeira Pré - Euro ⁽⁴⁾	(702.328)	(102.998)	(805.326)	(1.718.446)	(133.376)	(1.851.822)
Indexados em Moeda						
Estrangeira - Dólar ⁽⁵⁾	(489.318)	(59.366)	(548.684)	(509.960)	(34.379)	(544.339)
Indexados em Moeda						
Estrangeira - Reais ⁽⁵⁾	(7.841)	(277)	(8.118)	(63.690)	(1.763)	(65.453)

		Banco/Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015
		Valor de	Valor de
		Referência	Referência
Instrumentos de "Hedge"			
Contratos de Futuros		80.149.530	72.798.063
Operações de Trade Finance ⁽⁶⁾		80.149.530	72.798.063
Moeda Estrangeira - Dólar		450.571	72.798.063
Taxa de Juros (DI1 e DIA)		46.314.644	-
Taxa de Juros DDI1		33.384.315	-

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Objeto de "Hedge" - Valor da Curva				
Ativo	27.362.050	37.217.417	27.858.924	37.251.860
Operações de Crédito (Nota 8.a)				
Contratos de Financiamento e Crédito à Exportação e Importação	10.558.755	35.743.885	10.816.781	35.743.885
Operações de Empréstimos	13.632.049	606.978	13.870.897	641.421
Outros Créditos	529.997	-	529.997	-
Títulos e Valores Mobiliários				
Disponíveis para Venda - Notas Promissórias - NP (Nota 6.a.III)	1.939.949	-	1.939.949	-
Mantidos até o Vencimento - Títulos da Dívida Externa Brasileira (Nota 6.a.IV)	701.300	866.554	701.300	866.554
Passivo	(1.332.972)	(1.995.118)	(4.223.472)	(1.995.118)
Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses				
Depósitos (Nota 18.a)				
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	-	-	(547.556)	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 18.c)				
Recursos de Aceites Cambiais				
Letras de Câmbio - LC	-	-	(573.596)	-
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares				
Letras Financeiras - LF	-	-	(1.769.348)	-
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior				
Eurobonds	-	(1.995.118)	-	(1.995.118)
Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 18.e)				
Obrigações por Empréstimos no Exterior	(1.332.972)	-	(1.332.972)	-

- (1) Em 31 de dezembro de 2015, operação com vencimento em 12 de abril de 2016, cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.
- (2) Em 31 de dezembro de 2015, operação com vencimento em 13 de abril de 2016, cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.
- (3) Em 31 de dezembro de 2015, operação com vencimento em 18 de março de 2016, cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.
- (4) Operações com vencimento em 1 de abril de 2021 (31/12/2015 - operações com vencimento em 18 de março de 2016 e 1 de abril de 2021), cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por título da dívida externa brasileira e operações de crédito.
- (5) Operações com vencimento entre março de 2017 a junho de 2021 (31/12/2015 - operações com vencimento entre agosto de 2016 a junho de 2021), cujos objetos de "hedge" são contratos de operações de crédito com entidades de crédito.
- (6) Operações com vencimento entre janeiro de 2017 a janeiro de 2018 (31/12/2015 - operações com vencimentos entre janeiro de 2016 a dezembro de 2024) e valor atualizado dos instrumentos de R\$29.164.917 onde as operações são futuros em Dólar e futuros em DI e DDI quando utilizadas em conjunto o cupom cambial faz o "hedge" com as operações de trade finance (31/12/2015 - R\$35.743.844), cujo objeto de "hedge" são operações de crédito - contratos de financiamento e crédito à exportação e importação, operações de empréstimos, outros créditos, títulos e valores mobiliários representado por notas promissórias e obrigações por empréstimos no exterior .
- (7) Operações com vencimento entre maio 2017 e novembro de 2019, cujos objetos de "hedge" são captações com operações de Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI, Letra Câmbio - LC e Letra Financeira - LF.

No Banco e no Consolidado, entre julho e setembro de 2014 foram contratadas operações de “hedge” contábil de fluxo de caixa, tendo como objeto de “hedge” certificados de depósitos bancários (CDB). Em outubro de 2014 essa estrutura foi descontinuada. O efeito da marcação a mercado destes contratos de futuros já líquido dos efeitos tributários reconhecido no resultado do primeiro trimestre de 2016 e que se encontrava destacado no patrimônio líquido

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de "swap" e futuros corresponde a um crédito no valor de R\$69.489 (31/12/2015 - corresponde a um débito de R\$345.373) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

A efetividade destas operações estava de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002, e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o período.

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na BM&FBovespa com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	714.031	110.490	1.556.804	330.605
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.636.644	8.757.097	4.636.644	8.757.097
Notas do Tesouro Nacional - NTN	27.598	757.969	27.598	757.969
Total	5.378.273	9.625.556	6.221.046	9.845.671

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

VII) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Ativo e Passivo

	31/12/2016	Banco 31/12/2015	31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Ativo				
"Swap" - Diferencial a Receber ⁽¹⁾	9.258.813	16.334.414	15.348.102	22.101.593
Prêmios de Opções a Exercer	883.474	814.423	935.520	862.972
Contratos a Termo e Outros	7.708.703	3.028.034	7.792.334	3.045.644
Total	17.850.990	20.176.871	24.075.956	26.010.209
Passivo				
"Swap" - Diferencial a Pagar ⁽¹⁾	6.097.822	14.131.068	12.375.829	20.008.038
Prêmios de Opções Lançadas	728.507	794.006	767.053	765.265
Contratos a Termo e Outros	6.801.326	2.106.358	6.801.632	2.109.656
Total	13.627.655	17.031.432	19.944.514	22.882.959

(1) Inclui operações de "swaption".

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As novas regras de Basileia III, foram divulgadas em 1 de março de 2013; e em outubro de 2013 houve a publicação de novas regras e revisão das divulgadas em março de 2013. A implantação das novas regras segue um cronograma de *phase in*; possibilitando assim a aplicação das regras de forma gradual até 2019. Algumas regras passaram a ser aplicadas em outubro de 2013 e o restante em 1 de janeiro de 2014.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais "hedges". Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e "banking".

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira "banking", para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2016.

Carteira Negociação				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(6.274)	(242.001)	(484.003)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(3.458)	(39.970)	(79.939)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(21)	(5.106)	(10.212)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(357)	(6.048)	(12.097)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(6.547)	(163.687)	(327.373)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(2)	(90)	(179)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(5.428)	(88.258)	(176.515)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(618)	(15.458)	(30.915)
Outros	Exposições que não se Enquadram nas Definições Anteriores	(17.786)	(2.276)	(4.551)
Total ⁽¹⁾		(40.491)	(562.894)	(1.125.784)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Carteira "Banking"				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(54.102)	(1.388.594)	(2.641.304)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(3.128)	(82.938)	(177.829)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(11.552)	(206.947)	(354.111)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(412)	(57.174)	(103.108)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(7.224)	(45.407)	(91.225)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(13.143)	(190.043)	(352.433)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(722)	(18.048)	(36.097)
Total ⁽¹⁾		(90.283)	(1.989.151)	(3.756.107)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Operações de Crédito	172.953.587	183.601.533	212.780.537	220.387.363
Empréstimos e Títulos Descontados ⁽³⁾	90.658.938	99.603.331	98.581.263	105.216.623
Financiamentos ⁽⁴⁾	36.631.187	41.028.183	68.075.722	72.200.721
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	8.958.221	6.064.652	8.958.221	6.064.652
Financiamentos Imobiliários	36.490.536	36.649.633	36.490.536	36.649.633
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	50.303	58.896	50.303	58.896
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	164.402	196.838	624.492	196.838
Operações de Arrendamento Mercantil	7	26	2.882.031	3.023.463
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾ (Nota 9)	5.101.851	4.552.495	5.101.851	4.552.495
Outros Créditos ^{(2) (5)}	33.344.087	30.826.630	36.133.837	33.119.414
Total	211.399.532	218.980.684	256.898.256	261.082.735
Circulante	108.886.706	116.270.117	133.425.588	139.493.848
Longo Prazo	102.512.826	102.710.567	123.472.668	121.588.887

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Compreende os créditos por avais e fianças honrados, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

(3) Inclui o valor de R\$81.697 (31/12/2015 - R\$772.821) no Banco e R\$405.479 (31/12/2015 - R\$1.056.439) no Consolidado de contratos de empréstimos objetos de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a) e o valor de R\$13.632.049 (31/12/2015 - R\$479.400) no Banco e R\$13.870.897 (31/12/2015 - R\$479.400) no Consolidado, de contratos de empréstimos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

(4) Inclui o valor de 141.260 (31/12/2015 - R\$340.110) no Banco e R\$141.260 (31/12/2015 - R\$585.633) no Consolidado de contratos de financiamento objetos de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a), e o valor de R\$10.558.755 (31/12/2015 - R\$35.871.463) no Banco e R\$10.816.781 (31/12/2015 - R\$35.905.906) no Consolidado, de contratos de financiamento objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

(5) No Banco e no Consolidado, em 31 de dezembro de 2015 incluí o valor de R\$576.655 de contratos de crédito objetos de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a); e em 31 de dezembro de 2016 o valor de R\$529.997 de contratos de crédito objetos de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Durante o exercício de 2016, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$267.770 (2015 - R\$1.316.027) no Banco e no Consolidado e estavam representados substancialmente por empréstimos e títulos descontados, classificadas no nível de risco H.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

A partir de agosto de 2016, no Consolidado o saldo referente a carteira de crédito cedida com coobrigação passou a incluir as operações provenientes do Banco PSA Finance Brasil S.A. (Banco PSA),(Nota 37.b). Em 31 de dezembro de 2016, o valor presente das operações cedidas do Banco PSA é de R\$460.090.

Em setembro de 2015, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente as operações de *Funded Participation (Export)* no montante de R\$201.706 com vencimento em abril de 2019. Em 31 de dezembro de 2016, o valor presente das operações cedidas é de R\$164.402 (31/12/2015 - R\$196.631).

Em março de 2013, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R\$47.485. Em 31 de dezembro de 2015, o valor presente das operações cedidas foi de R\$207 (Nota 26.e).

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R\$688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de dezembro de 2016, o valor presente das operações cedidas é de R\$159.745 (31/12/2015 - R\$202.114).

A operação de cessão foi realizada com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401/2006 do CMN; e
- Contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Vencidas	7.054.119	8.950.031	8.084.332	9.704.502
A Vencer:				
Até 3 Meses	61.524.849	68.809.115	70.650.136	77.747.183
De 3 a 12 Meses	47.361.857	47.461.002	62.775.452	61.746.665
Acima de 12 Meses	95.458.707	93.760.536	115.388.336	111.884.385
Total	211.399.532	218.980.684	256.898.256	261.082.735

c) Carteira de Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	7	30	3.455.534	3.608.045
Arrendamentos a Receber	4	17	2.339.735	2.341.921
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	3	13	1.115.799	1.266.124
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(3)	(15)	(2.316.599)	(2.316.861)
Valores Residuais a Balancear	(3)	(13)	(1.115.799)	(1.266.124)
Imobilizado de Arrendamento	68.451	71.196	7.390.260	7.930.428
Depreciações Acumuladas	(68.451)	(71.196)	(3.949.169)	(4.314.034)
Superveniências de Depreciações	27.109	28.754	1.517.892	1.941.186
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	-	-	247.375	198.044
Credores por Antecipação de Valor Residual	(27.103)	(28.730)	(2.349.857)	(2.761.002)
Outros Valores e Bens	-	-	2.394	3.781
Total da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente	7	26	2.882.031	3.023.463

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$0 (31/12/2015 - R\$4) no Banco e R\$573.503 (31/12/2015 - R\$584.582) no Consolidado. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Vencidas	2	5	27.105	34.430
A Vencer:				
Até 1 Ano	5	17	1.625.438	1.735.087
De 1 a 5 Anos	-	8	1.794.786	1.829.120
Acima de 5 Anos	-	-	8.205	9.408
Total	7	30	3.455.534	3.608.045

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Vencidas	2	4	24.117	31.250
A Vencer:				
Até 1 Ano	5	16	1.518.203	1.621.055
De 1 a 5 Anos	-	6	1.335.895	1.365.893
Acima de 5 Anos	-	-	3.816	5.265
Total	7	26	2.882.031	3.023.463

d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Setor Privado	211.333.303	218.862.264	256.832.027	260.963.648
Indústria	62.455.022	69.411.282	63.829.839	70.804.585
Comércio	26.864.271	24.983.818	30.357.498	28.223.339
Instituições Financeiras	1.111.393	2.278.592	1.116.062	2.285.315
Serviços e Outros ⁽¹⁾	33.607.965	39.207.497	36.071.493	41.964.420
Pessoas Físicas	84.422.338	80.533.024	122.286.564	114.773.641
Cartão de Crédito	20.676.801	19.133.657	20.676.801	19.133.657
Crédito Imobiliário	27.153.241	25.931.863	27.153.241	25.931.863
Crédito Consignado	11.632.735	10.313.617	18.987.060	14.656.085
Financiamento e Leasing de Veículos	1.859.677	2.463.824	30.194.853	30.314.531
Outros ⁽²⁾	23.099.884	22.690.063	25.274.609	24.737.505
Agricultura	2.872.314	2.448.051	3.170.571	2.912.348
Setor Público	66.229	118.420	66.229	119.087
Governo Federal	-	4.373	-	4.373
Governo Estadual	50.647	82.428	50.647	82.964
Governo Municipal	15.582	31.619	15.582	31.750
Total	211.399.532	218.980.684	256.898.256	261.082.735

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário - plano empresarial, serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

							Banco 31/12/2016 Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾			
AA	-	83.304.514	-	83.304.514	-	-	-
A	0,5%	73.169.632	-	73.169.632	365.848	275.044	640.892
B	1%	14.214.859	1.097.714	15.312.573	153.126	248.731	401.857
C	3%	9.333.702	2.139.320	11.473.022	344.191	744.383	1.088.574
D	10%	8.000.687	2.482.841	10.483.528	1.048.353	577.450	1.625.803
E	30%	2.009.675	1.451.340	3.461.015	1.038.304	-	1.038.304
F	50%	1.859.835	1.201.808	3.061.643	1.530.821	-	1.530.821
G	70%	1.273.196	956.548	2.229.744	1.560.821	-	1.560.821
H	100%	3.122.836	5.770.548	8.893.384	8.893.384	-	8.893.384
Total		196.288.936	15.100.119	211.389.055	14.934.848	1.845.608	16.780.456

							Banco 31/12/2015 Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾			
AA	-	92.900.935	-	92.900.935	-	-	-
A	0,5%	75.092.017	-	75.092.017	375.460	275.777	651.237
B	1%	13.307.782	1.141.351	14.449.133	144.491	246.136	390.627
C	3%	8.543.221	2.370.428	10.913.649	327.410	708.080	1.035.490
D	10%	5.742.592	2.376.036	8.118.628	811.863	701.023	1.512.886
E	30%	1.518.582	3.607.332	5.125.914	1.537.774	-	1.537.774
F	50%	1.505.097	1.235.998	2.741.095	1.370.548	-	1.370.548
G	70%	641.647	882.406	1.524.053	1.066.837	-	1.066.837
H	100%	2.779.290	5.248.876	8.028.166	8.028.166	-	8.028.166
Total		202.031.163	16.862.427	218.893.590	13.662.549	1.931.016	15.593.565

							Consolidado 31/12/2016 Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾			
AA	-	97.759.855	-	97.759.855	-	-	-
A	0,5%	95.665.266	-	95.665.266	478.326	296.236	774.562
B	1%	17.462.836	2.328.983	19.791.819	197.918	248.732	446.650
C	3%	10.160.710	3.188.136	13.348.846	400.465	744.383	1.144.848
D	10%	8.128.531	2.873.991	11.002.522	1.100.252	577.450	1.677.702
E	30%	2.066.273	1.696.249	3.762.522	1.128.757	-	1.128.757
F	50%	1.877.166	1.407.104	3.284.270	1.642.135	-	1.642.135
G	70%	1.392.106	1.107.260	2.499.366	1.749.556	-	1.749.556
H	100%	3.240.086	6.528.416	9.768.502	9.768.502	-	9.768.502
Total		237.752.829	19.130.139	256.882.968	16.465.911	1.866.801	18.332.712

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

							Consolidado
							31/12/2015
							Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾			
AA	-	104.292.741	-	104.292.741	-	-	-
A	0,5%	98.552.525	-	98.552.525	492.765	305.782	798.547
B	1%	15.480.989	2.339.538	17.820.527	178.205	246.136	424.341
C	3%	9.548.811	3.374.325	12.923.136	387.694	708.080	1.095.774
D	10%	5.972.894	2.750.043	8.722.937	872.294	702.279	1.574.573
E	30%	1.552.423	3.839.656	5.392.079	1.617.624	-	1.617.624
F	50%	1.523.346	1.402.487	2.925.833	1.462.916	-	1.462.916
G	70%	651.083	1.016.922	1.668.005	1.167.603	-	1.167.603
H	100%	2.820.000	5.870.848	8.690.848	8.690.848	-	8.690.848
Total		240.394.812	20.593.819	260.988.631	14.869.949	1.962.277	16.832.226

- (1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.
- (2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela
- (3) O total da carteira de créditos inclui o valor de R\$10.477 (31/12/2015 - R\$87.094) no Banco e R\$15.288 (31/12/2015 - R\$94.104) no Consolidado, referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos (Nota 6.b.V.a).

f) Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Saldo Inicial	15.593.565	13.539.025	16.832.226	14.581.964
Constituições Líquidas das Reversões	11.616.348	13.510.435	13.239.781	14.772.981
Baixas	(10.429.457)	(11.455.895)	(11.739.295)	(12.522.719)
Saldo Final ⁽¹⁾	16.780.456	15.593.565	18.332.712	16.832.226
Circulante	4.198.828	3.515.824	4.915.114	4.063.077
Longo Prazo	12.581.628	12.077.741	13.417.598	12.769.149
Créditos Recuperados ⁽²⁾	2.645.366	2.120.937	2.834.935	2.346.053

- (1) Inclui R\$1 (31/12/2015 - R\$11) no Banco e R\$57.253 (31/12/2015 - R\$63.434) no Consolidado de provisão constituída para carteira de arrendamento
- (2) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. Inclui resultado da cessão de créditos sem coobrigação relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R\$162.496 (2015 - R\$104.491) no Banco e R\$183.663 (2015 - R\$120.522) no Consolidado.

g) Créditos Renegociados

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Créditos Renegociados	13.327.164	12.655.907	13.497.388	12.720.615
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.785.193)	(7.049.119)	(7.851.068)	(7.065.760)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	58,4%	55,7%	58,2%	55,5%

h) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças ⁽¹⁾ , Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾ e Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽³⁾	31/12/2016		Consolidado 31/12/2015	
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	6.446.102	1,9%	8.013.400	2,3%
10 Maiores	31.490.745	9,5%	38.590.250	11,0%
20 Maiores	45.622.490	13,8%	54.852.488	15,7%
50 Maiores	71.551.505	21,6%	82.548.719	23,6%
100 Maiores	93.949.486	28,4%	106.546.440	30,4%

- (1) Inclui as parcelas de crédito a liberar do plano empresário.
- (2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.
- (3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

9. Carteira de Câmbio

	Banco/Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	53.657.710	67.518.760
Câmbio Comprado a Liquidar	38.480.488	28.933.498
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(123.953)	(184.119)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	100.205	92.177
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	31.678	47.223
Total	92.146.128	96.407.539
Circulante	89.829.757	94.642.636
Longo Prazo	2.316.371	1.764.903
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	54.316.838	67.416.998
Obrigações por Compra de Câmbio	37.538.056	26.465.492
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(5.101.851)	(4.552.495)
Outros	58	70
Total	86.753.101	89.330.065
Circulante	84.631.442	84.694.924
Longo Prazo	2.121.659	4.635.141
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	635.055	774.383
Créditos de Exportação Confirmados	498.197	356.824

10. Negociação e Intermediação de Valores

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	1.350.035	209.087	1.350.344	242.612
Caixas de Registro e Liquidação	196	-	26.296	742
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	13.296	4.166	155.106	80.435
Bolsas - Depósitos em Garantia	14.145	402.323	14.145	402.323
Outros ⁽¹⁾	149.506	971.787	149.506	971.787
Total	1.527.178	1.587.363	1.695.397	1.697.899
Circulante	1.527.178	1.587.363	1.695.397	1.697.899
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	902.393	2.316.183	920.248	2.316.252
Credores - Conta Liquidações Pendentes	4.392	7.656	137.986	112.945
Credores por Empréstimos de Ações	61.845	58.942	168.013	152.114
Caixas de Registro e Liquidação	-	13.078	3.708	16.439
Comissões e Corretagens a Pagar	2.594	2.488	3.928	3.305
Aquisição e Subscrição de Títulos Decorrentes de Lançamento	-	-	1.274	1.274
Outros	2.151	-	2.288	192
Total	973.375	2.398.347	1.237.445	2.602.521
Circulante	971.989	2.340.787	1.236.059	2.544.961
Longo Prazo	1.386	57.560	1.386	57.560

(1) Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

11. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Banco Saldo em 31/12/2016
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11.129.702	4.530.738	(4.434.288)	11.226.152
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	777.079	449.209	(443.012)	783.276
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.627.384	334.083	(580.681)	1.380.786
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	875.489	1.486.262	(1.301.140)	1.060.611
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	9.913.918	2.878.328	(9.073.009)	3.719.237
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	2.486.103	-	(1.940.984)	545.119
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	874.253	559.526	(549.236)	884.543
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	373.329	511.440	(521.569)	363.200
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	2.432.406	812.785	(66.364)	3.178.827
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	30.489.663	11.562.371	(18.910.283)	23.141.751
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	641.213	-	-	641.213
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	31.130.876	11.562.371	(18.910.283)	23.782.964
Circulante	8.063.063			8.234.581
Longo Prazo	23.067.813			15.548.383

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Banco Saldo em 31/12/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.321.677	5.659.073	(1.851.048)	11.129.702
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	721.246	130.031	(74.198)	777.079
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	4.225.376	1.160.787	(3.758.779)	1.627.384
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	704.246	364.125	(192.882)	875.489
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.583.126	14.180.654	(5.849.862)	9.913.918
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	321.075	2.165.028	-	2.486.103
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	1.300.921	-	(426.668)	874.253
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	268.733	565.388	(460.792)	373.329
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	1.894.287	538.119	-	2.432.406
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	18.340.687	24.763.205	(12.614.229)	30.489.663
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social ⁽⁴⁾	658.417	-	(658.417)	-
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	641.213	-	-	641.213
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	19.640.317	24.763.205	(13.272.646)	31.130.876
Circulante	5.708.490			8.063.063
Longo Prazo	13.931.827			23.067.813

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2015	Aquisição/ Investimento ⁽⁵⁾	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 31/12/2016
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12.013.011	-	5.175.082	(4.867.003)	12.321.090
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	847.544	-	504.224	(483.495)	868.273
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.500.587	-	467.456	(701.688)	2.266.355
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	909.010	-	1.541.362	(1.325.380)	1.124.992
Ágio Amortizado	-	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	10.006.970	(1.547)	2.906.024	(9.165.567)	3.745.880
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	2.609.682	-	21.787	(2.062.275)	569.194
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	874.347	-	561.423	(549.235)	886.535
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	399.358	-	540.232	(553.107)	386.483
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	2.635.520	108.867	885.434	(195.339)	3.434.482
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	32.796.029	107.320	12.603.024	(19.903.089)	25.603.284
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	537.037	-	162.362	(191.354)	508.045
Contribuição Social - MP 2.158/2001	655.359	-	-	-	655.359
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	33.988.425	107.320	12.765.386	(20.094.443)	26.766.688
Circulante	8.786.456				9.102.267
Longo Prazo	25.201.969				17.664.421

	Saldo em 31/12/2014	Aquisição/ Investimento ⁽⁵⁾	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 31/12/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.029.815	1.758	6.328.031	(2.346.593)	12.013.011
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	786.921	-	150.832	(90.209)	847.544
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	4.974.728	(451)	1.357.701	(3.831.391)	2.500.587
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	731.247	-	378.865	(201.102)	909.010
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.583.691	-	14.352.901	(5.929.622)	10.006.970
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	359.008	8	2.250.688	(22)	2.609.682
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	1.310.410	-	-	(436.063)	874.347
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	288.939	(1.310)	595.066	(483.337)	399.358
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	2.024.410	(939)	658.521	(46.472)	2.635.520
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	20.089.169	(934)	26.072.605	(13.364.811)	32.796.029
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social ⁽⁴⁾	1.227.845	-	72.871	(763.679)	537.037
Contribuição Social - MP 2.158/2001	655.359	-	-	-	655.359
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	21.972.373	(934)	26.145.476	(14.128.490)	33.988.425
Circulante	6.324.664				8.786.456
Longo Prazo	15.647.709				25.201.969

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

(2) Inclui crédito tributário de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários conforme mencionado na Nota 3.n.

(3) Composto principalmente por provisões de natureza administrativas e depósitos judiciais.

(4) Provisão para baixa (Nota 3.s).

(5) Aquisição e incorporação de participação societária (Nota 15).

O Banco Santander possui créditos tributários não ativados no valor total de R\$1.084.230 (31/12/2015 - R\$1.340.072) e no Consolidado o valor de R\$1.085.272 (31/12/2015 - R\$1.438.349).

Conforme previsto na Resolução CMN 3.059/2002, com as alterações promovidas pela Resolução CMN 4.441/2015, o Santander Brasil apresentou as justificativas e fundamentações para suportar o registro contábil dos créditos tributários nas suas demonstrações contábeis. Em 22 de fevereiro de 2016, o pedido para manutenção e os procedimentos para registro dos créditos tributários do Banco foi deferido pelo Bacen.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

					Banco 31/12/2016
Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias			Total Registrados
		CSLL	PIS/Cofins	CSLL 18%	
2017	4.456.169	3.565.683	194.621	18.108	8.234.581
2018	2.664.915	2.108.538	77.580	537	4.851.570
2019	3.437.949	2.051.962	82.008	18.999	5.590.918
2020	1.821.170	1.110.773	35.044	103.069	3.070.056
2021	154.374	97.234	10.948	451.685	714.241
2022 a 2024	342.776	205.666	13.227	48.815	610.484
2025 a 2026	426.163	280.542	4.409	-	711.114
Total	13.303.516	9.420.398	417.837	641.213	23.782.964

					Consolidado 31/12/2016
Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias			Total Registrados
		CSLL	PIS/Cofins	Prejuízos Fiscais - Base Negativa	
2017	4.894.633	3.873.775	196.005	105.600	9.102.267
2018	3.035.578	2.406.196	78.964	67.820	5.589.095
2019	4.071.307	2.411.451	82.435	55.854	6.640.046
2020	1.829.181	1.114.359	35.464	106.361	3.188.434
2021	165.018	103.098	11.368	71.118	802.287
2022 a 2024	345.106	206.776	13.269	89.832	703.798
2025 a 2026	437.679	287.199	4.423	11.460	740.761
Total	14.778.502	10.402.854	421.928	508.045	26.766.688

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$20.525.234 (31/12/2015 - R\$25.698.102) no Banco e R\$23.117.101 (31/12/2015 - R\$27.995.682) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

12. Outros Créditos - Diversos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)				
Cartões de Crédito	16.757.154	14.912.110	16.809.107	14.945.844
Direitos Creditórios ⁽¹⁾	16.305.283	15.547.177	18.801.078	17.805.112
Cédula de Produto Rural (CPR)	42.793	175.258	42.793	175.258
Outros	-	-	241.758	-
Devedores por Depósitos em Garantia				
Para Interposição de Recursos Fiscais	4.721.942	4.654.395	6.894.499	6.618.394
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.643.978	1.619.546	1.707.724	1.672.187
Outros	1.050.112	950.784	1.427.416	1.336.112
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 23.i)	724.116	702.758	814.925	789.973
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	3.684.562	2.281.218	4.332.304	2.831.148
Créditos a Receber - Serviços Adquirente (Nota 26.e)	15.258.438	11.788.451	15.152.967	11.788.451
Pagamentos a Ressarcir	146.131	157.099	167.429	163.820
Adiantamentos Salariais/Outros	64.883	70.033	111.513	99.794
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 35)	130.462	-	153.661	-
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	84.066	72.213	84.310	73.328
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 26.e)	853.930	756.216	862.893	753.767
Outros	958.506	1.118.887	1.624.418	1.859.132
Total	62.426.356	54.806.145	69.228.795	60.912.320
Circulante	31.949.644	38.919.702	35.349.654	42.030.853
Longo Prazo	30.476.712	15.886.443	33.879.141	18.881.467

(1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente composta por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perda de créditos de liquidação duvidosa por segmento de acordo com as políticas de risco do Banco.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

13. Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda

Em 30 de setembro de 2014, foram transferidos os investimentos nas entidades de energia eólica registrados na rubrica participações em coligadas e controladas no país para esta rubrica, baseado no plano de alienação, cuja condição à época era altamente provável, conforme aprovação pela Administração do Banco Santander, em observância ao requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 31.

Em 23 de março de 2015, a Santander Participações S.A. (Santander Participações) alienou a totalidade de sua participação na Santos Energia Participações S.A. (Santos Energia) para a Inversiones Capital Global, S.A., sociedade indiretamente controlada pelo Banco Santander Espanha, pelo montante de R\$127.012. Na mesma data, a Santander Participações alienou a totalidade de sua participação nas Sociedades de Propósito Específico Gestamp Eólica Serra de Santana S.A., Gestamp Eólica Paraíso S.A., Gestamp Eólica Lanchinha S.A., Gestamp Eólica Seridó S.A. e Gestamp Eólica Lagoa Nova S.A. para a ICG do Brasil S.A., sociedade indiretamente controlada pelo Banco Santander Espanha, Em 30 de setembro de 2016, em função da não expectativa de venda deste investimento pela situação atual do mercado, a Administração decidiu transferir o total deste saldo, no valor atualizado de R\$457.705, para rubrica de participações em coligadas e controladas no país (Nota 15).

Em 31 de dezembro de 2015, no Consolidado, estes investimentos totalizavam R\$488.583, e os valores de passivos diretamente associados a ativos não-correntes mantidos para a venda totalizavam R\$1.197.

14. Informações da Dependência e da Subsidiária no Exterior

Dependência:

A Agência Grand Cayman é uma filial do Banco Santander, e não é uma sociedade jurídica constituída separadamente. Opera nas Ilhas Cayman sob a Categoria "B" licença bancária. No curso normal dos negócios, a Sucursal tem operações significativas com a matriz e suas afiliadas. Todas as transações são assumidas e registradas sob a direção do Escritório Central da sucursal, que é economicamente dependente.

A Agência Grand Cayman é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias, ou “Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias”, como um Banco de Categoria “B” e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman, estando atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para nós, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

Subsidiária:

O Banco Santander detém uma subsidiária independente na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica - grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior - e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As posições financeiras resumidas da dependência e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem:

	Agência	Grand Cayman	Santander Brasil EFC	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo	81.192.782	98.673.203	2.810.242	4.368.077
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	81.192.780	98.673.182	2.810.164	4.367.630
Disponibilidades	544.468	462.232	182.366	1.622.751
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.467.647	18.918.580	1.323.784	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	34.721.940	38.475.623	4.606	789.572
Operações de Crédito ⁽¹⁾	22.770.598	32.655.152	1.094.243	1.713.434
Carteira de Câmbio	8.466.560	6.428.499	-	-
Outros	1.221.567	1.733.096	205.165	241.873
Ativo Permanente	2	21	78	447
Passivo	81.192.782	98.673.203	2.810.242	4.368.077
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	44.495.525	56.293.137	240.053	1.038.284
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	5.026.564	10.074.180	-	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽²⁾	7.434.693	12.981.206	-	-
Obrigações por Empréstimos ⁽³⁾	21.081.194	23.744.735	-	-
Carteira de Câmbio	8.351.718	6.467.055	-	-
Outros	2.601.356	3.025.961	240.053	1.038.284
Resultados de Exercícios Futuros	107	491	17.563	20.997
Patrimônio Líquido ⁽⁴⁾	36.697.150	42.379.575	2.552.626	3.308.796
Resultado do Exercício	874.548	1.029.851	(142.398)	7.289

(1) Refere-se, principalmente, a operações de empréstimos e de financiamento à exportação.

(2) A variação do saldo refere-se, principalmente, a liquidações de eurobonds durante o primeiro trimestre de 2016.

(3) Obrigações por empréstimos no exterior referente às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.

(4) Em Reunião da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de agosto de 2015, foi aprovado a repatriação de recursos da Agência Grand Cayman, por ser considerado excessivo à manutenção de suas atividades, no valor de US\$1.000.000, passando o capital social destacado da referida Agência de US\$11.114.267 para US\$10.114.267.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

15. Participações em Coligadas e Controladas

31/12/2016					
Investimentos	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		Participação Direta	Participação Direta e Indireta
		Direta ou Indiretamente (Mil)			
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) ⁽⁹⁾	Leasing	11.043.798	-	78,57%	99,99%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	95.349	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe)	Banco	2.184	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A. ⁽¹⁰⁾	Banco	81	81	39,89%	39,89%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	287.706.670	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	14.067.673	14.067.673	99,99%	100,00%
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. (Santander Microcrédito)	Microcrédito	43.129.918	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Advisory Services S.A. (Santander Brasil Advisory) ⁽¹⁴⁾	Outras Atividades	1.324	-	96,58%	96,58%
Santander Participações	Holding	4.597	-	100,00%	100,00%
Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.) ^{(6) (12)}	Instituição de Pagamento	61.565	-	88,50%	88,50%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	12.728.211	-	100,00%	100,00%
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços)	Corretora de Seguros	174.360.451	-	60,65%	60,65%
Santander Brasil EFC	Financeira	75	-	100,00%	100,00%
Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽⁴⁾	Securitizadora	-	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. (Super Pagamentos) ⁽³⁾	Outras Atividades	40.000	-	-	100,00%
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado S.A.) ⁽¹³⁾	Banco	227.106	-	-	60,00%
Banco PSA ⁽¹⁷⁾	Banco	105	-	-	50,00%
Controlada da Santander Leasing					
Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A. (Atual Denominação Social da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A. (Santander Finance Arrendamento Mercantil)) ^{(17) (18)}	Leasing	182	-	-	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Evidence	Previdência	12.591.172	-	-	100,00%
Controlada da Santander Participações					
BW Guirapá I S.A. ^{(19) (22)}	Holding	848	-	-	86,81%



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

31/12/2016					
Investimentos	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		Participação Direta	Participação Direta e Indireta
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Controlada da Santander Serviços					
Webcasas S.A.	Outras Atividades	24.500	-	-	100,00%
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) ^{(1) (15)}	Securitização	4	-	9,72%	9,72%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	Outras Atividades	950	-	50,00%	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (EBP) ⁽¹⁾	Outras Atividades	3.859	2.953	11,11%	11,11%
Campo Grande Empreendimentos	Outras Atividades	255	-	25,32%	25,32%
Controladas em Conjunto da Santander Serviços					
Webmotors S.A. ^{(2) (20) (23)}	Outras Atividades	366.182.676	-	-	70,00%
TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras Atividades	743.944	-	-	19,81%
Controlada em Conjunto da Santander Participações					
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (PSA Corretora de Seguros) ^{(17) (21)}	Corretora de Seguros	250	-	-	50,00%
Controladas da Getnet S.A. ^{(6) (12)}					
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras Atividades	3.865	-	-	100,00%
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda. (Integry Tecnologia)	Outras Atividades	1.276	-	-	100,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)	Outras Atividades	6.050	-	-	100,00%
Controlada da TecBan					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet) ⁽⁷⁾	Outras Atividades	142.095	-	-	100,00%
Controlada da Tbnet					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbfort) ⁽¹¹⁾	Outras Atividades	136.266	-	-	100,00%
Controladas Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado S.A.) ⁽¹³⁾					
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras Atividades	6.950	-	-	100,00%
Bonsucesso Tecnologia Ltda.	Outras Atividades	450	-	-	100,00%
Controladas da BW Guirapá I S.A. ^{(19) (22)}					
Central Eólica Angical S.A. (Angical) ^{(19) (22)}	Eólica	717	-	-	100,00%
Central Eólica Caititu S.A. (Caititu) ⁽¹⁹⁾	Eólica	935	-	-	100,00%
Central Eólica Coqueirinho S.A. (Coqueirinho) ^{(19) (22)}	Eólica	943	-	-	100,00%
Central Eólica Corrupião S.A. (Corrupião) ^{(19) (22)}	Eólica	712	-	-	100,00%
Central Eólica Inhambu S.A. (Inhambu) ^{(19) (22)}	Eólica	918	-	-	100,00%
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A. (Tamanduá Mirim) ^{(19) (22)}	Eólica	1.001	-	-	100,00%
Central Eólica Teiu S.A. (Teiu) ^{(19) (22)}	Eólica	746	-	-	100,00%
Coligada					
Norchem Holdings e Negócios S.A. (Norchem Holdings)	Outras Atividades	1.679	-	21,75%	21,75%



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Controladas do Banco Santander						
Santander Leasing ⁽⁹⁾	5.699.279	527.108	4.478.155	4.269.099	414.170	391.320
Santander Brasil Consórcio	136.615	30.799	136.615	169.816	30.799	22.902
Banco Bandepe	3.086.221	260.182	3.086.221	3.195.872	260.182	255.300
Banco RCI Brasil S.A. ⁽¹⁰⁾	1.327.524	79.223	529.562	-	31.602	-
Aymoré CFI	1.364.514	52.538	1.364.514	1.801.193	52.538	661.404
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (CFI RCI Brasil) ⁽¹⁰⁾	-	-	-	539.083	-	94.951
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁵⁾	-	-	-	-	-	105.288
Santander CCVM	557.738	106.085	557.736	485.913	106.085	101.610
Santander Microcrédito	17.317	(17)	17.317	23.834	(17)	1.740
Santander Brasil Advisory ⁽¹⁴⁾	15.228	987	14.698	13.976	953	1.356
Santander Participações	1.542.425	157.560	1.542.410	1.398.518	157.545	(503.594)
Getnet S.A. ^{(6) (12)}	1.468.370	282.564	1.299.508	1.178.586	250.069	143.132
Sancap	362.233	102.176	362.233	336.013	102.176	150.746
Santander Serviços	788.148	242.307	478.039	363.989	146.968	14.938
Mantiq Investimentos Ltda. (Mantiq) ⁽¹⁶⁾	-	3.276	-	7.596	3.276	3.222
Santander Brasil EFC	2.552.626	(142.398)	2.552.626	3.308.796	(142.398)	7.289
Controladas da Aymoré CFI						
Super Pagamentos ⁽³⁾	21.048	(8.897)	-	-	-	-
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado S.A.) ⁽¹³⁾	676.062	13.580	-	-	-	-
Banco PSA ⁽¹⁷⁾	276.113	5.766	-	-	-	-
Controlada da Santander Leasing						
Santander Finance Arrendamento Mercantil ^{(17) (18)}	372.174	3.739	-	-	-	-
Controladas da Sancap						
Santander Capitalização	175.792	124.412	-	-	-	-
Evidence	280.004	(21.531)	-	-	-	-
Controlada da Santander Participações						
BW Guirapá I S.A. ^{(19) (22)}	520.745	(29.226)	-	-	-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Controlada da Santander Serviços						
Webcasas S.A.	22.651	682	-	-	-	-
Controladas em Conjunto do Banco Santander						
Cibrasec ^{(1) (15)}	76.424	7.011	7.432	10.325	892	818
Norchem Participações	52.605	5.274	26.302	23.665	2.637	1.977
EBP ⁽¹⁾	56.402	(1.964)	6.266	6.697	(429)	(1.544)
Controladas em Conjunto da Santander Serviços						
Webmotors S.A. ^{(2) (20) (23)}	102.976	29.934	-	-	-	-
TecBan	405.214	27.568	-	-	-	-
Controlada em Conjunto da Santander Participações						
PSA Corretora de Seguros ^{(17) (21)}	1.316	1.093	-	-	-	-
Controladas da Getnet S.A. ^{(6) (12)}						
Auttar HUT	12.430	1.936	-	-	-	-
Integry Tecnologia	(325)	(227)	-	-	-	-
Toque Fale	2.202	1.231	-	-	-	-
Controlada da TecBan						
Tbnet ⁽⁷⁾	63.107	(55.238)	-	-	-	-
Controlada da Tbnet						
Tbfort ⁽¹¹⁾	59.319	(55.343)	-	-	-	-
Controladas da Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado S.A.) ⁽¹³⁾						
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	15.006	4.753	-	-	-	-
Bonsucesso Tecnologia Ltda.	16.319	6.281	-	-	-	-
Controladas da BW Guirapá I S.A. ^{(19) (22)}						
Angical ^{(19) (22)}	39.986	(1.720)	-	-	-	-
Caititu ⁽¹⁹⁾	64.918	(3.236)	-	-	-	-
Coqueirinho ^{(19) (22)}	80.747	(5.435)	-	-	-	-
Corrupião ^{(19) (22)}	75.084	(3.096)	-	-	-	-
Inhambu ^{(19) (22)}	91.982	(6.395)	-	-	-	-
Tamanduá Mirim ^{(19) (22)}	86.849	(5.301)	-	-	-	-
Teiu ^{(19) (22)}	50.892	(1.610)	-	-	-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Coligadas						
Norchem Holdings	96.462	6.792	20.981	19.503	1.477	1.501
Outras	-	-	225	237	-	(1.104)
Total Banco			16.480.840	17.152.711	1.418.525	1.453.252
Coligadas						
Norchem Holdings			20.981	19.503	1.477	1.501
Outras ⁽⁸⁾			137.567	32.244	-	4
Total Consolidado			158.548	51.747	1.477	1.505

- (1) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um
- (2) Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Serviços e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).
- (3) Em 4 de janeiro de 2016, a Aymoré CFI comunicou aos acionistas detentores das ações representativas dos 50% remanescentes do capital social votante da Super Pagamentos sua decisão de exercer a opção de compra de tais ações, pelo valor de aproximadamente R\$113 milhões. A transação foi concluída em 10 de março de 2016 (Nota 37.c).
- (4) O capital social da empresa é de R\$100,00 (cem reais) composto por 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- (5) Investimento alienado em agosto de 2015 (Nota 37.d).
- (6) A participação detida pela Getnet S.A. na Pos Móvil foi encerrada em razão do fim do prazo de duração desta última e sua consequente dissolução, conforme nota publicada no *Diário Oficial De La Republica de Chile* em 21 de agosto de 2015, e em junho de 2016 a participação detida na iZettle do Brasil S.A foi alienada.
- (7) Em Reuniões dos sócios realizados no período de janeiro a dezembro de 2016, foram aprovados aumentos de capital no valor de R\$104.708, passando o capital social dos atuais R\$37.387 para R\$142.095, com a emissão de 104.708 mil novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um Real) cada uma, cujos aumentos foram integralizados em moeda corrente do país na mesma data em que se deu à aprovação pelos sócios.
- (8) Inclui o valor líquido da amortização de R\$25.735 (31/12/2015 - R\$31.988) referente a conclusão do estudo da alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation - PPA*) sobre a aquisição do Bonsucesso pela Aymoré CFI, R\$90.094 referente ao ágio na aquisição das ações representativas dos 50% remanescentes do capital social votante da Super (Nota 37.c) e R\$21.762 referente ao ágio registrado na BW Guirapá I S.A. relativo aquisição das Sociedades de Propósito Específico (SPE) de Parques Eólicos.
- (9) O Banco Santander recomprou 1.639 ações de minoritário conforme Contrato de Compra e Venda de Ações em março de 2016.
- (10) Na AGE de 29 de janeiro de 2016 foi aprovada a incorporação da CFI RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil S.A., nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da CFI RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil S.A." celebrado nessa mesma data. A incorporação resultou o aumento de capital do Banco RCI Brasil S.A., no valor de R\$537.073 mediante a emissão de 160 mil novas ações nominativas (39 mil ações ordinárias e 121 mil ações preferenciais), passando o capital social de R\$448.152 para R\$985.225. As 243 mil ações do capital social do Banco RCI Brasil S.A. detidas pela CFI RCI Brasil e as novas ações emitidas atribuídas aos seus atuais acionistas na mesma proporção de sua atual participação. Com esse processo a participação anteriormente detida pela CFI RCI Brasil passou para o Banco Santander.
- (11) Em Reuniões dos sócios realizadas no período de janeiro a dezembro de 2016 foram aprovados aumentos de capital no valor de R\$128.449, passando o capital social dos atuais R\$7.817 para R\$136.266, com a emissão de 128.449 mil novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um Real) cada uma, cujos aumentos foram integralizados em moeda corrente do país na mesma data em que se deu à aprovação pelos sócios.
- (12) Em maio de 2016, foi aprovado pelo Bacen o processo de autorização para funcionamento da Sociedade como Instituição de Pagamento.
- (13) Na AGE de 3 de março de 2016 foi aprovada a alteração da denominação social do Banco Bonsucesso Consignado S.A. para Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., o processo de alteração foi aprovado pelo Bacen em 1 de junho de 2016. Na AGE de 1 de novembro de 2016, foi aprovado o aumento do capital social do Olé Consignado no valor de R\$50.000, passando o capital social dos atuais R\$350.000 para R\$400.000, mediante a emissão de 28.509.708 novas ações ordinária nominativas, sem valor nominal. O processo da alteração do capital social foi aprovado pelo Bacen em 22 de novembro de 2016.
- (14) O Banco Santander recomprou 767 ações de minoritário conforme Contrato de Compra e Venda de Ações em abril de 2016.
- (15) Na AGE realizada em 29 de abril de 2016 foi aprovada a reforma na estrutura de distribuição do capital social da Cibrasec mediante a criação de ações preferenciais de emissão da Companhia com direito a voto e a conversão de parcela das ações ordinárias de emissão da Companhia em ações preferenciais, referida reforma foi ratificada na AGE realizada em 30 de maio de 2016. O Banco Santander converteu parte de suas ações ordinária detidas no capital social da Cibrasec, no montante correspondente a 5.000 mil ações ordinárias de emissão da Cibrasec em 50 ações preferenciais na proporção de 100 ações ordinárias para cada 1 ação preferencial, sendo mantidas ainda 4.000 mil ações ordinárias no capital social da Cibrasec. Cada ação preferencial confere ao acionista o direito a 100 vezes o direito aos dividendos das ações ordinárias, de forma que os direitos econômicos foram mantidos, no entanto, a conversão implicou em redução percentual na participação acionária na Cibrasec.
- (16) Investimento alienado em 14 de julho de 2016 (Nota 37.e).
- (17) Investimento adquirido em 1 de agosto de 2016 (Nota 37.b).
- (18) Na AGE realizada em 1 de agosto de 2016, foi aprovada a alteração da denominação social da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A. para Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A., cujo processo foi aprovado pelo Bacen em 12 de dezembro de 2016.



Notas Explicativas

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- (19) Investimentos transferidos da rubrica ativos não-correntes mantidos para venda (Nota 13) em setembro de 2016.
- (20) Na AGE realizada em 26 de setembro de 2016, foi aprovada a redução do capital social da Webmotors S.A. sem cancelamento de ações no valor de R\$109.800 por ser considerado excessivo à manutenção de suas atividades, passando o capital social de R\$194.580 para R\$84.780.
- (21) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Participações e a PSA Services LTD.
- (22) Em AGEs realizadas no dia 31 de outubro de 2016, foram aprovados aumento de capital social pela BW Guirapá I S.A. para as Eólicas: Angical no valor de R\$600, mediante a emissão de 10.200 novas ações ordinárias, Coqueirinho no valor de R\$1.300, mediante a emissão de 13.900 novas ações ordinárias, Corrupião no valor de R\$2.501, mediante a emissão de 22.125 novas ações ordinárias, Inhambu no valor de R\$2.102 mediante a emissão de 19.175 novas ações ordinárias, Tamanduá Mirim no valor de R\$306, mediante a emissão de 3.300 novas ações ordinárias e para a Teiu no valor de R\$1.405, mediante a emissão de 19.600 novas ações ordinárias, as ações subscritas pela BW Guirapá I S.A., serão integralizadas em moeda corrente nacional em até 365 dias, vencendo em 1 de novembro de 2017.
- (23) Em 30 de dezembro de 2016, a Virtual Motors Páginas Eletrônicas Ltda. - ME (Virtual Motors) foi incorporada pela Webmotors S.A (Nota 37.e).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

16. Imobilizado de Uso

	Custo	Depreciação	Banco	
			31/12/2016 Residual	31/12/2015 Residual
Imóveis de Uso	2.538.788	(644.943)	1.893.845	1.953.964
Terrenos	668.141	-	668.141	664.289
Edificações	1.870.647	(644.943)	1.225.704	1.289.675
Outras Imobilizações de Uso	10.923.912	(6.774.599)	4.149.313	4.512.349
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	3.012.984	(1.563.715)	1.449.269	1.395.153
Sistemas de Processamento de Dados	3.287.127	(2.538.309)	748.818	912.654
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.584.703	(1.960.426)	1.624.277	1.723.530
Sistemas de Segurança e Comunicações	731.711	(454.104)	277.607	273.954
Outras	307.387	(258.045)	49.342	207.058
Total	13.462.700	(7.419.542)	6.043.158	6.466.313

	Custo	Depreciação	Consolidado	
			31/12/2016 Residual	31/12/2015 Residual
Imóveis de Uso	2.857.794	(670.658)	2.187.136	2.052.547
Terrenos	702.032	-	702.032	697.579
Edificações	2.155.762	(670.658)	1.485.104	1.354.968
Outras Imobilizações de Uso	12.932.316	(7.568.709)	5.363.607	4.933.703
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	3.814.777	(1.646.535)	2.168.242	1.505.780
Sistemas de Processamento de Dados	3.660.391	(2.702.177)	958.214	1.053.017
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.650.046	(1.998.260)	1.651.786	1.753.658
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.444.335	(957.538)	486.797	361.247
Outras	362.767	(264.199)	98.568	260.001
Total	15.790.110	(8.239.367)	7.550.743	6.986.250

17. Intangível

	Custo	Amortização	Banco	
			31/12/2016 Líquido	31/12/2015 Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.120.037	(24.751.860)	1.368.177	2.990.567
Outros Ativos Intangíveis	8.590.069	(5.694.254)	2.895.815	2.402.983
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais ⁽¹⁾	5.627.437	(3.993.994)	1.633.443	1.299.918
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	2.641.152	(1.443.874)	1.197.278	966.759
Outros	321.480	(256.386)	65.094	136.306
Total	34.710.106	(30.446.114)	4.263.992	5.393.550

	Custo	Amortização	Consolidado	
			31/12/2016 Líquido	31/12/2015 Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.474.881	(25.300.980)	2.173.901	4.012.214
Outros Ativos Intangíveis	9.142.961	(6.014.321)	3.128.640	2.579.259
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais ⁽¹⁾	6.131.705	(4.291.416)	1.840.289	1.470.427
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	2.641.151	(1.443.874)	1.197.277	966.759
Outros	370.105	(279.031)	91.074	142.073
Total	36.617.842	(31.315.301)	5.302.541	6.591.473

(1) Em 2015, no Banco e no Consolidado, inclui perdas ao valor recuperável do ativo (Nota 32).

A base utilizada para o teste de recuperabilidade do ágio na aquisição de sociedades controladas é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, conforme demonstrado no quadro abaixo. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Diretoria Executiva.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco Comercial	
	31/12/2016	31/12/2015
Principais Premissas:		
Bases para Determinação do Valor Recuperável	Valor em Uso: Fluxos de Caixa	
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa ⁽¹⁾	5 Anos	5 Anos
Taxa de Crescimento	8,0%	7,5%
Taxa de Desconto ⁽²⁾	15,2%	15,2%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). A taxa de desconto antes de impostos é de 20,23% (31/12/2015 - 20,11%).

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

18. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Depósitos

					Banco	
					31/12/2016	31/12/2015
	Sem	Até	De 3 a	Acima de		
	Vencimento	3 Meses	12 Meses	12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	16.016.316	-	-	-	16.016.316	15.775.566
Depósitos de Poupança	36.051.476	-	-	-	36.051.476	35.984.837
Depósitos Interfinanceiros	-	11.183.904	51.659.695	2.253.495	65.097.094	61.909.663
Depósitos a Prazo	97.421	24.754.854	18.942.309	47.900.183	91.694.767	87.433.187
Total	52.165.213	35.938.758	70.602.004	50.153.678	208.859.653	201.103.253
Circulante					158.705.975	152.344.715
Longo Prazo					50.153.678	48.758.538

					Consolidado	
					31/12/2016	31/12/2015
	Sem	Até	De 3 a	Acima de		
	Vencimento	3 Meses	12 Meses	12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	16.006.319	-	-	-	16.006.319	15.698.171
Depósitos de Poupança	36.051.476	-	-	-	36.051.476	35.984.837
Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	-	2.141.800	98.491	882.147	3.122.438	3.675.272
Depósitos a Prazo	97.421	24.705.907	18.293.223	47.428.290	90.524.841	86.527.732
Outros Depósitos	89	-	-	-	89	-
Total	52.155.305	26.847.707	18.391.714	48.310.437	145.705.163	141.886.012
Circulante					97.394.726	95.684.682
Longo Prazo					48.310.437	46.201.330

(1) Em 31 de dezembro de 2016, inclui o valor de R\$547.556 de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

b) Captações no Mercado Aberto

				Banco	
				31/12/2016	31/12/2015
	Até	De 3 a	Acima de		
	3 Meses	12 Meses	12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	77.287.686	37.484.997	10.440.823	125.213.506	116.956.293
Títulos Públicos	65.372.584	47.165	-	65.419.749	48.842.324
Outros	11.915.102	37.437.832	10.440.823	59.793.757	68.113.969
Carteira de Terceiros	14.799.595	-	-	14.799.595	10.827.806
Carteira de Livre Movimentação	-	2.828.488	28.722.133	31.550.621	19.914.633
Total	92.087.281	40.313.485	39.162.956	171.563.722	147.698.732
Circulante				132.400.766	99.365.655
Longo Prazo				39.162.956	48.333.077

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	75.984.031	37.153.269	10.440.823	123.578.123	104.217.992
Títulos Públicos	64.068.929	47.165	-	64.116.094	39.884.611
Títulos de Emissão Própria	6.729.411	37.010.963	10.385.403	54.125.777	58.978.887
Outros	5.185.691	95.141	55.420	5.336.252	5.354.494
Carteira de Terceiros	5.794.993	-	-	5.794.993	10.827.806
Carteira de Livre Movimentação	-	2.828.488	28.722.133	31.550.621	19.914.633
Total	81.779.024	39.981.757	39.162.956	160.923.737	134.960.431
Circulante				121.760.781	86.627.754
Longo Prazo				39.162.956	48.332.677

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				31/12/2016	Banco 31/12/2015
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	17.250.014	53.400.023	21.453.818	92.103.855	81.168.337
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽¹⁾	7.258.633	15.140.896	1.583.900	23.983.429	23.795.322
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA ⁽²⁾	1.712.823	4.776.436	491.585	6.980.844	2.096.616
Letras Financeiras - LF ⁽³⁾	8.278.558	33.482.691	19.378.333	61.139.582	55.276.399
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	4.613.287	3.059.884	49.031	7.722.202	13.472.296
Eurobonds	4.613.287	3.059.884	49.031	7.722.202	13.472.296
Certificados de Operações Estruturadas	340.035	772.248	123.308	1.235.591	784.952
Total	22.203.336	57.232.155	21.626.157	101.061.648	95.425.585
Circulante				79.435.491	44.201.390
Longo Prazo				21.626.157	51.224.195

				31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais	422.734	131.077	536.444	1.090.255	984.262
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	17.511.958	54.411.049	23.199.019	95.122.026	84.606.604
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽¹⁾	7.258.633	15.140.896	1.583.900	23.983.429	23.796.209
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA ⁽²⁾	1.712.823	4.776.436	491.585	6.980.844	2.096.616
Letras Financeiras - LF ^{(3) (4)}	8.540.502	34.493.717	21.123.534	64.157.753	58.713.779
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	4.613.287	3.059.884	49.031	7.722.202	13.472.296
Eurobonds	4.613.287	3.059.884	49.031	7.722.202	13.472.296
Certificados de Operações Estruturadas	340.035	772.248	123.308	1.235.591	784.952
Total	22.888.014	58.374.258	23.907.802	105.170.074	99.848.114
Circulante				81.262.272	46.814.955
Longo Prazo				23.907.802	53.033.159

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2016, possuem prazo de vencimento entre 2017 a 2026 (31/12/2015 - com prazo de vencimento entre 2016 a 2020).

(2) Letras de crédito do agronegócio são títulos de renda fixa em que os recursos são destinados ao fomento do agronegócio, indexada entre 87,0% a 94,0% do CDI. Em 31 de dezembro de 2016, possuem prazo de vencimento entre 2017 a 2018 (31/12/2015 - com prazo de vencimento entre 2016 a 2018).

(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2016, possuem prazo de vencimento entre 2017 a 2025 (31/12/2015 - com prazo de vencimento entre 2016 a 2025).

(4) Em 31 de dezembro de 2016, incluí o valor de R\$1.769.348 de Letras Financeiras objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Eurobonds	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	Banco/Consolidado	
					31/12/2016	31/12/2015
					Total	Total
Eurobonds	fevereiro e setembro-12	fevereiro-17	US\$	4,6%	4.116.309	5.025.982
Eurobonds ⁽¹⁾	setembro-14	setembro-16	JPY	1,8%	-	35.743
Eurobonds	dezembro-15	julho-16	US\$	2,7%	-	195.254
Eurobonds	janeiro e junho-11	janeiro-16	US\$	4,3%	-	3.268.431
Eurobonds ⁽¹⁾	março e maio-13	março-16	R\$	8,0%	-	1.255.841
Eurobonds ⁽¹⁾	abril-12	abril-16	CHF	3,3%	-	603.889
Eurobonds ⁽¹⁾	abril-12	abril-16	CLP	4,6%	-	135.388
Eurobonds	junho-15	janeiro-16	US\$	1,1%	-	173.487
Eurobonds	julho-15	janeiro-16	US\$	1,1%	-	839.956
Eurobonds	agosto-15	fevereiro-16	US\$	1,2%	-	510.082
Eurobonds	agosto-15	fevereiro-16	US\$	1,1%	-	291.345
Eurobonds	dezembro-15	junho-16	EUR	1,0%	-	170.053
Eurobonds	fevereiro-15	fevereiro-18	US\$	2,2%	39.727	47.598
Eurobonds	julho-15	julho-20	US\$	3,0%	10.206	11.877
Eurobonds	fevereiro-16	março-17	US\$	2,5%	39.940	-
Eurobonds	junho-16	junho-17	US\$	1,0%	475.424	-
Eurobonds	abril-16	abril-17	US\$	1,0%	111.059	-
Eurobonds	julho-16	julho-17	US\$	2,0%	761.129	-
Eurobonds	agosto-16	agosto-17	US\$	2,0%	185.533	-
Eurobonds	setembro-16	setembro-17	US\$	2,0%	195.206	-
Eurobonds	setembro-16	março-17	US\$	1,4%	50.045	-
Eurobonds	setembro-16	setembro-17	US\$	2,1%	35.562	-
Eurobonds	outubro-16	janeiro-17	US\$	0,9%	32.422	-
Eurobonds	novembro-16	fevereiro-17	US\$	0,9%	93.498	-
Eurobonds	dezembro-16	março-17	US\$	0,9%	62.219	-
Eurobonds	novembro-16	maio-17	US\$	1,4%	34.720	-
Eurobonds	dezembro-16	junho-17	US\$	1,4%	62.105	-
Eurobonds	outubro-16	outubro-17	US\$	2,2%	249.214	-
Eurobonds	outubro-16	outubro-17	EUR	0,4%	37.507	-
Eurobonds	novembro-16	novembro-17	US\$	2,0%	130.791	-
Eurobonds	novembro-16	novembro-17	US\$	1,8%	138.605	-
Eurobonds	dezembro-16	dezembro-17	US\$	1,8%	48.448	-
Outros					812.533	907.370
Total					7.722.202	13.472.296

(1) Em 31 de dezembro de 2015, inclui R\$1.995.118 de operações objeto de "hedge" fluxo de caixa, sendo R\$603.889 indexados em moeda estrangeira - Franco Suíço, R\$135.388 em Peso Chileno e R\$1.255.841 indexado em Reais (Nota 6.b.V.b); e R\$35.743 de operações objeto de "hedge" de risco de mercado indexados em moeda estrangeira - YEN (Nota 6.b.V.a).

d) Despesas de Captação no Mercado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Depósitos a Prazo ⁽¹⁾	7.363.350	16.056.205	7.262.634	16.025.894
Depósitos de Poupança	2.726.421	2.745.514	2.726.421	2.745.514
Depósitos Interfinanceiros	9.006.721	4.230.068	393.412	402.769
Captação no Mercado Aberto	24.170.391	18.833.392	21.646.664	15.562.251
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	-	129.576	121.833
Outras ⁽²⁾	17.776.019	13.918.572	18.387.475	14.502.923
Total	61.042.902	55.783.751	50.546.182	49.361.184

(1) No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R\$501.748 (2015 - R\$503.290), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 21).

(2) Inclui, principalmente, despesas com recursos de aceites e emissão de títulos.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

	31/12/2016				Banco 31/12/2015
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no País	-	-	-	-	4.333
Obrigações por Empréstimos no Exterior	10.741.630	19.097.713	1.638.173	31.477.516	36.683.300
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação ⁽¹⁾	10.741.630	19.097.713	1.638.173	31.477.516	35.792.969
Outras Linhas de Crédito	-	-	-	-	890.331
Obrigações por Repasses do País	1.214.728	3.766.379	11.821.538	16.802.645	16.262.891
Total	11.956.358	22.864.092	13.459.711	48.280.161	52.950.524
Circulante				34.820.450	38.515.974
Longo Prazo				13.459.711	14.434.550

	31/12/2016				Consolidado 31/12/2015
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no País	10.989	30.678	404.233	445.900	78.917
Obrigações por Empréstimos no Exterior	9.418.231	19.097.713	1.638.173	30.154.117	36.683.512
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação ⁽¹⁾	9.418.231	19.097.713	1.638.173	30.154.117	35.793.181
Outras Linhas de Crédito	-	-	-	-	890.331
Obrigações por Repasses do País	1.214.728	3.766.379	11.821.538	16.802.645	16.262.891
Total	10.643.948	22.894.770	13.863.944	47.402.662	53.025.320
Circulante				33.538.718	38.590.770
Longo Prazo				13.863.944	14.434.550

(1) Inclui o valor de R\$816.759 (31/12/2015 - R\$3.476.825), de obrigações objeto de "hedge" risco de mercado (Nota 6.b.V.a) e R\$1.332.972 de obrigações objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2019 (31/12/2015 - até o ano de 2019) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,6% a.a. a 32,44% a.a. (31/12/2015 - 0,3% a.a. a 7,4% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

19. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 23.b)	4.522.224	4.475.644	7.080.310	6.973.763
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 23.i)	719.574	698.622	810.383	785.837
Passivos Tributários Diferidos	1.809.299	1.092.959	2.265.591	1.642.819
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	-	33.113	104.667
Impostos e Contribuições a Pagar	1.064.799	722.182	1.404.210	1.037.020
Total	8.115.896	6.989.407	11.593.607	10.544.106
Circulante	1.891.028	2.120.847	2.442.614	2.724.378
Longo Prazo	6.224.868	4.868.560	9.150.993	7.819.728

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Banco Saldo em 31/12/2016
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	999.137	-	(33.387)	965.750
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	61.270	774.927	-	836.197
Superveniência de Arrendamento Mercantil	7.188	-	(411)	6.777
Outros	25.364	-	(24.789)	575
Total	1.092.959	774.927	(58.587)	1.809.299

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Banco Saldo em 31/12/2015
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	900.251	99.046	(160)	999.137
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	263.742	-	(202.472)	61.270
Superveniência de Arrendamento Mercantil	7.864	-	(676)	7.188
Outros	18.447	6.917	-	25.364
Total	1.190.304	105.963	(203.308)	1.092.959

	Saldo em 31/12/2015	Aquisição/ Investimento ⁽²⁾	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 31/12/2016
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.057.929	-	3.134	(91.742)	969.321
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	65.740	-	846.364	(19.133)	892.971
Superveniência de Arrendamento Mercantil	485.278	800	-	(100.951)	385.127
Outros	33.872	-	9.868	(25.568)	18.172
Total	1.642.819	800	859.366	(237.394)	2.265.591

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 31/12/2015
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	925.433	133.656	(1.160)	1.057.929
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	267.350	937	(202.547)	65.740
Superveniência de Arrendamento Mercantil	588.035	-	(102.757)	485.278
Outros	21.598	15.351	(3.077)	33.872
Total	1.802.416	149.944	(309.541)	1.642.819

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.
(2) Aquisição e incorporação de participação societária (Nota 15).

b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

				Banco 31/12/2016
Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias		Total
		CSLL	PIS/Cofins	
2017	333.324	264.666	64.499	662.489
2018	204.191	161.546	39.391	405.128
2019	204.191	121.159	39.391	364.741
2020	34.998	20.999	6.827	62.824
2021	34.998	20.999	6.827	62.824
2022 a 2024	104.993	62.996	20.481	188.470
2025 a 2026	34.998	20.999	6.826	62.823
Total	951.693	673.364	184.242	1.809.299

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				Consolidado 31/12/2016
Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias		Total
		CSLL	PIS/Cofins	
2017	413.357	271.000	65.195	749.552
2018	278.556	165.637	40.088	484.281
2019	257.698	124.206	40.067	421.971
2020	86.954	23.244	7.503	117.701
2021	86.954	23.244	7.503	117.701
2022 a 2024	212.444	69.543	22.446	304.433
2025 a 2026	39.128	23.342	7.482	69.952
Total	1.375.091	700.216	190.284	2.265.591

20. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as normas do Bacen. Para a apuração dos limites operacionais, estes integram o Nível II do Patrimônio de Referência (PR) de acordo com a natureza e proporcionalidade definidas nas Resoluções CMN 4.192 de 1 de março de 2013 e alterações pela Resolução CMN 4.278 de 31 de outubro de 2013.

					Banco/Consolidado 31/12/2016	31/12/2015
CDB Subordinado	Emissão	Vencimento ⁽¹⁾	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total
CDB Subordinado	junho-06	julho-16	R\$1.500	105,0% CDI	-	4.196.347
CDB Subordinado	outubro-06	setembro-16	R\$850	104,5% CDI	-	2.266.789
CDB Subordinado	julho-06 a outubro-06	julho-16	R\$447	104,5% CDI	-	1.230.505
CDB Subordinado	maio-08	maio-15 a maio-18	R\$283	CDI ⁽²⁾	98.378	114.467
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-15 a junho-18	R\$268	IPCA ⁽³⁾	367.868	289.196
Total					466.246	8.097.304
Circulante					-	7.685.328
Longo Prazo					466.246	411.976

(1) CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

(2) Indexado entre 100% e 112% do CDI.

(3) Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,4% a.a.

21. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

					Banco/Consolidado 31/12/2016	31/12/2015
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) ⁽³⁾	Total	Total
Nível I ⁽¹⁾	janeiro-14	Sem Prazo (Perpétuo)	R\$3.000	7,375%	4.127.184	4.944.625
Nível II ⁽²⁾	janeiro-14	janeiro-24	R\$3.000	6,000%	4.187.615	5.017.520
Total					8.314.799	9.962.145
Circulante					114.104	218.009
Longo Prazo					8.200.695	9.744.136

(1) Juros pagos trimestralmente a partir de 29 de abril de 2014.

(2) Juros pagos semestralmente a partir de 29 de julho de 2014.

(3) A taxa efetiva de juros, considerando o IR Fonte assumido pelo emissor, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

22. Outras Obrigações - Diversas

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisão Técnica para Operações de Previdência e de Capitalização	-	-	1.681.252	1.606.820
Obrigações com Cartões de Crédito	24.446.860	21.161.942	24.651.578	21.161.945
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 23.b)	4.653.511	4.261.045	5.014.004	4.514.269
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 35)	2.696.848	2.696.653	2.710.626	2.696.653
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	22.588	21.521	22.588	21.521
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 23.i)	4.542	4.136	4.542	4.136
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	1.432.366	1.545.400	1.564.155	1.676.134
Despesas Administrativas	301.877	242.810	422.133	263.383
Outros Pagamentos	35.135	62.414	159.652	159.425
Credores por Recursos a Liberar	482.091	573.869	482.091	573.869
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	460.432	357.001	460.432	357.001
Fornecedores	290.281	318.148	922.082	847.439
Outras ⁽¹⁾	3.365.507	3.927.127	6.433.165	6.240.518
Total	38.192.038	35.172.066	44.528.300	40.123.113
Circulante	32.547.860	29.651.285	38.143.523	33.880.803
Longo Prazo	5.644.178	5.520.781	6.384.777	6.242.310

(1) No Consolidado, inclui a obrigação referente a transferência da Carteira do Fundo Garantidor de Benefícios (FGB) da sociedade Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. para a Evidence, os ativos e reservas da referida Carteira passaram a ser geridos pela Evidence a partir de 2 de fevereiro de 2015.

23. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.q).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 19)	4.522.224	4.475.644	7.080.310	6.973.763
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 22)	4.653.511	4.261.045	5.014.004	4.514.269
Ações Trabalhistas	2.988.869	2.422.387	3.146.383	2.505.553
Ações Cíveis	1.664.642	1.838.658	1.867.621	2.008.716
Total	9.175.735	8.736.689	12.094.314	11.488.032

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2016			Banco 01/01 a 31/12/2015		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	4.475.644	2.422.387	1.838.658	11.383.052	1.914.476	1.612.518
Constituição Líquida de Reversão ^{(1) (2)}	(140.897)	1.224.189	368.919	(6.897.586)	1.260.233	716.872
Atualização Monetária	361.752	296.241	167.757	385.032	262.234	162.461
Baixas por Pagamento ^{(2) (3)}	(172.776)	(1.122.652)	(710.692)	(365.230)	(1.101.029)	(653.193)
Outros	(1.499)	168.704	-	(29.624)	86.473	-
Saldo Final	4.522.224	2.988.869	1.664.642	4.475.644	2.422.387	1.838.658
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.155.001	543.795	442.330	1.701.013	323.878	361.268
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	13.584	16.944	9.479	29.479	6.182	5.159
Total dos Depósitos em Garantia ⁽⁴⁾	1.168.585	560.739	451.809	1.730.492	330.060	366.427

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/12/2016			Consolidado 01/01 a 31/12/2015		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	6.973.763	2.505.553	2.008.716	14.205.897	1.984.590	1.776.857
Constituição Líquida de Reversão ^{(1) (2)}	(255.470)	1.318.798	512.798	(6.808.554)	1.301.818	851.342
Atualização Monetária	550.272	308.401	186.976	624.487	274.021	190.656
Baixas por Pagamento ^{(2) (3)}	(190.093)	(1.159.944)	(850.988)	(1.004.503)	(1.142.738)	(810.140)
Aquisição/Incorporação/ Reclassificações de Participações Societárias (Nota 15)	-	3.934	6.692	(13.939)	349	1
Outros	1.838	169.641	3.427	(29.625)	87.513	-
Saldo Final	7.080.310	3.146.383	1.867.621	6.973.763	2.505.553	2.008.716
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.511.454	564.605	451.990	3.120.773	328.361	368.596
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	14.439	16.944	9.503	30.816	6.182	5.166
Total dos Depósitos em Garantia ⁽⁴⁾	2.525.893	581.549	461.493	3.151.589	334.543	373.762

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Para as contingências fiscais, em 2015, inclui os efeitos decorrentes da reversão da provisão do Cofins (Nota 23.e).

(3) Em 2015, inclui o valor referente as antecipações de CSLL que reduz o valor da provisão fiscal decorrente do questionamento da majoração da alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008 (Nota 23.e).

(4) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias encontram-se descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$1.669.219 no Banco e R\$3.303.368 no Consolidado (31/12/2015 - R\$1.530.261 no Banco e R\$3.026.674 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à Cofins. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas. No exercício de 2015, com a decisão do STF, o Banco Santander reverteu o saldo da provisão constituída para cobrir as obrigações legais relativas à Cofins, no montante de

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$345.202 no Banco e R\$948.968 no Consolidado (31/12/2015 - R\$317.963 no Banco e R\$883.234 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda

Os principais temas discutidos nesses processos são:

CSLL - Isonomia de Alíquotas - R\$0 no Banco e R\$54.245 no Consolidado (31/12/2015 - R\$0 no Banco e R\$52.268 no Consolidado): as empresas controladas ingressaram com medidas judiciais contestando a aplicação do aumento na alíquota da CSLL para 18%, aplicável a instituições financeiras, até 1998, em comparação com a alíquota de 8% para as demais empresas não financeiras, com base no princípio constitucional da isonomia.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$607.882 no Banco e R\$621.586 no Consolidado (31/12/2015 - R\$739.004 no Banco e R\$755.440 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$259.845 no Banco e R\$266.391 no Consolidado (31/12/2015 - R\$507.836 no Banco e R\$527.111 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$689.987 no Banco e no Consolidado (31/12/2015 - R\$657.750 no Banco e Consolidado): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. Em junho de 2015, as defesas foram apreciadas com decisões desfavoráveis na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Produban Serviços de Informática S.A. (atual denominação da Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$1.382 milhões. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos e êxitos. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência e de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda

Planos Econômicos - ações de cobrança com avaliação coletiva, relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica de perdas dos processos encerrados.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações cíveis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual. A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) por enquanto é contrária aos Bancos. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Entretanto, o julgamento desta questão está paralisado no STF por falta de quórum, considerando que alguns dos seus Ministros se declararam impedidos para julgar a matéria e, por isso, é provável que o julgamento continue paralisado por vários anos ainda. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções. Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, será julgada improcedente, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

h) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de Dezembro de 2016

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$18.652 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2016, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$730 milhões.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas estão envolvidas em processos judiciais e administrativos contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2016, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$2.978 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a atual Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. sucessora da sociedade ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao ano-base de 2005, alegando que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente pois o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. Houve decisão parcialmente favorável no CARF para dar parcial provimento ao recurso voluntário para excluir a multa de ofício e os juros sobre essa multa. Atualmente aguarda-se a apreciação dos Embargos de Declaração opostos pela Zurich e o julgamento do Recurso Especial interposto pela União Federal. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2016, o valor era de

Amortização do Ágio do Banco Real - A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia da RFB de Julgamento decidiu favoravelmente ao Banco Santander, o que ensejou a interposição de Recurso (de ofício) por parte da Fazenda. Em 10 de novembro de 2016 o recurso foi provido, ensejando por parte do Banco a interposição de recurso junto ao CARF, o qual aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2016, o valor era de

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - As Autoridades Fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 à 2012. O Banco Santander apresentou tempestivamente as respectivas impugnações, as quais estão pendentes de decisão. Em 31 de dezembro de 2016, o valor era de

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$17 milhões, excluindo os processos

Gratificação Semestral ou PLR - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. A 1ª Turma do STF deu provimento ao Agravo Regimental do Banco e negou seguimento ao da Afabesp. As matérias do Recurso Extraordinário do Banco seguirão agora para o Pleno do STF para decisão sobre repercussão geral e julgamento. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI - ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPDI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e embora os recursos ainda não tenham sido julgados, o índice de êxito do Banco com relação a esse tema nos Tribunais Superiores é de cerca de 90%. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev com resultado “zero” em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor referente a esta ação não é divulgado devido ao estágio atual do processo e o impacto possível que tal divulgação pode gerar sobre o andamento da ação.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$1.211 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe - relacionada a contrato de mútuo em fase de recurso para o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.

Ação Oriunda de Disputa Contratual - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso para o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$719.574, R\$712 e R\$3.830 (31/12/2015 - R\$698.622, R\$890 e R\$3.246) no Banco e R\$810.383, R\$712 e R\$3.830 (31/12/2015 - R\$785.837, R\$890 e R\$3.246) no Consolidado, respectivamente, registrados em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 19) e outras obrigações - diversas (Nota 22) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

24. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas, escriturais, sem valor nominal.

	31/12/2016			Em Milhares de Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2015
De Domiciliados no País	67.497	92.949	160.446	56.305	81.279	137.584
De Domiciliados no Exterior	3.783.474	3.619.163	7.402.637	3.794.666	3.630.833	7.425.499
Total	3.850.971	3.712.112	7.563.083	3.850.971	3.712.112	7.563.083
(-) Ações em Tesouraria	(25.786)	(25.786)	(51.572)	(20.218)	(20.218)	(40.436)
Total em Circulação	3.825.185	3.686.326	7.511.511	3.830.753	3.691.894	7.522.647

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, e desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

	31/12/2016			
	Em Milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units		Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (4)}	500.000	Ordinárias	Preferenciais	133,2009
Dividendos Intermediários ^{(2) (5)}	700.000	88,8309	97,7140	186,5448
Dividendos Intercalares ^{(2) (5)}	700.000	88,8309	97,7140	186,5448
Juros sobre o Capital Próprio ^{(3) (5)}	3.350.000	425,1192	467,6311	892,7503
Total	5.250.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2016, ordinárias - R\$53,9146, preferenciais - R\$59,3061 e Units - R\$113,2207 líquidos de impostos.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2016.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2016, ordinárias - R\$361,3513, preferenciais - R\$397,4864 e Units - R\$758,8377 líquidos de impostos.

(4) O valor dos juros sobre capital próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2016 e foram pagos a partir de 26 de agosto de 2016, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) O valor dos dividendos intermediários, intercalares e juros sobre capital próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2016 e serão pagos a partir de 23 de fevereiro de 2017, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

		31/12/2015		
	Em Milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units		
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Dividendos Intercalares ^{(1) (5)}	150.000	18,9474	20,8421	39,7895
Dividendos Intermediários ^{(2) (6)}	3.050.000	385,8116	424,3927	810,2043
Dividendos Intercalares ^{(3) (7)}	1.600.000	202,7412	223,0153	425,7564
Juros sobre o Capital Próprio ^{(4) (7)}	1.400.000	177,3985	195,1384	372,5369
Total	6.200.000			

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2015.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2015.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2015.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2015, ordinárias - R\$150,7887, preferenciais - R\$165,8676 e Units - R\$316,6563 líquidos de
- (5) O valor dos dividendos intercalares foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2015 e foram pagos a partir de 28 de agosto de 2015, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (6) O valor dos dividendos intermediários foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2015 e foram pagos a partir de 5 de outubro de 2015, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (7) O valor dos dividendos intercalares e juros sobre capital próprio foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2015 e foram pagos a partir de 25 de fevereiro de 2016, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de Capital

A reserva de capital do Banco é composta de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 3 de novembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 4 de novembro de 2016, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 38.402.972 Units, representativas de 38.402.972 ações ordinárias e 38.402.972 ações preferenciais, que correspondem, em 30 de setembro de 2016, a aproximadamente 1,02% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2016, o Banco Santander possuía 384.029.725 ações ordinárias e 411.834.140 ações preferenciais em circulação referente ao programa de recompra.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O prazo do Programa de Recompra é de até 365 dias contados a partir de 4 de novembro de 2016, encerrando-se em 3 de novembro de 2017.

	Banco/Consolidado Em Milhares de Ações			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Quantidade		Quantidade	
	Units	ADRs	Units	ADRs
Ações em Tesouraria no Início do Exercício	7.080.068	13.137.665	16.531.177	13.080.565
Cancelamento de ADRs ⁽¹⁾	13.137.665	(13.137.665)	-	-
Cancelamento de Ações ⁽²⁾	-	-	(18.878.954)	-
Aquisições de Ações	14.284.400	-	13.873.413	57.100
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(8.716.213)	-	(4.445.568)	-
Ações em Tesouraria no Final do Exercício	25.785.920	-	7.080.068	13.137.665
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais ^{(2) (3)}	513.889	-	106.764	317.094
Custo/Valor de Mercado	Units	ADRs	Units	ADRs
Custo Mínimo	R\$ 7,55	US\$ 4,37	R\$ 11,01	US\$ 4,37
Custo Médio Ponderado	R\$ 16,43	US\$ 6,17	R\$ 14,28	US\$ 6,17
Custo Máximo	R\$ 26,81	US\$ 10,21	R\$ 18,51	US\$ 10,21
Valor de Mercado	R\$ 28,32	US\$ 8,58	R\$ 16,04	US\$ 3,89

(1) Em janeiro de 2016 ocorreu a transformação do total de ADR's que estavam em tesouraria para UNIT's.

(2) Na AGE realizada em 14 de dezembro de 2015, foi aprovado o cancelamento de 18.878.954 de Units (18.878.954 ON e 18.878.954 PN, totalizando 37.757.908 ações em tesouraria) equivalente a R\$268.573.

(3) O total de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2016 é de R\$514.034 (31/12/2015 - R\$423.953) e inclui custos de emissão no valor de R\$145 (31/12/2015 - R\$145). Adicionalmente, no período findo em 31 de dezembro de 2016, foram negociadas ações em tesouraria que resultaram numa perda de R\$11.574 (2015 - R\$3.918), registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

e) Patrimônio Líquido Consolidado - Resultados não Realizados

O patrimônio líquido consolidado está reduzido, principalmente, por resultados não realizados de R\$16.947 (31/12/2015 - R\$2.216). Em 2016, foram realizados resultados no valor de R\$11.325 (2015 - R\$15.298), inclui valores referente a negociação com terceiros das NTN-C e parte das NTN-F, relacionados à operação de venda realizada pelo Banco Santander à Santander Leasing (Nota 6.a III) registrada, anteriormente, como resultados não realizados no ano de 2012 no valor de R\$11.325.

25. Limites Operacionais

Em julho de 2008 entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. No ano de 2013 foi emitido um conjunto de Resoluções e Circulares, alinhados com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia. Estas regras, representadas pelas Resoluções CMN 4.192 e 4.193 entraram em vigor em outubro de 2013 e estabelecem o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do PR seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013, a exigência para o PR é de 11% até 31 de dezembro de 2015, a partir de janeiro de 2016 de 9,875% mais capital de conservação de 0,625%, totalizando 10,5% até dezembro 2016, para o PR Nível I é de 6% e para o Capital Principal é de 4,5%.

Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN 4.280/2013.

O índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2016 ⁽¹⁾	31/12/2015 ⁽¹⁾
Patrimônio de Referência Nível I	56.264.021	52.976.575
Capital Principal	52.136.837	48.031.704
Capital Complementar	4.127.184	4.944.870
Patrimônio de Referência Nível II	4.280.864	5.182.065
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	60.544.885	58.158.640
Patrimônio de Referência Exigido	36.669.570	40.683.466
Risco de Crédito ⁽²⁾	31.309.944	36.508.169
Risco de Mercado ⁽³⁾	2.388.626	2.300.969
Risco Operacional	2.971.000	1.874.328
Índice de Basileia Nível I	15,15	14,3
Índice de Basileia Capital Principal	14,04	13,0
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	16,30	15,7

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas do Consolidado Prudencial.

(2) Para cálculo da alocação de capital para Risco de Crédito foram consideradas as modificações e inclusões da Circular Bacen 3.714 de 20 de agosto de 2014, que altera a Circular Bacen 3.644 de 4 de março de 2013.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(3) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (PJUR2), índices de preços (PJUR3) e taxa de juros (PJUR1/PJUR4), do preço de mercadorias "commodities" (PCOM), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (PACS) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (PCAM).

O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, gestão de capital, PR e PRE. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

26. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 22 de março de 2016 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2016, no montante de até R\$300.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2016.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas do Grupo Santander no mundo, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas. (Nota 35.f).

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Remuneração Fixa	91.115	69.891
Remuneração Variável	120.632	108.087
Outras	15.555	15.353
Total Benefícios de Curto Prazo	227.301	193.331
Remuneração Baseada em Ações	49.488	11.777
Total Benefícios de Longo Prazo	49.488	11.777
Total ⁽¹⁾	276.789	205.108

(1) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Adicionalmente, em 2016, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$30.823 (2015 - R\$28.096).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

c) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

- I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;
- II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;
- III - pessoas jurídicas, cujo capital o Banco Santander participe com mais de 10%;
- IV - pessoas jurídicas, cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

						Em Milhares de Ações 31/12/2016
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,0%	1.733.644	46,7%	3.543.227	46,9%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	1.107.673	28,8%	1.019.645	27,5%	2.127.318	28,1%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	518.207	13,5%	519.089	14,0%	1.037.296	13,7%
Santander Insurance Holding, S.L. (SIH) ⁽¹⁾	3.758	0,1%	179	0,0%	3.937	0,1%
Qatar Holding, LLC (Qatar Holding)	207.812	5,4%	207.812	5,6%	415.624	5,5%
Funcionários	3.914	0,1%	3.929	0,1%	7.843	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	174.238	4,5%	202.028	5,5%	376.266	5,0%
Total em Circulação	3.825.185	99,4%	3.686.326	99,4%	7.511.511	99,4%
Ações em Tesouraria	25.786	0,6%	25.786	0,6%	51.572	0,6%
Total	3.850.971	100,0%	3.712.112	100,0%	7.563.083	100,0%
"Free Float" ⁽²⁾	385.964	10,0%	413.769	11,1%	799.733	10,6%

						Em Milhares de Ações 31/12/2015
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,0%	1.733.644	46,7%	3.543.227	46,9%
GES ⁽¹⁾	1.107.673	28,8%	1.019.645	27,5%	2.127.318	28,1%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	518.207	13,5%	519.089	14,0%	1.037.296	13,7%
SIH ⁽¹⁾	3.758	0,1%	179	0,0%	3.937	0,1%
Qatar Holding	207.812	5,4%	207.812	5,6%	415.624	5,5%
Funcionários	3.066	0,1%	3.088	0,1%	6.154	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	180.654	4,6%	208.437	5,6%	389.091	5,1%
Total em Circulação	3.830.753	99,5%	3.691.894	99,5%	7.522.647	99,5%
Ações em Tesouraria	20.218	0,5%	20.218	0,5%	40.436	0,5%
Total	3.850.971	100,0%	3.712.112	100,0%	7.563.083	100,0%
"Free Float" ⁽²⁾	391.532	10,2%	419.337	11,3%	810.869	10,7%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários, Qatar Holding e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Banco Receitas (Despesas)
	31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2015
Disponibilidades	402.617	-	245.412	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	400.205	-	243.943	-
Banco Santander (México), S.A. ⁽⁴⁾	1.034	-	65	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁴⁾	1.261	-	1.303	-
Diversos	117	-	101	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	45.801.141	4.535.632	52.550.064	3.540.799
Aymoré CFI ⁽³⁾	27.473.607	3.588.665	26.952.013	3.076.677
Banco Santander Espanha ^{(1) (2)}	10.269.812	37.381	20.699.539	31.374
CFI RCI Brasil ⁽³⁾	-	-	923.412	163.684
Banco PSA ⁽³⁾	832.849	40.355	-	-
Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) ⁽³⁾	589.376	114.909	-	-
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado S.A.) ^{(3) (10)}	6.635.497	754.322	3.975.100	269.064
Títulos e Valores Mobiliários	67.744.952	10.492.182	66.689.757	7.134.794
Santander Leasing ⁽³⁾	67.744.952	10.492.182	66.689.757	7.134.794
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(170.020)	553.129	(724.100)	677.093
Santander Benelux, S.A., N.V. (Santander Benelux) ⁽⁴⁾	-	-	-	407.395
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado (Fundo de Investimento Santillana) ⁽⁴⁾	(155.095)	257.475	(379.239)	602.557
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury) ⁽⁴⁾	(91.828)	38.274	(156.976)	(88.881)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	70.020	(74.877)	(178.841)	(240.598)
Santander FI Amazonas ⁽³⁾	2.738	487.690	(44.814)	2.928
Santander Paraty ⁽³⁾ (Nota 2)	-	-	2.804	(1.521)
Santander FI Hedge Strategies ⁽³⁾ (Nota 2)	(109.760)	(282.845)	-	-
Santander FI Diamantina ⁽³⁾	113.905	127.412	32.966	(4.850)
Banco Bandepe ⁽³⁾	-	-	-	63
Operações de Crédito	-	1.443	207	1.261
Cibrasec ⁽⁵⁾	-	1.443	207	1.261
Dividendos e Bonificações a Receber	717.619	932.964	152.389	335.265
Aymoré CFI ⁽³⁾	93.133	384.536	107.926	50.000
Santander Leasing ⁽³⁾	272.703	320.826	-	200.364
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ^{(4) (9)}	-	-	-	34.000
CFI RCI Brasil ⁽³⁾	-	-	7.480	30.899
Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) ⁽³⁾	33.171	39.024	-	-
Santander Participações ⁽³⁾	2.194	-	795	-
Sancap ⁽³⁾	122.467	12.000	35.832	-
Santander CCVM ⁽³⁾	30.969	36.434	-	20.000
Banco Bandepe ⁽³⁾	95.142	111.932	-	-
Santander Serviços ⁽³⁾	31.197	27.962	-	-
Getnet S.A. ⁽³⁾	35.130	-	-	-
Diversos	1.513	250	356	2
Negociação e Intermediação de Valores	154.823	1.329	831.967	1.548
Abbey National Treasury ⁽⁴⁾	92.118	396	135.165	104
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	62.705	933	696.802	1.444
Carteira de Câmbio - Líquida	(104.243)	15.300	142.919	(695.477)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(104.243)	15.300	142.919	(712.263)
Santander Benelux ⁽⁴⁾	-	-	-	16.786

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos	Receitas	Ativos	Banco
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	Receitas
		01/01 a		01/01 a
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	16.099.938	2.553.630	756.216	2.479.102
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	834.736	1.548.974	738.006	1.521.470
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁶⁾	-	220.869	-	202.946
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	18.831	221.373	18.024	192.826
Aymoré CFI ⁽³⁾	-	416.012	-	427.559
Santander CCVM ⁽³⁾	-	95.766	-	80.935
Santander Leasing ⁽³⁾	-	3.640	-	9.529
Santander Brasil Asset ⁽⁶⁾	-	-	-	1.243
Santander Serviços ⁽³⁾	-	19.047	-	15.091
Santander Microcrédito ⁽³⁾	-	7.628	-	6.712
Santander Brasil Consórcio ⁽³⁾	-	3.714	-	5.598
Santander Participações ⁽³⁾	-	2.999	-	4.985
Getnet S.A. ⁽³⁾ ⁽¹¹⁾	15.246.008	2.007	-	-
Webmotors S.A. ⁽⁷⁾	-	300	-	371
Diversos	363	11.301	186	9.837
Resultado não Operacional	-	-	-	784.954
Capital Riesgo Global ⁽⁴⁾	-	-	-	34.404
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽⁴⁾ (Nota 33)	-	-	-	750.550
Outros Créditos - Diversos	15.887	45.341	13.052	30.608
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	12.089	8.363	12.468	7.637
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	3.462	9.452	326	3.968
Santander Paraty ⁽³⁾ (Nota 2)	-	-	-	1.792
Banco Santander International ⁽⁴⁾	-	20.959	-	8.804
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁴⁾ ⁽⁹⁾	-	1.896	-	2.346
Diversos	336	4.671	258	6.061
Depósitos	(66.972.258)	(8.991.876)	(61.414.166)	(4.064.392)
Santander Leasing ⁽³⁾	(59.211.733)	(8.138.709)	(54.773.424)	(3.474.874)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(1.556)	-	(1.360)	-
Aymoré CFI ⁽³⁾	(2.938.745)	(423.953)	(3.149.573)	(314.730)
Banco Bandepe ⁽³⁾	(763.992)	(142.205)	(1.320.479)	(152.256)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	(44.840)	-	(95.537)	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁶⁾	(8.725)	-	(23.878)	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽⁶⁾	(39.361)	(12.417)	(30.990)	(2.467)
Sancap ⁽³⁾	(19.998)	(2.224)	(8.014)	(53)
Santander Brasil Asset ⁽⁶⁾	(12.079)	(1.760)	(12.360)	(2.113)
Webmotors S.A. ⁽⁷⁾	(66.325)	(26.996)	(217.534)	(22.747)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(757.874)	(88.467)	(616.399)	(15.584)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(22.232)	(3.560)	(43.842)	(1.914)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	(19.653)	(2.117)	(29.993)	(1.484)
CFI RCI Brasil ⁽³⁾	-	-	(31.656)	1.447
Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) ⁽³⁾	(40.202)	(10.959)	(6.140)	-
Santander Microcrédito ⁽³⁾	(6.420)	(1.152)	(10.425)	(548)
Santander Participações ⁽³⁾	(736.921)	(85.189)	(582.370)	(14.579)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁴⁾ ⁽⁹⁾	(208.059)	(20.979)	(147.627)	(46.430)
Santander Brasil Consórcio ⁽³⁾	(99.402)	(9.755)	(67.831)	(3.049)
Santander Paraty ⁽³⁾ (Nota 2)	-	-	(74.765)	-
Santander FI Hedge Strategies ⁽³⁾ (Nota 2)	(462.928)	-	-	-
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	(3.836)	-	(8.024)	-
Santander CCVM ⁽³⁾	(41.595)	(7.375)	(76.689)	(11.476)
Santander FI SBAC ⁽³⁾	-	-	(15.726)	(175)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽⁴⁾	(52.484)	(4.119)	-	-
Super Pagamentos ⁽³⁾	(28.891)	(2.723)	-	-
Webcasas S.A. ⁽³⁾	(22.366)	(2.790)	(20.224)	(499)
Santander Brasil EFC ⁽³⁾	(1.323.399)	-	-	-
Diversos	(38.642)	(4.427)	(49.306)	(861)

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos	Receitas	Ativos	Banco
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	Receitas
		01/01 a		01/01 a
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
Operações Compromissadas	(10.793.632)	(2.555.686)	(12.780.319)	(3.377.145)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(153.647)	(31.097)	-	-
Getnet S.A. ⁽³⁾	(331.729)	(21.050)	(104.485)	(10.135)
Santander FI Amazonas ⁽³⁾	(54.197)	(21.790)	(176.971)	(21.631)
Santander FI Financial ⁽³⁾	(9.840.206)	(1.210.228)	(8.634.290)	(1.000.634)
Santander Leasing ⁽³⁾	-	(1.236.426)	(3.664.176)	(2.166.363)
Banco Bandepe ⁽³⁾	(740)	(5.102)	(54.239)	(1.353)
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado S.A.) ^{(3) (10)}	(6.000)	(151)	-	-
Santander CCVM ⁽³⁾	(6.904)	(1.404)	(9.055)	(1.741)
Santander FI SBAC ⁽³⁾	(3.296)	(37)	(22.858)	(262)
Santander FI Guarujá ⁽³⁾	(68.334)	(4.091)	-	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽⁶⁾	-	-	(41.192)	(11.835)
SAM Brasil Participações S.A. ⁽³⁾	-	(3)	(825)	(218)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽⁴⁾	-	-	-	(71.925)
Santander FI Diamantina ⁽³⁾	(6.503)	(6.782)	(60.300)	(6.522)
Super Pagamentos ⁽³⁾	-	-	(11.928)	(2.973)
Santander Brasil Advisory ⁽³⁾	-	-	-	(1.414)
Webmotors S.A. ⁽⁷⁾	-	-	-	(2.584)
Santander Brasil Consórcio ⁽³⁾	-	-	-	(5.408)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	-	-	(5.927)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	-	-	-	(2.268)
Webcasas S.A. ⁽³⁾	-	-	-	(1.954)
Santander Participações ⁽³⁾	-	-	-	(60.193)
Santander Microcrédito ⁽³⁾	-	-	-	(1.028)
Banco PSA ⁽³⁾	(321.700)	(16.689)	-	-
Diversos	(376)	(836)	-	(777)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(10.886)	(860)	-	-
Super Pagamentos ⁽³⁾	(10.886)	(860)	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(183.741)	-	(239.538)	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(181.051)	-	(217.677)	-
Banco Santander S.A. (Uruguay) ⁽⁴⁾	(2.158)	-	(20.533)	-
Banco Santander Río S.A. ⁽⁴⁾	(532)	-	-	-
Santander Trade Services, Ltd. ⁽⁴⁾	-	-	(1.328)	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(3.795.205)	-	(2.488.913)	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(589.227)	-	(385.067)	-
Sterrebeeck B.V. ⁽²⁾	(2.003.291)	-	(1.313.926)	-
GES ^{(2) (4)}	(1.201.612)	-	(788.118)	-
SIH ⁽⁴⁾	-	-	(1.398)	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A. (Banco Madesant) ⁽⁴⁾	(1.075)	-	(404)	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(7.374)	(442.414)	(8.631)	(602.859)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Servicios) ⁽⁴⁾	-	(18.099)	-	-
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(339)	(121.977)	-	(95.736)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	-	(190.862)	-	(148.412)
Konecta Brazil Outsourcing Ltda. ⁽⁴⁾	-	-	-	(98.492)
Ingenieria de Software Bancário, S.L. (Ingeniería) ⁽⁴⁾	-	(16.634)	-	-
Santander Microcrédito ⁽³⁾	(3.595)	(39.151)	(6.903)	(36.719)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(372)	-	-	(511)
Santander Leasing ⁽³⁾	-	-	-	(187.177)
Getnet S.A. ⁽³⁾	(1.820)	(17.973)	(753)	(7.983)
Universia Brasil, S.A. ⁽⁴⁾	-	-	-	(3.000)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ^{(4) (9)}	(1.179)	(35.882)	(899)	(21.754)
Diversos	(69)	(1.836)	(76)	(3.075)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.859.649)	(225.161)	(9.435.823)	(424.529)
Banco Santander Espanha ^{(2) (8)}	(7.859.649)	(225.161)	(9.435.823)	(424.529)
Despesas com Doações	-	(13.400)	-	(10.200)
Fundação Sudameris	-	(13.400)	-	(10.200)

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos	Receitas	Ativos	Banco
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	Receitas
		01/01 a		01/01 a
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
Outras Obrigações - Diversas	(34.969)	(1.167.366)	(68.944)	(1.222.553)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	-	(3.250)	-	(16.564)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(296.651)	-	(298.604)
TecBan ⁽⁷⁾	-	(213.194)	-	(160.563)
Ingeniería ⁽⁴⁾	-	(37.253)	-	(56.441)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	-	(51.371)	-	(57.507)
Produban Servicios ⁽⁴⁾	-	(1.540)	-	(21.438)
Aquanima Brasil Ltda. ⁽⁴⁾	-	(24.557)	-	(24.075)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	(18.680)	(18.680)	-	-
Getnet S.A. ⁽³⁾	(13.038)	(496.357)	(66.367)	(584.642)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ^{(4) (9)}	(3.251)	(18.926)	(2.577)	(899)
Diversos	-	(5.587)	-	(1.820)

	Ativos	Receitas	Ativos	Consolidado
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	Receitas
		01/01 a		01/01 a
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
Disponibilidades	584.983	-	1.868.163	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	582.571	-	1.866.694	-
Banco Santander (México), S.A. ⁽⁴⁾	1.034	-	65	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁴⁾	1.261	-	1.303	-
Diversos	117	-	101	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.269.812	37.381	20.699.539	31.374
Banco Santander Espanha ^{(1) (2)}	10.269.812	37.381	20.699.539	31.374
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(326.986)	84.249	(944.627)	691.806
Santander Benelux ⁽⁴⁾	-	-	-	407.395
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(155.095)	257.475	(379.239)	602.557
Abbey National Treasury ⁽⁴⁾	(91.828)	38.274	(156.976)	(88.881)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(80.063)	(211.500)	(408.412)	(229.265)
Negociação e Intermediação de Valores	154.823	7.949	831.967	649.645
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	62.705	7.949	696.802	649.541
Abbey National Treasury ⁽⁴⁾	92.118	-	135.165	104
Carteira de Câmbio - Líquida	(104.243)	15.300	142.919	(695.477)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(104.243)	15.300	142.919	(712.263)
Santander Benelux ⁽⁴⁾	-	-	-	16.786
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	862.893	1.954.866	753.767	1.889.846
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	862.553	1.730.006	753.581	1.637.438
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁶⁾	-	220.869	-	250.063
Santander Brasil Asset ⁽⁶⁾	-	-	-	1.243
Diversos	340	3.991	186	1.102
Resultado não Operacional	-	-	-	784.954
Capital Riesgo Global ⁽⁴⁾	-	-	-	34.404
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽⁴⁾ (Nota 33)	-	-	-	750.550
Outros Créditos - Diversos	188.337	34.692	247.744	21.240
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	188.337	8.531	247.744	7.651
Banco Santander International ⁽⁴⁾	-	20.959	-	8.804
Diversos	-	5.202	-	4.785
Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda (Nota 13)	-	-	487.386	-
BW Guirapá I S.A. ⁽³⁾	-	-	487.386	-

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Consolidado Receitas (Despesas)
	31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2015
Depósitos	(1.169.362)	(133.762)	(857.383)	(23.962)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(1.556)	-	(1.360)	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁶⁾	(8.725)	-	(23.878)	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	(44.840)	-	(95.537)	-
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(22.232)	(3.560)	(43.842)	(1.914)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	(19.653)	(2.117)	(29.993)	(1.484)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽⁶⁾	(39.361)	(12.417)	(30.990)	(2.467)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(757.874)	(88.467)	(616.399)	(15.584)
Santander Brasil Asset ⁽⁶⁾	(12.079)	(1.760)	(12.360)	(2.113)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ^{(4) (9)}	(208.059)	(20.979)	-	-
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽⁴⁾	(52.484)	(4.119)	-	-
Diversos	(2.499)	(343)	(3.024)	(400)
Operações Compromissadas	(153.647)	(31.100)	(42.017)	(92.307)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	-	-	-	(2.268)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	-	-	(5.927)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽⁶⁾	-	-	(41.192)	(11.835)
SAM Brasil Participações S.A. ⁽⁶⁾	-	(3)	(825)	(218)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽⁴⁾	-	-	-	(71.925)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(153.647)	(31.097)	-	-
Universia Brasil, S.A. ⁽⁴⁾	-	-	-	(134)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(183.741)	-	(239.538)	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(181.051)	-	(217.677)	-
Banco Santander, S.A. (Uruguay) ⁽⁴⁾	(2.158)	-	(20.533)	-
Banco Santander Río S.A. ⁽⁴⁾	(532)	-	-	-
Santander Trade Services, Ltd. ⁽⁴⁾	-	-	(1.328)	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(3.810.624)	-	(2.488.509)	-
Sterrebeeck B.V. ⁽²⁾	(2.003.291)	-	(1.313.926)	-
GES ^{(2) (4)}	(1.201.612)	-	(788.118)	-
SIH ⁽⁴⁾	(15.419)	-	(1.398)	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(589.227)	-	(385.067)	-
Banco Madesant ⁽⁴⁾	(1.075)	-	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(4.542)	(394.684)	(443)	(364.086)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(2.954)	(547)	-	(783)
Produban Servicios ⁽⁴⁾	-	(19.729)	-	(1.083)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(339)	(127.187)	(375)	(105.508)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	-	(191.095)	-	(149.098)
Ingeniería ⁽⁴⁾	-	(16.634)	-	-
Konecta Brazil Outsourcing Ltda. ⁽⁴⁾	-	-	-	(98.492)
Santander Brasil Asset ⁽⁶⁾	(70)	(2.604)	(68)	(2.033)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	-	-	-	(2.329)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ^{(4) (9)}	(1.179)	(35.882)	-	-
Diversos	-	(1.006)	-	(4.760)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.859.649)	(225.161)	(9.435.823)	(424.529)
Banco Santander Espanha ^{(2) (8)}	(7.859.649)	(225.161)	(9.435.823)	(424.529)
Despesas com Doações	-	(20.528)	-	(17.618)
Santander Cultural	-	(2.737)	-	(2.778)
Fundação Sudameris	-	(13.400)	-	(10.200)
Fundação Santander	-	(3.452)	-	(3.500)
Instituto Escola Brasil	-	(939)	-	(1.140)

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Consolidado Receitas (Despesas)
	31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2015
Outras Obrigações - Diversas	(30.684)	(468.936)	(16.589)	(495.323)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	-	(3.256)	-	(16.564)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(310.863)	-	(313.271)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	-	(52.754)	-	(58.795)
Ingeniería ⁽⁴⁾	-	(37.571)	-	(57.375)
Produban Servicios ⁽⁴⁾	-	(1.540)	-	(21.766)
Aquanima Brasil Ltda. ⁽⁴⁾	-	(24.557)	-	(24.075)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	(30.684)	(18.680)	(13.969)	(1.815)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ^{(4) (9)}	-	(18.926)	-	-
Diversos	-	(789)	(2.620)	(1.662)

- (1) Refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 3 de janeiro de 2017 e juros de até 0,68% a.a. (31/12/2015 - com vencimento em 4 de janeiro de 2016 e juros de até 0,17% a.a.) mantidas pelo Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.
- (2) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1 e 26.d), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.
- (3) Controlada - Banco Santander.
- (4) Controlada - Banco Santander Espanha.
- (5) Controlada em Conjunto - Banco Santander.
- (6) Controlada - Banco Santander Espanha.
- (7) Controlada em Conjunto - Santander Serviços.
- (8) Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2014.
- (9) Em 31 de agosto de 2015 foi alienado a totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. à Santander Securities Services Brasil Participações S.A., controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 15 e 37.d).
- (10) Na AGE de 3 de março de 2016 foi aprovado a alteração da denominação social do Banco Bonsucesso Consignado S.A. para Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., o processo de alteração foi aprovado pelo Bacen em 1 de junho de 2016 (Nota 15).
- (11) Corresponde a valores a receber relacionados a Adquirência.

27. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2016	Banco 01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	Consolidado 01/01 a 31/12/2015
Administração de Recursos	1.036.175	925.562	1.077.052	1.027.554
Serviços de Conta Corrente	2.222.159	1.768.576	2.589.892	2.052.365
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	1.103.111	1.087.760	1.426.724	1.380.484
Operações de Crédito	526.779	578.140	850.392	872.656
Rendas de Garantias Prestadas	576.332	509.620	576.332	507.828
Comissões de Seguros	1.994.293	1.929.034	2.210.551	1.986.909
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	3.149.818	3.007.569	4.038.494	3.412.127
Cobrança e Arrecadações	1.219.081	1.024.827	1.223.895	1.024.827
Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	411.484	357.686	544.785	515.768
Outras	172.383	136.368	606.859	467.407
Total	11.308.504	10.237.382	13.718.252	11.867.441

28. Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2016	Banco 01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	Consolidado 01/01 a 31/12/2015
Remuneração	4.019.028	3.372.864	4.445.079	3.784.553
Encargos	1.420.702	1.432.448	1.571.139	1.568.637
Benefícios	1.354.269	1.216.373	1.467.289	1.324.495
Treinamento	59.812	90.165	70.292	99.120
Outras	29.080	41.478	40.876	42.063
Total	6.882.891	6.153.328	7.594.675	6.818.868

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

29. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2016	Banco 01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	Consolidado 01/01 a 31/12/2015
Depreciações e Amortizações ⁽¹⁾	3.170.728	4.325.941	3.626.805	4.673.817
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	1.808.057	1.854.932	2.179.100	2.177.667
Comunicações	435.854	469.955	489.645	518.110
Processamento de Dados	1.468.375	1.336.467	1.595.749	1.428.903
Propaganda, Promoções e Publicidade	354.821	364.534	436.283	430.800
Aluguéis	694.075	677.827	747.997	724.863
Transportes e Viagens	160.297	175.065	209.903	222.556
Serviços do Sistema Financeiro	191.066	173.686	250.671	230.548
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	623.405	616.497	690.522	661.815
Manutenção e Conservação de Bens	216.115	201.120	252.869	227.754
Água, Energia e Gás	200.726	209.286	206.536	214.267
Material	63.412	73.879	68.115	78.325
Outras	355.618	297.446	554.813	436.567
Total	9.742.549	10.776.635	11.309.008	12.025.992

(1) Inclui a amortização de ágio no valor de R\$1.618.857 (2015 - R\$2.752.279) no Banco e R\$1.805.572 (2015 - R\$2.782.098) no Consolidado, realizada no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, os quais são objeto de verificação anual (Nota 17).

30. Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2016	Banco 01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	Consolidado 01/01 a 31/12/2015
Despesa com Cofins ⁽¹⁾	2.176.536	428.583	2.562.229	749.121
Despesa com ISS	420.975	370.977	502.873	443.594
Despesa com PIS/Pasep ⁽¹⁾	353.687	69.645	445.787	151.324
Outras ⁽²⁾	375.439	383.745	533.037	526.872
Total	3.326.637	1.252.950	4.043.926	1.870.911

(1) Inclui a movimentação do PIS e Cofins diferidos sobre ajuste a valor de mercado sobre títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

(2) Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

31. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2016	Banco 01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	Consolidado 01/01 a 31/12/2015
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	-	-	319.559	261.487
Reversão de Provisões Operacionais - Fiscais (Nota 23.c) ⁽¹⁾	149.719	6.889.622	216.366	6.869.987
Atualização de Depósitos Judiciais	560.860	486.300	764.020	663.233
Atualização de Impostos a Compensar ⁽²⁾	136.115	905.081	220.487	989.972
Recuperação de Encargos e Despesas	1.221.824	1.169.644	921.784	927.041
Variação Monetária Ativa	1.252.906	1.000.571	1.254.415	1.002.475
Outras ⁽²⁾	117.382	388.951	506.336	384.795
Total	3.438.806	10.840.169	4.202.967	11.098.990

(1) Em 2015, no Banco e no Consolidado, inclui os efeitos decorrentes da reversão da provisão do Cofins (Nota 23.e).

(2) Em 2015, no Banco e no Consolidado, inclui o valor de R\$381.598, referente a Cofins a compensar lançado na linha "Outras" e R\$383.561 referente a atualização da Cofins a compensar lançado na linha de "Atualização de Impostos a Compensar" decorrente de decisão judicial favorável obtida pelo Banco Santander na medida judicial que afastou a aplicabilidade de Lei 9.718/1998, pago de 1999 a 2006 (Nota 23.e).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

32. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2016	Banco 01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	Consolidado 01/01 a 31/12/2015
Provisões Operacionais				
Trabalhistas (Nota 23.c)	1.224.189	1.260.233	1.318.798	1.301.818
Cíveis (Nota 23.c)	368.919	716.872	512.798	851.342
Despesas com Cartão de Crédito	1.589.299	2.005.353	1.204.040	1.458.418
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria (Nota 35.a)	258.226	301.353	258.275	301.369
Variação Monetária Passiva	5.281	54.171	10.799	55.289
Despesas Judiciais e Custas	116.686	97.533	144.664	124.241
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	73.860	79.193	83.780	91.975
Corretagens e Emolumentos	64.362	77.489	70.051	78.231
Comissões	44.038	69.873	506.740	274.084
Avaliação do Valor Recuperável ⁽¹⁾	142	1.184.881	147	1.186.434
Outras ⁽²⁾	2.718.164	2.781.201	3.883.919	2.943.590
Total	6.463.166	8.628.152	7.994.011	8.666.791

(1) Em 2015, no Banco e no Consolidado, inclui perda ao valor recuperável do ativo registrado pela compra de direitos à prestação de serviços de folha de pagamento no valor de R\$534.281, e de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais no valor de R\$674.780. A perda referente aos direitos na aquisição de folhas de pagamento foi registrada especialmente da consolidação das regras de portabilidade, consequentemente foi registrada a redução do valor do retorno esperado na gestão das folhas de pagamento e do histórico de quebra de contratos. A perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais foi registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas (Nota 17).

(2) Inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios e outras provisões.

33. Resultado não Operacional

	01/01 a 31/12/2016	Banco 01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	Consolidado 01/01 a 31/12/2015
Resultado de Investimentos ⁽¹⁾	-	778.442	(1.631)	803.251
Resultado na Alienação de Valores e Bens	1.492	43.747	2.203	45.009
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	(4.731)	(24.269)	(5.361)	(24.113)
Despesas com Bens não de Uso	(12.538)	(9.411)	(16.012)	(12.767)
Ganhos (Perdas) de Capital	(3.325)	5.536	(10.819)	4.750
Outras Receitas (Despesas) ⁽²⁾	(412.895)	(257.011)	(383.981)	(249.723)
Total	(431.997)	537.034	(415.601)	566.407

(1) Em 2015, inclui o valor de R\$34.503 no Banco e R\$60.203 no Consolidado, no lucro na alienação de ativos não-correntes mantidos para venda (Nota 13) e no Banco e Consolidado o valor de R\$750.550 referente ao ganho na venda da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (Nota 37.d).

(2) No Banco e no Consolidado, inclui o valor de R\$450.284 (2015 - R\$301.447), referente a constituição do Fundo de Eficiência e Produtividade.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

34. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2016	Banco 01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	Consolidado 01/01 a 31/12/2015
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	12.630.215	(494.241)	13.363.293	188.909
Participações no Lucro ⁽¹⁾	(1.136.534)	(1.180.148)	(1.208.821)	(1.260.368)
Juros sobre o Capital Próprio	(3.850.000)	(1.400.000)	(3.926.943)	(1.446.580)
Resultado não Realizado	-	-	(71)	(142)
Resultado antes dos Impostos	7.643.681	(3.074.389)	8.227.458	(2.518.181)
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente ⁽⁴⁾	(3.439.656)	1.383.475	(3.702.356)	1.133.182
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas ⁽²⁾	341.438	640.449	665	677
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	264.017	141.776	348.533	268.724
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(3.561.133)	5.913.741	(3.561.133)	5.913.741
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	511.083	881.706	606.593	883.857
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL ⁽³⁾	-	-	65.893	23.519
Demais Ajustes CSLL 5% ⁽⁴⁾	(548.195)	(84.980)	(660.605)	189.319
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	460.402	(218.880)	405.693	(151.955)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.972.044)	8.657.287	(6.496.717)	8.261.064

- (1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.
- (2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.
- (3) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%.
- (4) Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018 (Nota 3.s).

Hedge Fiscal da Agência Grand Cayman e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman e uma subsidiária chamada Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito, EFC, ou “Santander Brasil EFC” (subsidiária independente na Espanha), que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no lucro (prejuízo) operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/Cofins) e impostos sobre renda (IR/CSLL). As variações cambiais registradas decorrentes dos investimentos estrangeiros no acumulado do período findo em 31 de dezembro de 2016 resultaram em uma perda de R\$7.408 milhões (2015 - ganho de R\$14.779 milhões). Por outro lado, os contratos de derivativos contratados para cobrir estas posições geraram um ganho na conta resultado com instrumentos financeiros derivativos de R\$14.123 milhões (2015 - perda de R\$26.311 milhões). O efeito fiscal destes derivativos impactou a linha de despesas tributárias e a linha de imposto de renda e contribuição social, gerando uma despesa de R\$6.715 milhões (2015 - receita de R\$11.532 milhões) composto de R\$657 milhões de PIS/Cofins (2015 - R\$1.223 milhões) e R\$6.058 milhões (2015 - R\$10.309 milhões) de IR/CSLL.

35. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Três planos (DCA, DAB e CACIBAN): complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões

III) Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe e para os demais desde 2011.

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2016 foram de R\$84.532 (2015 - R\$76.537) no Banco e R\$87.603 (2015 - R\$79.365) no Consolidado.

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	Banco 31/12/2016			
	Banesprev ^{(1) (2)}	Sanprev	Santander- previ ⁽¹⁾	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(18.800.949)	(470.844)	(3.300)	(1.255.406)
Valor Justo dos Ativos do Plano	17.202.141	797.480	4.473	1.662.153
	(1.598.808)	326.636	1.173	406.747
Sendo :				
Superávit	176.224	326.636	1.173	406.747
Déficit	(1.775.032)	-	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	66.026	306.372	1.173	406.747
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	110.198	20.264	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	(1.775.032)	-	-	-
Contribuições Efetuadas ^{(1) (2)}	1.989.176	-	-	457
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	(255.720)	(2.049)	-	(457)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.091.368)	11.323	488	(672)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	2.914.934	151.690	995	361.089

	Banco 31/12/2015			
	Banesprev ⁽¹⁾	Sanprev	Outros- Planos ⁽¹⁾	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(15.510.009)	(371.542)	(347.248)	(1.097.263)
Valor Justo dos Ativos do Plano	13.776.984	695.021	3.938	1.416.380
	(1.733.025)	323.479	(343.310)	319.117
Sendo :				
Superávit	136.666	323.479	561	319.117
Déficit	(1.869.690)	-	(343.871)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	136.666	323.479	561	319.117
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	(1.869.690)	-	(343.871)	-
Contribuições Efetuadas	277.505	-	47.683	6
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	(265.028)	-	(35.756)	(569)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.623.643)	(10.989)	(278.910)	(672)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.150.251	118.029	490	104.068

	Consolidado 31/12/2016			
	Banesprev ^{(1) (2)}	Sanprev	Santander- previ ⁽¹⁾	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(19.039.252)	(471.168)	(3.300)	(1.255.406)
Valor Justo dos Ativos do Plano	17.652.316	797.974	4.473	1.662.153
	(1.386.936)	326.806	1.173	406.747
Sendo :				
Superávit	388.096	326.806	1.173	406.747
Déficit	(1.775.032)	-	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	254.869	306.372	1.173	406.747
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	133.227	20.434	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	(1.775.032)	-	-	-
Contribuições Efetuadas ^{(1) (2)}	1.989.190	-	-	457
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	(255.739)	(2.079)	-	(457)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.084.466)	11.371	488	(672)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	3.002.177	151.680	995	361.089

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado 31/12/2015			
	Banesprev ⁽¹⁾	Sanprev	Outros-Planos ⁽¹⁾	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(15.709.342)	(371.885)	(347.248)	(1.097.263)
Valor Justo dos Ativos do Plano	14.159.443	695.523	3.938	1.416.380
	(1.549.899)	323.638	(343.310)	319.117
Sendo :				
Superávit	319.791	323.638	561	319.117
Déficit	(1.869.690)	-	(343.871)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	319.791	323.638	561	319.117
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	(1.869.690)	-	(343.871)	-
Contribuições Efetuadas	277.521	-	47.683	6
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	(265.044)	-	(35.756)	(569)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.623.643)	(10.989)	(278.910)	(672)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.170.637	117.923	490	104.068

(1) No primeiro trimestre de 2016, conforme previsto, foi concluído o processo de transferência para a Banesprev, das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídas sob a modalidade de benefício definido. Na linha de contribuições efetuadas o aumento no valor de contribuição/pagamento teve como evento extraordinário o aporte no valor de R\$170 milhões.

(2) No quarto trimestre de 2016, a Administração liquidou parcialmente, em caráter extraordinário, o saldo da dívida constante nos contratos de financiamento dos déficits atuariais dos planos administrados pelo Banesprev, nas seguintes condições: Plano II R\$250 milhões, Plano V R\$700 milhões, Plano Pré-75 R\$370 milhões e Meridional R\$180 milhões.

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco 31/12/2016			
	Banesprev ⁽¹⁾	Sanprev	Santander-previ ⁽¹⁾	Bandeprev
Experiência do Plano	(602.042)	(68.022)	240	(15.871)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.944.759)	(43.885)	(241)	(122.567)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(13.211)	8.553	-	(7.761)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(2.560.012)	(103.354)	(1)	(146.199)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Descon	1.284.302	68.933	545	194.225
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	1.284.302	68.933	545	194.225
Mudança no Superávit Irrecuperável	87.831	56.733	(543)	(48.539)

	Banco 31/12/2015			
	Banesprev ⁽¹⁾	Sanprev	Outros-Planos ⁽¹⁾	Bandeprev
Experiência do Plano	(1.124.303)	(53.232)	(33.757)	(75.419)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	1.842.482	40.029	26.277	117.864
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	718.179	(13.203)	(7.480)	42.445
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Descon	(284.131)	52.458	89	(45.454)
Mudança no Superávit Irrecuperável	30.937	(36.737)	(2)	2.931

	Consolidado 31/12/2016			
	Banesprev ⁽¹⁾	Sanprev	Santander-previ ⁽¹⁾	Bandeprev
Experiência do Plano	(613.273)	(68.005)	240	(15.871)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.968.465)	(43.916)	(241)	(122.567)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(13.671)	8.660	-	(7.761)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(2.595.409)	(103.261)	(1)	(146.199)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Descon	1.325.813	68.863	545	194.225
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	1.325.813	68.863	545	194.225
Mudança no Superávit Irrecuperável	104.096	56.912	(543)	(48.539)

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado 31/12/2015			
	Banesprev ⁽¹⁾	Sanprev	Outros-Planos ⁽¹⁾	Bandeprev
Experiência do Plano	(1.137.425)	(53.078)	(33.757)	(75.419)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	1.864.840	40.064	26.277	117.864
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	727.415	(13.014)	(7.480)	42.445
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Descon	(304.174)	52.286	89	(45.454)
Mudança no Superávit Irrecuperável	40.737	(36.737)	(2)	2.931

(1) No primeiro trimestre de 2016, conforme previsto, foi concluído o processo de transferência para a Banesprev, das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídas sob a modalidade de benefício

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander:

	Duration (em Anos)	
	31/12/2016	31/12/2015
Banesprev		
Plano I	11,47	11,44
Plano II	11,42	10,71
Plano III	8,44	8,33
Plano IV	16,34	16,38
Plano V	8,57	8,66
Pré-75	9,29	9,27
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	6,22/5,56/6,58	6,62
Sanprev		
Plano I	6,29	6,62
Plano II	12,87	15,85
Plano III	9,12	9,03
Bandeprev		
Plano Básico	9,11	9,03
Plano Especial I	6,54	6,86
Plano Especial II	6,48	6,75
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	6,59	6,95

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em estatuto da entidade.

Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi): o plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período o funcionário que era desligado, com status de Aposentado Holandaprevi, arca com

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real, com natureza vitalícia era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e primeiro padrão de apartamento, optando pelo plano apartamento o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a co-participação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Clínica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, onde o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Seguro de Vida para Aposentados do Banco Real (Seguros de Vida): concedido para os Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45,28% do valor. Esse benefício é concedido também aos Aposentados da Fundação Sudameris onde o custo é 100% do aposentado. Trata-se de massa

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

	31/12/2016		Banco 31/12/2015	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(3.557.640)	(555.160)	(5.347.007)	(483.092)
Valor Justo dos Ativos do Plano	3.190.984	-	5.463.960	-
	(366.656)	(555.160)	116.953	(483.092)
Sendo :				
Superávit	-	-	116.953	-
Déficit	(366.656)	(555.160)	-	(483.092)
Valor não Reconhecido como Ativo	-	-	116.953	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	(366.656)	(555.160)	-	(483.092)
Contribuições Efetuadas	54.754	29.345	51.914	24.045
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(59.703)	(56.367)	(74.866)	(57.101)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(340.049)	(89.635)	21.658	(44.588)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.337.948	-	1.071.664	-

	31/12/2016		Consolidado 31/12/2015	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(3.691.329)	(555.160)	(5.551.642)	(483.092)
Valor Justo dos Ativos do Plano	3.310.895	-	5.673.071	-
	(380.434)	(555.160)	121.429	(483.092)
Sendo :				
Superávit	-	-	121.429	-
Déficit	(380.434)	(555.160)	-	(483.092)
Valor não Reconhecido como Ativo	-	-	121.429	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	(380.434)	(555.160)	-	(483.092)
Contribuições Efetuadas	55.907	29.345	52.962	24.045
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(61.311)	(56.367)	(78.084)	(57.101)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(342.555)	(89.635)	27.008	(44.588)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.384.439	-	1.110.492	-

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2016		Banco 31/12/2015	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(1.115.634)	36.566	(439.599)	18.461
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(440.340)	(81.233)	633.225	61.650
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	(379)	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(1.555.974)	(45.046)	193.626	80.111
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Descon	696.589	-	562.670	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	696.589	-	562.670	-
Mudança no Superávit Irrecuperável	366.656	-	(116.953)	-

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2016		Consolidado 31/12/2015	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(1.153.410)	36.566	(452.011)	18.461
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(456.719)	(81.233)	657.204	61.650
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	(379)	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(1.610.129)	(45.046)	205.193	80.111
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Descon	718.628	-	581.755	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	718.628	-	581.755	-
Mudança no Superávit Irrecuperável	380.434	-	(121.429)	-

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander:

Planos	Duration (em Anos)	
	31/12/2016	31/12/2015
Cabesp	12,93	12,84
Lei 9.656/1998	-	27,69
Bandepe	14,57	12,68
Clínica Grátis	11,03	10,90
Diretores Vitalícios	9,12	8,90
Circulares ⁽¹⁾	12,91 e 10,05	13,16 e 9,94
Seguro de Vida	7,68	8,14

(1) A *duration* 12,91 (31/12/2015 - 13,16) se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro e 10,05 (31/12/2015 - 9,94) ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real.

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Instrumentos de Patrimônio	1,0%	0,5%
Instrumentos de Dívida	98,2%	98,5%
Bens Imóveis	0,3%	0,3%
Outros	0,5%	0,7%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

	31/12/2016		Banco/Consolidado 31/12/2015	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	10,9%	10,8%	12,3%	12,0%
Taxa para Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	10,9%	10,8%	12,3%	12,0%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

(1) Banesprev II, V e Pré 75 e (2) Cabesp.

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os

	31/12/2016		Sensibilidade 31/12/2015	
	(+) 1,0%	(-) 1,0%	(+) 1,0%	(-) 1,0%
Efeito no Custo do Serviço Corrente e nos Juros sobre as Obrigações	58.416	(24.839)	88.469	(150.372)
Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	527.586	(451.242)	719.789	(615.320)

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f.1) Programa Local

O Programa Local do Banco Santander é dividido em dois tipos de planos independentes: (i) Planos de compra de ações e (ii) Planos de entrega de ações.

No dia 25 de outubro de 2011, o Banco Santander realizou a AGE, na qual deliberou a outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo (SOP 2014) - Investimento em Certificados de Depósito de Ações ("Units") para determinados administradores e empregados de nível Gerencial do Banco e de sociedades sob seu controle.

A AGE do Banco Santander realizada em 29 de abril de 2013 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações do Banco Santander - o Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP 2013) e o Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP 2013).

(i) Planos de Compra de Ações

Os planos de compra de ações correspondem aos Planos de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units

As principais características dos planos são:

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2014: foi um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício foi entre 30 de junho de 2014 até 30 de junho de 2016. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes foi determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e ajustada pelo indicador Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. A consecução final do Plano foi

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: é um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units a serem exercidas pelos participantes foi determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e ajustada pelo indicador Retorno sobre Ativo ponderado pelo Risco (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício. A consecução final do plano foi de 89,61%.

(ii) Plano de Entrega de Ações

O plano de entrega de ações é composto pelo Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

Plano de Incentivo a Longo Prazo - PSP 2013: foi um plano de Remuneração baseado em ações, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O plano teve como objetivo o pagamento de remuneração variável pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo 100% pagos em Units. A quantidade de Units entregue aos participantes foi determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e ajustada pelo indicador Retorno sobre Ativo ponderado pelo Risco (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício. A consecução final do plano foi de 89,61%.

a.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada exercício.

PSP2013/SOP2013 ⁽¹⁾	
Posição RTA	% de Ações Passíveis de Exercício
1º	100%
2º	75%
3º	50%

(1) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Ativo Ponderado pelo Risco (RoRWA).

SOP2014 ⁽¹⁾	
Posição RTA	% de Ações Passíveis de Exercício
1º	100%
2º	70%
3º	50%
4º	25%

(1) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

PSP - 2013	
Método de Avaliação	Binomial
Volatilidade	40,00%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%
Taxa Livre de Risco	11,80%

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	SOP 2013	SOP 2014
Método de Avaliação	Black&Scholes	Black&Scholes
Volatilidade	40,00%	40,00%
Taxa de Dividendos	3,00%	3,00%
Período de Vesting	3 Anos	3 Anos
Momento "Médio" de Exercício	5 Anos	5 Anos
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	71,26%
Valor Justo para Ações	R\$5,96	R\$6,45

O preço médio das ações do Banco SANB11 (ações do Banco na BM&FBovespa) em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$19,94 (31/12/2015 - R\$16,05).

Em 2016, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$15.710 (2015 - R\$11.427) no Banco e R\$15.789 (2015 - R\$11.642) no Consolidado, referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e despesa de R\$9.506 (2015 - R\$7.646) no Banco e R\$9.798 (2015 - R\$7.775) no Consolidado, referentes ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP). As despesas relacionadas aos planos SOP e PSP são reconhecidas em contrapartida no patrimônio líquido e em outras obrigações, respectivamente.

	Quantidade de Units	Preço de Exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31/Dez/2014	13.830.464					
Opções Canceladas (SOP 2013)	(748.408)	14,43	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
Opções Canceladas (PSP 2013)	(117.453)		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Opções Canceladas (SOP 2014)	(52.500)	14,31	2011	Executivos	30/06/2014	30/06/2016
Opções Exercidas (SOP 2014)	(248.499)		2011	Executivos	30/06/2014	30/06/2016
Saldo dos Planos em 31/Dez/2015	12.663.604					
Opções Canceladas (SOP 2013)	(1.346.779)	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
Opções Exercidas (SOP 2013)	(6.377.786)	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
Opções Concedidas (SOP 2013)	220.606	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
Opções Canceladas (PSP 2013)	(298.446)		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Opções Exercidas (PSP 2013)	(2.147.515)		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Opções Canceladas (SOP 2014)	(34.196)	14,31	2011	Executivos	30/06/2014	30/06/2016
Opções Exercidas (SOP 2014)	(693.230)	12,72	2011	Executivos	30/06/2014	30/06/2016
Saldo dos Planos em 31/Dez/2016	1.986.258					
SOP 2014	-	12,72	2011	Executivos	30/06/2014	30/06/2016
SOP 2013	1.986.258	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
PSP 2013	-		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Total	1.986.258					

f.2) Programa Global

Política de Incentivos a Longo Prazo

Em 2014 foi lançado um plano de entrega de ações chamado de 1º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014. Este plano está sujeito à consecução do indicador de performance Retorno Total do Acionista (RTA) do Grupo Santander, comparando a evolução do Grupo neste indicador com relação aos principais concorrentes globais e a liquidação será em ações do Grupo Santander Mundial.

Em 2016 foi lançado um plano de entrega de ações chamado de 2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015.

Valor Justo do Plano Global

Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA (Lucro por Ação). Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do Banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente, uma vez que se refere a condições de

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014

	2 Anos	3 Anos	4 Anos
Rendimento Futuro de Dividendo	11,10%	10,80%	9,50%
Volatilidade Esperada	32,70%	34,70%	36,90%
Comparador de Volatilidade	12% - 52%	16% - 56%	16% - 52%
Taxa de Juros sem Risco	1,70%	2,10%	2,50%
Correlação	0,55	0,55	0,55

O indicador que será usado para mensurar o atingimento dos *targets* será a comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Grupo Santander com o RTA dos quinze (15) principais concorrentes globais do Grupo.

O indicador será apurado em dois momentos: primeiro momento para apuração do programa em 2014 e um segundo momento nos pagamentos anuais de cada parcela (2015, 2016 e 2017).

Cada executivo tem um *target* em Reais, que foi convertido para ações do Grupo Santander (SAN) pela cotação de R\$19,2893, que serão entregues em parcelas nos anos de 2016, 2017 e 2018, com restrição de venda de 1 ano depois de cada entrega.

2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015

Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração da consecução de indicadores em dois momentos: primeiro momento para apuração da elegibilidade (2015-2016) e um segundo momento para apuração do número devido de ações (2016, 2017 e 2018).

Indicadores - Fase 1

- RTA vs Concorrentes
- ROTE Banco vs Orçamento

Indicadores - Fase 2

- RTA vs Concorrentes
- ROTE Banco vs Orçamento
- Satisfação dos Funcionários
- Satisfação dos Clientes
- Vinculação de Empresas vs Orçamento

Cada executivo tem um *target* em Reais, que foi convertido para ações do Grupo Santander (SAN) pela cotação de R\$17,473, que serão entregues em 2019, com restrição de 1 (um) ano após a entrega.

	Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Final do Período
1º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014	1.613.057	2014	Executivos	Jan/2014	Dez/2017
2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015	1.775.049	2016	Executivos	Jan/2015	Dez/2018
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016	3.388.106				

Em 2016, não foram registradas despesas "pro rata" dia, no mesmo período de 2015 foram registradas despesas no valor de R\$6.507 no Banco e R\$6.760 no Consolidado, referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global.

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

f.3) Remuneração Variável Referenciado em Ações

A AGO de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de remuneração variável referenciado em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Banco Santander. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Banco Santander, foi aprovada pelo Comitê de Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do *Financial Stability Board* (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de remuneração variável, em dinheiro ou ações, conforme detalhado abaixo, devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das

O pagamento de remuneração variável referenciada em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em AGO do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 19 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi deliberado em AGE do dia 15 de fevereiro de 2013.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em 24 de abril de 2013, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 3 de

Em 18 de março de 2015, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 30

Em 29 de setembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 14 de dezembro de 2015.

Em 25 de outubro de 2016, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 21 de dezembro de 2016.

Nesta proposta foram determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Coletivo não Identificado.

i) Coletivo Identificado - Participantes do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O pagamento do diferimento será realizado de duas formas: 50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram registradas receitas no valor de R\$51.982 (2015 - despesas no valor de R\$87.995) no Banco e R\$52.500 (2015 - despesas no valor de R\$89.961) no Consolidado, referente a provisão do plano de diferimento em ações.

ii) Coletivo não Identificado - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de Diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado a 100% do CDI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram registradas despesas no valor de R\$79.344 (2015 - R\$59.417) no Banco e R\$79.794 (2015 - R\$59.797) no Consolidado.

36. Estrutura de Gerenciamento de Risco

O Banco Santander no Brasil se apoia em uma gestão de risco prudente e com a definição do apetite de riscos por parte da Administração atendendo ao regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Nessas operações o Banco está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de crédito: exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pela Comissão Executiva.

- Risco de mercado: exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

- Risco operacional é a possibilidade de perdas decorrente da inadequação ou falha de processos, pessoas e sistemas, ou por acontecimentos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Organização, mas exclui aqueles que ocorram como consequência de riscos estratégicos e de reputação. A gestão e o controle dos riscos operacionais buscam fortalecer os fatores de controles internos e do ambiente de negócios e assim contribuir no aprimoramento do processo decisório e atendimento aos requerimentos dos Órgãos Reguladores, Acordo da Basileia e às exigências da Lei Sarbanes Oxley. O Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management – Integrated Framework 2013*, informações quanto ao risco do ambiente de tecnologia da informação estão apresentados no "Formulário de Referência, item 4.1 - Descrição dos Fatores de Risco", divulgado no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

- Risco de Compliance é definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios do Banco Santander.

- Risco de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo é a possibilidade de o Banco ser utilizado para a lavagem de dinheiro, através da contratação de produtos, serviços e realização de movimentações financeiras comuns ou complexas envolvendo recursos provenientes de negócios ilícitos no Brasil e no exterior, tais como o tráfico de entorpecentes, corrupção pública, evasão de divisas entre outros.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

No caso de financiamento ao terrorismo, o risco está relacionado à realização de transações de ou a favor de pessoas físicas e jurídicas que constam em listas internacionais divulgadas pelo GAFI – Grupo de Ação Financeira Internacional, Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia, entre outras, ou recursos daquelas que se identificam como simpatizantes de grupos extremistas e que por esse motivo, realizam contribuições, doações, atuam na logística de distribuição de recursos afim de auxiliar financeiramente ao terrorismo.

Para prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo, o Banco dispõe de uma Governança Institucional baseada nas melhores práticas de controle e de atendimento aos padrões mundiais de organismos e autoridades nos países onde atua.

- Risco reputacional é o risco de dano ao modo como o Banco é visto pela opinião pública, por seus clientes, investidores ou qualquer parte interessada e que podem ocasionar importantes perdas financeiras para a instituição.

A gestão e controle dos riscos no Conglomerado Santander se estruturam em três linhas de defesa que desenvolvem funções distintas e independentes:

- i. Gestão de riscos desde sua geração;
- ii. Controle e consolidação dos riscos, supervisionando sua gestão; e
- iii. Revisão independente das atividades de riscos.

As três linhas de defesa devem contar com um nível de separação e independência suficientes para não comprometer a efetividade da gestão.

Sem prejuízo da independência antes mencionada, as três linhas de defesa devem atuar coordenadamente a fim de maximizar sua eficiência e potencializar sua efetividade.

Primeira Linha de Defesa: Geração e Gestão do Risco

As linhas de negócio ou atividades que geram exposição a um risco constituem a primeira linha de defesa frente a este. A geração de riscos na primeira linha de defesa deve ajustar-se ao apetite e aos limites definidos. Para atender sua função, a primeira linha de defesa deve dispor dos meios para identificar, medir, gerenciar e reportar os riscos assumidos.

Segunda Linha de Defesa: Controle e Supervisão de Riscos

A segunda linha de defesa, representada pela Vice-Presidência Executiva de Riscos (doravante, VPE de Riscos), está constituída por equipes especializadas no controle de riscos e na supervisão da gestão dos mesmos. Esta segunda linha deverá zelar pelo controle efetivo dos riscos e assegurar que os mesmos são gerenciados de acordo com o nível de apetite de risco definido pela direção do Conglomerado Santander.

Terceira Linha de Defesa: Auditoria Interna

Auditoria Interna, em seu trabalho de última etapa de controle existente no Conglomerado Santander, deve avaliar periodicamente que as políticas, métodos e procedimentos são adequados e comprovar que estão implantados efetivamente

Governança Corporativa da Função de Riscos

O modelo de governança está estruturado tanto numa visão de decisão, com foco na análise e aprovação de propostas e limites de crédito, como numa visão controle, com foco no controle integral de riscos.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Independência da função de riscos em relação a área de negócios;
- Envolvimento da direção nas tomadas de decisão; e
- Decisões colegiadas e consenso sobre operações de crédito.

O CER - Comitê Executivo de Riscos é o fórum de decisão local com a participação de membros da Comissão Executiva, entre eles o Diretor Presidente do Banco, o Vice-Presidente de Riscos. As principais atribuições deste comitê são:

- Acompanhar a evolução das carteiras de crédito e mercado;
- Decidir sobre propostas de crédito;
- Definir e acompanhar o cumprimento do apetite de risco;
- Definir as ações quanto às recomendações formuladas pelo regulador local e pela Auditoria Interna;
- Aprovar e autorizar as ferramentas de gestão, iniciativas de melhora, o seguimento de projetos e quaisquer outras atividades relevantes relacionadas com a gestão de riscos; e
- Aprovar as políticas de riscos assim como mudanças em políticas de riscos com impacto em receitas, margem ou despesas de provisão.

O CCR - Comitê de Controle de Riscos é o fórum de controle e acompanhamento local com representantes da gestão do Banco, entre eles o VPE de Riscos e o Vice-Presidente de Finanças. As principais atribuições deste comitê são:

- Realizar um seguimento integral e periódico de todos os riscos, comprovando se seu perfil encontra-se dentro do estabelecido no apetite de risco, Planejamento Estratégico Comercial e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração;
- Realizar um controle periódico independente das atividades de gestão de riscos;

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- Supervisionar as medidas adotadas, em matéria de riscos, para cumprir com as recomendações e indicações formuladas pelo regulador e auditoria local; e
- Proporcionar ao Conselho de Administração e à comissão executiva a informação e assistência que precisem em matéria de Os temas relevantes de gestão de riscos, ou aqueles que por ventura excedam a alçada destes Comitês, serão encaminhados e decididos pelo Conselho de Administração.



Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito fornece subsídios à definição de estratégias conforme o apetite de riscos, além de estabelecer limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma rentabilidade mínima adequados que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração.

A gestão de Riscos de Crédito é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados (com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (estandarizados):

- **Gestão Individualizada** - é executada por um analista de riscos definido, que prepara as análises, encaminha ao Comitê de Riscos e faz o acompanhamento da evolução do cliente. Abrange os clientes do segmento de Atacado: Corporate e Global Corporate Banking (doravante, GCB), instituições financeiras e determinadas empresas; e
- **Gestão Estandarizada** - voltada a pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. Baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisão e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco é caracterizado por uma diversificada distribuição geográfica e pela prevalência de operações bancárias varejistas. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliadas e consideradas na mensuração adequada de risco de crédito.

O risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, a classificação do risco em diferentes categorias, a concessão do crédito e as avaliações periódicas dos níveis de risco são procedimentos que corroboram na determinação dos volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com as normas vigentes e com a segurança devida.

As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

a) Modelos de Rating

O Banco usa modelos próprios de *score/rating* internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada *rating* está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, com a exceção de algumas carteiras conceituadas como *Low Default Portfólios* (baixa probabilidade de inadimplência) recorrendo-se a dados de mercado para prever a inadimplência. Os *scores/ratings* são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A frequência dessas novas avaliações é maior para os clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e também àqueles classificados como de acompanhamento

As ferramentas de qualificação Global são aquelas aplicadas aos segmentos de risco soberano, instituições financeiras e Clientes Globais do Atacado (GCB), com gestão centralizada no Banco. Essas ferramentas geram o *rating* de cada cliente, que é obtido a partir de um módulo automático ou quantitativo, com base em coeficientes de balanços patrimoniais ou variáveis macroeconômicas, complementados pelo julgamento do analista e são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente aperfeiçoadas.

No caso de empresas e instituições privadas de carteira, foi definida uma metodologia única para elaborar um *rating* em cada país, baseada nos mesmos módulos que os *ratings* anteriores: quantitativo ou automático (nesse caso analisando o comportamento de crédito de uma amostra de clientes em relação aos seus estados financeiros), qualitativo ou revisão feita pelo analista com ajustes finais.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Para clientes com gestão padronizada (estandarizada), tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, existem ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma nota ao cliente. Essas ferramentas são complementadas com modelos de performance, os quais permitem uma maior previsibilidade do risco assumido e que são usados para atividades preventivas e de comercialização.

b) Ciclo do Risco de Crédito

O processo de gestão de risco de crédito consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir sobre as exposições à qual as empresas do Conglomerado Santander estão submetidas. O ciclo de gestão de risco de crédito possui funções distintas para cada uma das três fases:

- Pré-venda: inclui os processos de planejamento, fixação de metas, análise de risco, definição do apetite de riscos, aprovação de novos produtos e processos de *rating* de crédito;
- Venda: trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e
- Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de

Este processo é acompanhado pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva do Banco que aprova as políticas e os procedimentos de riscos, os limites, as delegações de alçadas além de supervisionar a atuação da Vice-Presidência.



Planejamento e Limites de Risco

O limite de risco estabelece o interesse do Banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição do risco. É definido através do apetite ao risco aprovado pela direção do Conglomerado Santander e das unidades.

Como pré-requisitos para o planejamento estratégico do Banco são definidos limites de Apetite ao Risco. As métricas e os limites são aprovados pelo Comitê Executivo de Riscos, pelo Conselho de Administração, segundo a governança estabelecida no Marco Corporativo de Riscos do Banco Santander.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais.

Para os clientes GCB é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento *Corporate*, utiliza-se o modelo de limite operacional simplificado para clientes que cumprem determinados requisitos (conhecimento elevado, *rating*, entre outros).

No caso dos riscos estandarizados, os limites de risco são definidos através de ferramentas automáticas (aprovação massiva), que aplicam regras distintas de acordo com o produto, perfil de crédito e nota de risco do cliente e estão descritos no Planejamento Estratégico Comercial (PEC), que é um documento previamente acordado pela área Comercial e que contém os resultados esperados do negócio em termos de risco/retorno.

Análise de Risco

Consiste em examinar a capacidade da contraparte em fazer frente aos seus compromissos contratuais com o Banco e/ou Sociedades do Conglomerado Santander.

Através da análise de especialistas ou modelos estatísticos, é atribuído um *rating* interno que reflete a probabilidade de ocorrência da inadimplência.

Essa análise é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com maior periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizadas ou visitas do gerente ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora dos limites de crédito estabelecidos.

Tomada de Decisão sobre Propostas

Tem o objetivo de analisar e adotar resoluções, de acordo com as políticas pré-estabelecidas, levando em consideração o apetite de risco e quaisquer elementos da operação importantes para avaliar o risco e retorno.

O Banco Santander utiliza, entre outras, a metodologia Rentabilidade Ajustada ao Risco no Capital (RORAC) para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios, principalmente nos maiores Conglomerados (segmento atacado).

As operações do Varejo são liberadas a partir de limites aprovados via forma massificada ou através de procedimentos de exceção, que utilizam elementos julgamentais conforme alçadas pré-definidas.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Monitoramento de Risco

A detecção preventiva de deterioração da qualidade de crédito da operação é responsabilidade do gerente comercial em conjunto com o analista de riscos. Adicionalmente, é realizado o monitoramento dos riscos através de um processo de observação permanente para identificação antecipada de incidentes que possam decorrer na evolução das operações, dos Este monitoramento pode resultar na classificação do cliente em FEVE (Firmas em Vigilância Especial), que é um sistema que permite a diferenciação do nível de gestão e a ação a ser tomada caso a caso.

Estes clientes são revisados semestralmente ou a cada trimestre para casos de categorias mais graves. A classificação FEVE também pode decorrer da revisão realizada pela auditoria interna.

São utilizadas, no nível individual, rotinas diárias extraídas de sistemas específicos, com o objetivo de controlar a devida utilização dos limites concedidos. Neste mesmo nível, é feito controle da suficiência de garantias, por área centralizada de

No caso dos riscos no nível estandarizado, os indicadores-chave (concentração, perda de crédito e cumprimento de orçamento) são monitorados com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira em relação às projeções

A reavaliação do risco no nível cliente ocorre a partir do cálculo mensal da nota de risco através de modelos comportamentais, que podem considerar, por exemplo, variáveis referentes a atraso no pagamento e restrições externas.

São analisados indicadores para medir o desempenho e aderência das decisões tomadas, visando determinar possíveis ajustes nos níveis de alçadas delegadas.

Provisões

O Banco Santander constitui provisão de acordo com a legislação vigente do Bacen, de acordo com as Resoluções CMN 2.682/1999; 2.697/2000 e a Carta Circular do Bacen 2.899/2000, que classifica as operações de crédito por *rating* e determina o percentual mínimo de provisão requerido (Nota 8.e).

Recuperação

As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com os dias de atraso no pagamento e com os montantes em atraso e buscam sempre como a primeira alternativa, a recuperação do cliente. São utilizadas ferramentas como pontuação comportamental para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos, no intuito de diminuir custos e aumentar as

Os clientes com maior probabilidade de pagamento são classificados como baixo risco e os clientes com baixa probabilidade de pagamento são classificados como alto risco, determinando assim a intensidade da cobrança.

O foco está na manutenção de um saudável relacionamento com os clientes, por isso, as atuações dos canais de cobrança são definidas pelo “Mapa de Responsabilidade”, documento que utiliza o tempo de inadimplência versus o valor de risco, além de outras características utilizadas para compor a definição de estratégias.

O Banco utiliza cobranças específicas de acordo com o público conforme detalhamento a seguir:

- Equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos; e
- Escritórios externos especializados para cobrar, notificar e ajuizar clientes de alto risco. Esses escritórios são comissionados de acordo com percentuais preestabelecidos aplicados sobre os valores recuperados.

Venda de carteira de créditos inadimplentes é parte recorrente da estratégia de recuperação, nesse caso somente os direitos creditórios são vendidos, todos relacionamento e meios transacionais permanecem no Banco.

Vendas de Carteira de Créditos Inadimplidos

Com foco em operações em situação de prejuízo, são realizadas periodicamente através de processos de leilão competitivo ou bilateral, nos quais se avaliam as condições, características e preço de venda das carteiras que serão ofertadas para os investidores potenciais.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

O modelo de gerenciamento de capital implantado conta com uma estrutura adequada e bem definida, as ações adotadas são planejadas e contundentes, o que permite o controle seguro e eficiência do uso de capital.

Na estrutura estabelecida há segregação de funções por área especializada, sendo:

- Área de Riscos – que identifica, modela e controla os riscos;
- Área de Finanças – que controla, apura e reporta o consumo de capital; e
- Área de Gestão de Capital - incumbida de realizar o planejamento e a gestão do capital.

Todos os fluxos, cálculos e modelos envolvidos no gerenciamento de capital são auditados e validados internamente e seus resultados, reportados à Direção.

Já a estrutura do gerenciamento de riscos é pautada em três princípios básicos :

1. Segregação de Funções - a adequada gestão e o controle do Capital requer uma clara alocação de responsabilidades entre as distintas funções e unidades envolvidas tanto em nível local como corporativo, assim como da coordenação e colaboração entre as mesmas para a realização dos objetivos da Entidade e do Grupo.

2. Estrutura Organizacional - a estrutura organizacional local implicada na gestão do Capital deve ser consistente com a estrutura corporativa, sem prejuízo da aplicação do princípio de proporcionalidade.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

3. Decisões em Órgãos Colegiados - o estabelecimento de órgãos colegiados em matéria de Capital assegura o contraste de opiniões, evitando a atribuição de capacidades de decisão exclusivamente individuais, tanto em nível local, como

No Santander Brasil há um diretor responsável pelo gerenciamento de capital nomeado pelo Conselho de Administração; além disto contamos com uma política institucional de gestão de capital que serve como diretriz para o cálculo, gestão, controle e reporte de Capital; cumprindo com todos os requerimentos definidos para estrutura de gerenciamento de capital estabelecidos na Resolução do CMN 3.988/2011.

Outras Informações

(i) O processo de gerenciamento, acompanhamento e controle de capital é realizado tanto para o capital regulatório quanto econômico. A gestão de capital regulatório é baseada na análise da adequação dos níveis de capital através do índice de Basileia, utilizando os critérios definidos pelo Bacen. O objetivo é atingir uma estrutura de capital eficiente considerando os custos de capital, requerimentos regulatórios, objetivos de *rating* e retorno aos investidores.

(ii) Nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros são analisadas as condições e características das operações para a adequada avaliação e classificação quanto à gestão dos riscos e retenção dos benefícios.

(iii) Um maior detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos de crédito, está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Patrimônio de Referência

O gerenciamento de capital do Banco Santander é realizado tanto para o capital regulatório quanto para o capital econômico. A gestão de capital regulatório baseia-se na análise dos “ratios” de capital, usando critérios definidos pelo Bacen. O Banco Santander apresenta uma gestão de capital ativa incluindo securitizações, venda de ativos e carteiras, emissões de ações preferenciais e instrumentos híbridos. O modelo de avaliação de capital econômico visa garantir a disponibilidade de capital para suportar todos os riscos de sua atividade econômica nas diversas unidades de negócio em diferentes cenários, com os níveis de solvência acordados pelo Banco Santander.

Risco Socioambiental

Para ser o melhor Banco comercial e ganhar a confiança dos principais públicos de interesse, funcionários, clientes, acionistas e da sociedade, é imprescindível também ter uma sólida cultura de riscos, cujos princípios estão aglutinados sob a cultura de riscos do Santander, que se traduz em uma prioridade que apoia a evolução dos negócios a partir da promoção da

- Responsabilidade: o gerenciamento de riscos é responsabilidade de todos;
- Resiliência: o Banco deve ter a resiliência (prudência e flexibilidade) necessária para assegurar a sustentabilidade nos diferentes cenários;
- Desafio: o Banco deve questionar no dia a dia sobre tudo o que é feito por seus profissionais e perguntar se é a melhor forma de gerenciar os riscos;
- Simplicidade: o Banco fala de riscos fala de simplicidade e clareza; e
- Orientação para o cliente: todo o gerenciamento de riscos deve estar orientado para o cliente.

Para o Santander, o Risco Socioambiental está associado à concessão responsável do crédito e da gestão adequada dos impactos das atividades a organização. Da mesma forma, entende-se que o risco socioambiental é transversal aos demais riscos devendo ser gerenciado de forma efetiva e sistemática. A não observância dessa abordagem pode resultar em potenciais consequências diretas e indiretas, tais como: redução do fluxo de caixa, perda de ativos, risco de imagem, risco à saúde pública, perda de ecossistemas naturais, entre outros.

Dentro do contexto de um Banco responsável, o Bacen em 2014 lançou uma Resolução solicitando aos Bancos uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) dando diretrizes para as diversas frentes de atuação no qual se inclui o Gerenciamento do Risco Socioambiental.

Governança da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)

A PRSA estabelece os elementos centrais de governança para o tratamento adequado das questões socioambientais: a nomeação de um Diretor responsável pelo cumprimento da política, o acompanhamento da política por um Comitê nomeado pelo Conselho de Administração e o estabelecimento de um processo que estimula a melhoria contínua e promove a verificação de aderência às diretrizes estabelecidas na PRSA.

Em 2016 foram implantados um conjunto de instrumentos, fluxos de informações e instâncias de decisão que garantem o cumprimento da PRSA. Com isso, é possível:

- Garantir o envolvimento da Administração na tomada de decisão que envolva aspectos socioambientais considerados críticos (de alto grau de exposição ao risco socioambiental, de acordo com proporcionalidade e relevância);
- Garantir o fluxo de informações relevantes entre as áreas de interface com os temas da PRSA; e
- Delimitar papéis e responsabilidades quanto ao monitoramento, análise e melhoria contínua das ações.

Complementam os compromissos assumidos na PRSA, os presentes em outras políticas da organização, como por exemplo na Política Anticorrupção, Políticas de Relacionamento e Homologação de Fornecedores, Política de Direitos Humanos, Política de Investimento Social Privado e Políticas de Risco Socioambiental e a Política de Investimento Social Privado, que tem como objetivo orientar quanto à estratégia de Investimento Social Privado e apresentar diretrizes para a criação e manutenção de programas sociais que fortaleçam essa estratégia, de forma a concretizar sua contribuição para que as

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Política de Risco Socioambiental

Os aspectos sociais ou ambientais são considerados nas análises de risco nos negócios com clientes. Assim, a Política de Risco Socioambiental é aplicada para clientes do segmento Atacado que atuam em atividades econômicas listadas como sensíveis pelo Santander (vide quadro abaixo), com limites ou risco de crédito acima de R\$1 milhão. Ela estabelece as diretrizes para a análise de riscos e as oportunidades de negócios quanto aos fatores socioambientais, promovendo um alinhamento entre os princípios e valores de RSC - Responsabilidade Social Corporativa e os negócios do Banco Santander

Quadro: 14 setores de principal atenção de Risco Socioambiental

1	Prospecção, exploração de petróleo ou gás natural; distribuidor de combustível em geral e postos de combustíveis
2	Mineração
3	Metalurgia, siderurgia, ferro gusa e galvanoplastia
4	Madeira, serraria, desdobramento, movelaria e comércio
5	Geração, transmissão e distribuição de energia
6	Indústria em geral
7	Agricultura e pecuária em geral
8	Hospital e laboratório
9	Coleta, tratamento, reciclagem e disposição de resíduos sólidos doméstico, industrial e hospitalar
10	Transporte em geral, terminais, exceto de passageiros, e depósitos
11	Construção civil em geral
12	Construtora e incorporadora
13	Pesca e aquicultura
14	Uso da diversidade biológica, silvicultura e subprodutos florestais

Para o gerenciamento do risco, desenvolveu-se uma metodologia própria, que abrange:

- Análise de aspectos sociais e ambientais na aceitação de novos clientes do segmento Atacado, realizada pela área de
- Empresas do segmento Atacado (grandes e médias empresas) com risco e/ou limite de crédito acima de R\$1 milhão e que fazem parte dos setores aos quais damos especial atenção, devem responder ao Questionário Socioambiental (QSA), que analisa a postura do cliente sobre: disposição de resíduos sólidos; tratamento de efluentes líquidos; poluição do ar; segurança e saúde do trabalho; indícios de trabalho infantil ou escravo; dentre outros;
- O Santander Brasil emprega os Princípios do Equador, que estabelecem critérios socioambientais para financiamentos relacionados a projetos;
- O Santander Brasil vai além dos requisitos dos Princípios do Equador e também analisa sob a ótica socioambiental, projetos que normalmente não são elegíveis a esse procedimento. Em 2015, analisamos parques eólicos, usinas hidrelétricas, linhas de transmissão de energia, saneamento, dentre outros. Nos projetos que passaram pelas mãos da equipe socioambiental, que realizou verificação de autorizações e licenças ambientais, estudos socioambientais e procedimentos de gestão de meio ambiente e saúde e segurança. A partir dessa análise, foram propostas ações e condições contratuais para a mitigação dos riscos socioambientais associados.

Ao detectar problemas socioambientais, são apontadas soluções, incentivando a mudança de atitude. A decisão de recusar ou encerrar o relacionamento com o cliente só acontece quando as possibilidades são esgotadas sem sucesso. Isso é bom para o cliente, para a sociedade e para o Banco.

Risco Socioambiental no Varejo

No final de 2014, a área de Risco Socioambiental definiu um processo para aplicar critérios socioambientais nas análises de risco no segmento de Varejo, com foco em clientes considerados críticos. A experiência está em processo de implementação.

Gestão do Risco Socioambiental nas Atividades

Risco Hídrico

Em 2016, foi desenvolvida uma metodologia de análise de vulnerabilidade para a rede de agências em relação à escassez hídrica. Do total de agências do Banco, 13% foram consideradas críticas, ou seja, sujeitas a alto risco de continuidade de negócios em situações extremas de falta de água. Esta análise fundamentou planos estratégicos de contingência e

Gestão Socioambiental de Fornecedores

O relacionamento entre o Santander e seus fornecedores está respaldado pelas diretrizes do Pacto Global - iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para adoção de práticas mundialmente aceitas em temas como direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, do qual é signatário desde 2007. Estas diretrizes estão presentes no processo de concorrência, homologação e contratação.

Durante o processo de homologação, os fornecedores são avaliados em aspectos técnicos, administrativos, legais e socioambientais, e para 100% dos fornecedores considerados críticos, o Banco possui um Índice de Qualificação de Fornecedores (IQF). Na formalização da prestação de um serviço ou aquisição de um bem, o Banco utiliza contratos que possuem cláusulas de responsabilidade socioambiental alinhadas às diretrizes do Pacto Global.

E 2016, o Banco implantou o Marco Corporativo de Acordos com Terceiros e Controle de Fornecedores, que estabelece diretrizes que regulam a relação das entidades do Grupo com os fornecedores, com objetivo de mitigar os riscos inerentes ao negócio, desde o processo de contratação e/ou terceirização de serviços, bem como durante a vigência do contrato. Considera riscos como: Tecnológicos e Operacionais, Reputacionais, Legais, Compliance, Sustentabilidade, entre outros.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Educação Financeira

O Banco conta com iniciativas de educação financeira específicas para funcionários, clientes, acionistas e sociedade com o objetivo de elevar o nível de conhecimento dos nossos públicos sobre os produtos do Banco de forma que possam tomar decisões com segurança. Estas ações contribuem paralelamente com a constante melhoria da nossa carteira de clientes e são realizadas em linha com a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

Função Controle de Risco

Tanto na corporação, como em toda unidade, existe uma área responsável pelo controle de riscos, que proporcionará uma visão consolidada dos riscos da entidade e apresentará a necessária análise crítica dos mesmos.

A função de controle prevê assegurar que a entidade não se exponha a perdas que possam prejudicar sua solvência. Para isso, além de zelar pelo controle efetivo dos riscos e assegurar que os mesmos são gerenciados de acordo com o nível de apetite de risco definido pela direção do Conglomerado Santander, deverá realizar uma revisão sistemática das exposições aos diferentes riscos, comprovando que os níveis de riscos assumidos cumprem com os objetivos e limites fixados.

Dentro da Instituição existe uma área responsável por acompanhar as métricas que delimitam o apetite ao risco, proporcionando uma visão consolidada dos riscos da entidade.

A área possui a função de assegurar que a entidade não se exponha a perdas que possam prejudicar sua solvência. São realizados controles do apetite ao risco e, esses controles estão alinhados e aprovados conforme a governança estabelecida, assim cumprindo com os objetivos e limites fixados.

37. Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

a) Formação de Parceria com o Grupo Hyundai no Brasil

No dia 28 de abril de 2016, a Aymoré CFI e o Banco Santander celebraram documentos para a formação de uma parceria com a Hyundai Motor Brasil Montadora de Automóveis Ltda. (Hyundai Motor Brasil) e Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) para constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e de uma corretora de seguros para o fornecimento, respectivamente, de produtos e serviços financeiros para o financiamento de automóveis e de corretagem de seguros, para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil. A estrutura de capital da parceria terá uma participação acionária de 50% da Aymoré CFI, 25% da Hyundai Capital e 25% da Hyundai Motor Brasil. A implementação da operação está sujeita ao cumprimento das condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias

b) Acordo para a Aquisição, de parte das Operações Financeiras do Grupo PSA no Brasil e a consequente criação de uma Joint Venture

No dia 1 de agosto de 2016, após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, incluindo a obtenção das devidas autorizações regulatórias, a Aymoré CFI e o Banco Santander, no contexto da parceria firmada entre o Banque PSA Finance ("Banque PSA") e o Santander Consumer Finance na Europa para operação conjunta dos negócios de financiamento de veículos das marcas PSA (Peugeot, Citroën e DS), assinaram documentos definitivos para a formação de uma cooperação financeira com o Banque PSA para a oferta de uma gama de produtos e serviços financeiros e securitários aos consumidores e concessionários das marcas PSA no Brasil.

O principal veículo da cooperação financeira é o Banco PSA que está detido na proporção de 50% pela Aymoré CFI, subsidiária do Banco Santander, e 50% pelo Banque PSA. O preço de aquisição foi igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento (1 de agosto de 2016). A operação englobou ainda a aquisição, por meio de subsidiárias do Banco Santander, de 100% da Santander Finance Arrendamento Mercantil, cujo preço foi equivalente a 74% do valor patrimonial na data de fechamento, e, ainda, de 50% da PSA Corretora de Seguros., cujo preço foi igual ao valor patrimonial (proporcional)

O Banco Santander passou a consolidar estas sociedades a partir de 1 de agosto de 2016.

c) Investimento na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. ("Super Pagamentos")

Em 3 de outubro de 2014, a Aymoré CFI assinou um acordo de investimento ("Acordo") no qual se comprometeu a realizar um investimento na Super Pagamentos, que resultaria na subscrição e integralização de novas ações de emissão da Super Pagamentos correspondentes a 50% do seu capital total e votante.

O fechamento da operação ocorreu em 12 de dezembro de 2014 e estava condicionado à conclusão de algumas condições precedentes previstas no Acordo, inclusive a aprovação prévia do Bacen (obtida em 2 de dezembro de 2014). A Aymoré CFI subscreveu e integralizou o capital social da Super Pagamentos em R\$31.128, mediante a emissão de 20 milhões de novas

Em 4 de janeiro de 2016, a Aymoré CFI comunicou aos acionistas detentores das ações representativas dos 50% remanescentes do capital social votante da Super Pagamentos sua decisão de exercer a opção de compra de tais ações, pelo valor de aproximadamente R\$113 milhões. A transação foi concluída em 10 de março de 2016.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Venda da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.

Em 19 de junho de 2014, foram assinados os documentos preliminares contendo os principais termos e condições da operação de venda do negócio de custódia qualificada, atualmente desempenhado pelo Banco Santander, e da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.

Em 31 de agosto de 2015 foi concluída a operação de venda do negócio de custódia qualificada, com a alienação da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. à Santander Securities Services Brasil Participações S.A., controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha, no valor de R\$859 milhões.

A operação gerou um ganho de R\$750.550 antes dos impostos, registrado na rubrica "resultado não operacional".

A operação está inserida no contexto de uma negociação global do negócio de custódia, que envolve, além do Brasil, a atividade de custódia qualificada na Espanha e no México.

e) Outros Movimentos Societários

Também foram realizados os seguintes atos societários:

- Em 30 de dezembro de 2016, foi aprovado, em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Webmotors S.A., a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Virtual Motors pela Webmotors S.A, de forma que a Webmotors S.A. recebeu, pelo seu valor contábil, com base no balanço levantado em 30 de novembro de 2016, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Virtual Motors, com extinção da Virtual Motors, e que será sucedida pela Webmotors S.A. em todos os seus direitos e obrigações.
- Em 14 de julho de 2016, foi concluída a transação de venda de 100% das quotas representativas do capital social da Mantig pelo Banco Santander e pela Santander Participações para a Angra Ventures Participações Ltda.

38. Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$34.251.930 (31/12/2015 - R\$39.899.151) no Banco e R\$35.063.909 (31/12/2015 - R\$40.408.776) no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$1.533.620 (31/12/2015 - R\$2.542.286) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R\$158.734.033 (31/12/2015 - R\$130.345.248) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros com vigência em 31 de dezembro de 2016, na modalidade global de bancos, incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R\$876.519 (31/12/2015 - R\$998.255) no Banco e R\$885.043 (31/12/2015 - R\$1.004.750) no Consolidado e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura no valor de R\$148.499 (31/12/2015 - R\$296.999) no Banco e Consolidado, podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não

d) Os saldos relativos às operações vinculadas eram:

	Banco/Consolidado			
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	(Despesas)
		01/01 a		01/01 a
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
Operações Ativas Vinculadas				
Operações de Crédito	-	170	10.156	1.332
Obrigações por Operações Ativas Vinculadas				
Depósitos	-	(170)	(10.156)	(1.332)
Resultado Líquido		-		-

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto a contraparte.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Outros Compromissos - o Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional.

Total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis:

	31/12/2016	31/12/2015
Até 1 Ano	646.804	640.132
Entre 1 a 5 Anos	1.789.670	1.873.889
Mais de 5 Anos	496.802	685.090
Total	2.933.276	3.199.111

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$1.013 (31/12/2015 - R\$696) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas no exercício de 2016, foram no valor de R\$663.801 (2015 - R\$659.332). Os contratos de alugueis serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) No contexto da operação de incorporação da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet H.U.A.H. S.A.) pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.), o Banco Santander outorgou aos sócios da Getnet H.U.A.H. S.A. uma opção de venda tendo por objeto todas as ações de emissão da Getnet H.U.A.H. S.A. por eles detidas, equivalentes a 11,5% do capital total desta empresa. Considerando as condições para o exercício da opção de venda, não foi registrada nenhuma obrigação correspondente.

h) No contexto da operação de Acordo de Investimento entre o Banco Santander e Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso), foram outorgados entres as instituições uma opção de venda (direito do Banco Bonsucesso de venda) e de compra (direito do Banco Santander de aquisição), tendo por objeto todas as ações de emissão do Banco Bonsucesso por eles detidas, equivalentes a 40,0% do capital total desta empresa. Considerando as condições para o exercício da opção de venda, não foi registrada nenhuma obrigação correspondente.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia, até o nível de Pessoa Física (em unidades)

Banco Santander (Brasil) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

Data base: 31/12/2016

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON	%	PN	%	Total	%
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾ - CNPJ nº 06.164.067/0001-48	1.107.672.851	28,76	1.019.645.325	27,47	2.127.318.176	28,13
Sterrebeeck BV ⁽¹⁾ - CNPJ nº 09.473.556/0001-70	1.809.583.330	46,99	1.733.643.596	46,70	3.543.226.926	46,85
Santander Insurance Holding, S.L. ⁽¹⁾ - CNPJ nº 10.697.131/0001-23	3.757.521	0,10	178.930	-	3.936.451	0,05
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	518.206.810	13,46	519.089.238	13,98	1.037.296.048	13,72
Qatar Holding, LLC	207.811.670	5,40	207.811.670	5,60	415.623.340	5,50
Funcionários (*)	3.915.021	0,10	3.929.105	0,11	7.844.126	0,10
Outros	174.237.588	4,52	202.027.916	5,45	376.265.504	4,97
Total	3.825.184.791	99,33	3.686.325.780	99,31	7.511.510.571	99,32
Ações em Tesouraria	25.785.923	0,67	25.785.923	0,69	51.571.846	0,68
Total	3.850.970.714	100,00	3.712.111.703	100,00	7.563.082.417	100,00
Free Float ⁽²⁾	385.964.279	10,02	413.768.691	11,15	799.732.970	10,57

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários, Qatar Holding e Outros

(*) Inclui membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva que individualmente não detêm 1% ou mais de qualquer classe de ação.

Grupo Empresarial Santander, S.L.

CNPJ nº 06.164.067/0001-48

Data base: 31/12/2016

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON	%	PN	%	Total	%
Banco Santander, S.A. (*)	468.793.507	99,10	0	0,00	468.793.507	99,10
Santander Investment, S.A.	1.787.400	0,38	0	0,00	1.787.400	0,38
Santander Investment I, S.A.	2.442.373	0,52	0	0,00	2.442.373	0,52
Total	473.023.280	100,00	0	0,00	473.023.280	100,00

Sterrebeeck BV

CNPJ nº 09.473.556/0001-70

Data base: 31/12/2016

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON	%	PN	%	Total	%
Banco Santander, S.A. (*)	2.639.306	100,00	0	0,00	2.639.306	100,00
Total	2.639.306	100,00	0	0,00	2.639.306	100,00

(*) Empresa com sede no exterior.

Santander Insurance Holding, S.L.

CNPJ nº 10.697.131/0001-23

Data base: 31/12/2016

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON	%	PN	%	Total	%
Banco Santander, S.A. (*)	38.973.100	100,00	0	0,00	38.973.100	100,00
Santander AM Holding, S.L.	2.000	0,00	0	0,00	2.000	0,00
Total	38.975.100	100,00	0	0,00	38.975.100	100,00

(*) Empresa com sede no exterior.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Banco Santander, S.A.

Data base: 31/12/2016

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON %	PN %	Total %
Chase Nominees Limited ⁽¹⁾	4,69	0,00	4,69
Clearstream Banking S.A. ⁽⁴⁾	3,48	0,00	3,48
EC Nominees LTD ⁽³⁾	3,32	0,00	3,32
Societe Generale ⁽⁵⁾	3,29	0,00	3,29
State Street Bank and Trust Company ^{(2) (6) (7)}	11,68	0,00	11,68
The Bank of New York Mellon S.A. NV ⁽³⁾	4,38	0,00	4,38
Outros ⁽⁷⁾	69,16	0,00	69,16
Total	100,00	0,00	100,00

(1) Empresa com sede no Reino Unido.

(2) Empresa com sede nos Estados Unidos.

(3) Empresa com sede na Bélgica.

(4) Empresa com sede em Luxemburgo.

(5) Empresa com sede na França.

(6) Sem participação na administração ou no controle do Banco Santander, S.A.

(7) Inclui membros do Conselho de Administração e da Diretoria que individualmente não detém mais de 1% ou mais de qualquer classe de ações.

O Banco Santander, S.A. é instituição financeira de capital aberto, com sede na Espanha, tendo suas ações negociadas em bolsas de valores. Seu capital encontra-se disperso, sendo que em 30 de setembro de 2016 nenhum acionista possuía participações significativas. Ou seja, não há nenhum acionista detentor individualmente de mais de 3% do capital social do Banco Santander, S.A. Conforme mencionado no quadro acima, consta nos registros de participações acionárias do Banco Santander, S.A. as participações de Soci  t   G  n  rale, de 3,29%; The Bank of New York Mellon, de 4,38%; Chase Nominees Limited, de 4,69% e State Street Bank & Trust Company de 11,68%, Clearstream Banking S.A. de 3,48% e EC Nominees LTD de 3,32%. Entretanto tal participa  o n  o    detida individualmente por uma   nica pessoa, e sim, a participa  o total dos acionistas representados por esta institui  o.

b) Posi  o dos Controladores, Administradores e a  es em circula  o (em unidades)

POSI��O ACION��RIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E A��ES EM CIRCULA��O Posi��o em 31/12/2016						
Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
Controlador	3.439.220.512	89,31	3.272.557.089	88,16	6.711.777.601	88,74
Administradores						
- Conselho de Administra��o	655.772	0,02	655.768	0,02	1.311.540	0,02
- Diretoria	3.068.862	0,08	3.068.863	0,08	6.137.725	0,08
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
A��es em Tesouraria	25.785.923	0,67	25.785.923	0,69	51.571.846	0,68
Outros Acionistas	382.239.645	9,92	410.044.060	11,05	792.283.705	10,48
Total	3.850.970.714	100,00	3.712.111.703	100,00	7.563.082.417	100,00
A��es em Circula��o	382.239.645	9,92	410.044.060	11,05	792.283.705	10,48

A Companhia n  o possui Conselho Fiscal instalado.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2016**

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander ("Santander"), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atua como único por intermédio da instituição líder, Banco Santander (Brasil) S.A. para todas as instituições que compõem o Conglomerado, inclusive a sociedade de capitalização e a entidade aberta de previdência complementar.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no endereço www.ri.santander.com.br, assessora o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente e na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, recomenda a correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgado necessário.

O Comitê de Auditoria é composto por três membros independentes, eleitos na Reunião do Conselho de Administração de 22 de março de 2016. O Coordenador também atua como membro efetivo eleito, do Comitê de Riscos do Conselho de Administração e como convidado no Comitê de Aprovação de Produtos e no Comitê de Ética e Compliance.

As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos operacionais. Atua através de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises, a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entende necessários. O relatório semestral das atividades e as atas das reuniões são regularmente enviadas ao Conselho de Administração, com o qual reuniu-se em diversas ocasiões no segundo semestre de 2016.

O Comitê de Auditoria também acompanha e atua sobre os resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas mantendo durante o semestre, reuniões específicas com representantes do Banco Central do Brasil.

No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I. Demonstrações Financeiras

BrGaap - O Comitê de Auditoria procedeu à análise das demonstrações financeiras das instituições, sociedade de capitalização e de previdência complementar que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro Santander, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do fechamento dos resultados do semestre e do exercício findos em 31 de dezembro de 2016, reunindo-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela Controladoria e elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação. Acompanhou ainda, a elaboração do Relatório da Administração e das respectivas notas explicativas, relativas ao Conglomerado Santander, referentes ao mesmo período.

II. Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com representantes da Vice Presidência Executiva de Riscos, da Diretoria de Compliance, Vice Presidência Executiva de Meios, Tecnologia e Operações principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e infraestrutura de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento relativos às denúncias recebidas pelo Canal Aberto (antigo Canal de Denúncias) e pela Superintendência de Ocorrências Especiais. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções 2.554/1998, 3198/2004 e 3.380/2006 do Conselho Monetário Nacional (CMN), Lei Sarbanes Oxley-SOX e a Circular 249/2004 da Superintendência de Seguros Privados (Susep), esta última em razão da Santander Capitalização S/A e da Evidence Previdência Privada, relacionadas à gestão eficaz do sistema de controles internos direcionados à prevenção e redução dos eventos de riscos e perdas operacionais.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2016**

III. Auditoria Interna - Reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2016; nestas reuniões, o Comitê de Auditoria apreciou o planejamento e o programa de trabalho da Auditoria Interna para 2016, verificou os trabalhos executados, os relatórios emitidos, conclusões e recomendações, dando destaque ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas onde os controles foram considerados como “A melhorar” ou “Insatisfatório”. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria. Em 14.12.2016, realizou a avaliação semestral de desempenho da Auditoria Interna, cujo resultado foi apresentado e discutido com o Diretor Executivo de Auditoria Interna.

IV. Auditoria Independente - Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes (“PwC”), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo semestre de 2016. Nessas reuniões tiveram destaque as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do segundo semestre e do exercício findos em 31.12.2016, as práticas contábeis, o plano de continuidade de negócios e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela “PwC” para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência.

V. Ouvidoria - Em decorrência da Resolução CMN 4.433/15 e Resolução 279/13 da SUSEP, que dispõem sobre as Ouvidorias em Instituições Financeiras, Sociedades de Capitalização e Previdência Privada, foram executados trabalhos específicos no segundo semestre de 2016, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria que os discutiu e avaliou. O correspondente relatório exigido pela Resolução CMN 3.849/2010, a ser encaminhado ao Banco Central do Brasil, será apreciado em reunião agendada para fevereiro de 2017.

VI. Outras Atividades - Além das atividades acima descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Santander, aprofundando suas análises; destaque para as reuniões com as seguintes áreas:

- Jurídico Contencioso: atualização da situação e mensuração das contingências cíveis, trabalhistas e fiscais e seu tratamento contábil, com destaque para os maiores litígios;
- Diretoria de Compliance: Indicadores da área, Código de Ética e controle das transações com partes relacionadas, aspectos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) e Lei Anticorrupção;
- Vice Presidência de Finanças: processos para implantação dos requerimentos de Basiléia, Relações com Investidores, além da análise e acompanhamento das demonstrações financeiras e notas explicativas;
- Vice Presidência Executiva de Riscos: atualização dos processos de gestão de risco de crédito com foco nos critérios de avaliação, acompanhamento e provisionamento e atualização sobre indicadores de riscos em geral, gestão de risco de liquidez, juros, câmbio e capital;
- Tecnologia da Informação: acompanhamento de apontamentos de auditoria;
- Previdência Privada: atualização sobre a situação financeira dos Fundos e acompanhamento sobre processos legais;
- Agronegócios: acompanhamento de autuação feita pelo IBAMA;
- Diretoria Fiscal e Normas: revisão periódica dos processos de negociação com partes relacionadas.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados com as atividades do mesmo e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2016****Conclusão**

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são adequados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A.

Comitê de Auditoria

São Paulo, 24 de janeiro de 2017

René Luiz Grande - Coordenador

Elidie Palma Bifano

Luiz Carlos Nannini - Especialista Financeiro

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas Explicativas 3i e 8)

Porque é um PAA

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Dessa forma, essa área foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. As provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas levando-se em consideração as normas regulamentares do Banco Central do Brasil - BACEN, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN 2.682, e são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de ratings (classificação de risco) de crédito. Da mesma forma, consideram a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisões.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Procedemos ao entendimento e a testes dos controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: Aprovação da política de crédito; Análise de crédito; Concessão de crédito e operações renegociadas; Atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; Processamento e contabilização das provisões; Reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e Elaboração das notas explicativas.

Efetuamos, também, testes a fim de observar a integridade e completude da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Reconhecimento e valor recuperável do crédito tributário (Notas Explicativas 3s, 3t e 11)

Porque é um PAA

O crédito tributário decorrente de diferenças temporárias na base de cálculo dos tributos, bem como de prejuízos fiscais, é reconhecido contabilmente na medida em que haja expectativa de lucros tributáveis futuros para realização do mesmo.

A expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração, incluindo utilização de premissas.

Considerando a subjetividade inerente a esse processo, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realizamos o entendimento e testamos os controles internos relevantes que envolvem a apuração dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias e prejuízos fiscais, bem como das estimativas do valor recuperável desses créditos tributários, de acordo com as normas aplicáveis do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

Obtivemos entendimento quanto às premissas críticas incluídas nas projeções de resultados e, com o auxílio de nossos especialistas em avaliação de empresas, comparamos com dados macroeconômicos disponíveis e informações históricas e prospectivas do Banco em seus aspectos mais relevantes.

Aplicamos testes para confirmar a natureza e os montantes das diferenças temporárias e prejuízos fiscais passíveis de serem deduzidos das bases de tributos futuros com o auxílio de nossos especialistas na área tributária.

Discutimos com a Administração e com o Comitê de Auditoria e confirmamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização do crédito tributário pelos órgãos adequados da Administração.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação dos créditos tributários são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Provisões para passivos contingentes (Notas Explicativas 3q e 23)

Porque é um PAA

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração do Banco. Nas circunstâncias, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Obtivemos o entendimento e testamos os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos e as divulgações em notas explicativas, que entre outros, também considerou, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, a completude das informações e o valor correto das provisões.

Com o apoio de nossos especialistas, analisamos a razoabilidade do prognóstico de perda das causas mais significativas de natureza tributária, trabalhista e cíveis.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para passivos contingentes são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Planos de benefício pós emprego (Notas Explicativas 3n e 35)

Porque é um PAA

O Banco tem planos de benefício pós emprego com característica de benefício definido, decorrentes de planos existentes em instituições adquiridas em exercícios anteriores, cujos valores são relevantes no contexto das demonstrações financeiras e envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e a determinação de premissas com elevado grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto, de inflação e de mortalidade.

Essa foi uma área de foco em nossa auditoria, pois alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas aos planos de benefício definido. Adicionalmente, a determinação das premissas envolve um relevante grau de julgamento da Administração.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Procedemos ao entendimento e testes dos controles internos relevantes que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes dos planos de benefícios pós emprego. Entre outros, consideramos os controles relacionados à completude e adequação das bases de dados, à existência e valor correto dos ativos dos planos de benefício e os de aprovação das premissas consideradas nos cálculos atuariais.

Com o auxílio de nossos especialistas atuários entendemos as metodologias e os julgamentos utilizados pela Administração na determinação das premissas aplicadas no cálculo das obrigações em comparação com os parâmetros de mercado.

Em base amostral, reexecutamos cálculos atuariais efetuados pelos atuários externos, considerando as premissas adotadas nos cálculos. Também, em base amostral, realizamos testes de existência e de recálculo do valor justo dos ativos dos planos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para planos de benefícios pós emprego são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros e derivativos com pouca liquidez e sem mercado ativo (Notas Explicativas 3g, 3h e 6)

Porque é um PAA

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi considerada uma área de foco em nossa auditoria devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras e o envolvimento de elevado nível de julgamento por parte da Administração, uma vez que dependem de técnicas de avaliação realizadas por meio de modelos internos baseados em determinadas premissas para valorização de instrumentos com pouca liquidez e sem mercado ativo e/ou dados observáveis. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por aplicações em títulos emitidos por empresas e contratos de derivativos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realizamos o entendimento e testes dos controles internos relevantes que envolvem a mensuração, reconhecimento e divulgação do valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos.

Com o auxílio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, entendemos as metodologias de cálculo para precificação, analisamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Administração nas construções de curvas e modelos internos de precificação, bem como analisamos o alinhamento destas premissas e destes modelos com as práticas utilizadas de mercado.

Efetuamos testes independentes de valorização de determinadas operações, selecionadas em base amostral.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros e derivativos são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação (Nota Explicativa 36)

Porque é um PAA

O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente de tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia de informação, associados a deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles

compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco, incluindo gestão de acessos, tratamento de incidentes, segregação de função e aspectos de cyber security.

Com o resultado desses trabalhos, determinamos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia, associados aos controles compensatórios e testes realizados, proporcionaram uma base razoável para o resultado de nossa auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das cifras comparativas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas mencionadas no primeiro parágrafo incluem, para fins de comparação, informações contábeis correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do exercício findo nessa data, obtidas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas daquele exercício, reclassificadas pelo ajuste descrito na Nota 3(d). O exame dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 24 de janeiro de 2017, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento

profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de janeiro de 2017.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei de Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e demais regulamentação e legislação aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de Dezembro de 2016:

Diretor Presidente
Sergio Agapito Lires Rial

Diretores Vice-Presidente Executivos Sênior
Conrado Engel
José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores
Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos
Alexandre Silva D'Ambrósio
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Rey de Vicente
Jean Pierre Dupui
João Guilherme de Andrade So Consiglio
Juan Sebastian Moreno Blanco
Manoel Marcos Madureira
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores Executivos
Jose Alberto Zamorano Hernandez
José Roberto Machado Filho
Maria Eugênia Andrade Lopez Santos

Diretores sem Designação Específica
Alexandre Grossmann Zancani
Amancio Acúrcio Gouveia
Ana Paula Nader Alfaya
André de Carvalho Novaes
Cassio Schmitt
Cassius Schymura
Ede Ilson Viani
Felipe Pires Guerra de Carvalho
Flávio Tavares Valadão
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Igor Mario Puga (*)
Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marcelo Malanga
Marcelo Zerbinatti
Marcio Aurelio de Nobrega
Marino Alexandre Calheiros Aguiar
Mário Adolfo Libert Westphalen
Nilton Sergio Silveira Carvalho
Rafael Bello Noya
Ramón Sanchez Díez
Reginaldo Antonio Ribeiro
Roberto de Oliveira Campos Neto
Robson de Souza Rezende
Ronaldo Wagner Rondinelli
Sérgio Gonçalves
Thomas Gregor Ilg
Ulisses Gomes Guimarães

(*) Pendente de homologação pelo Bacen.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander a qual inclui o Relatório dos Auditores Independentes, relativo às Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei de Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e demais regulamentação e legislação aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de Dezembro de 2016:

Diretor Presidente
Sergio Agapito Lires Rial

Diretores Vice-Presidente Executivos Sênior
Conrado Engel
José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores
Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos
Alexandre Silva D"Ambrósio
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Rey de Vicente
Jean Pierre Dupui
João Guilherme de Andrade So Consiglio
Juan Sebastian Moreno Blanco
Manoel Marcos Madureira
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores Executivos
Jose Alberto Zamorano Hernandez
José Roberto Machado Filho
Maria Eugênia Andrade Lopez Santos

Diretores sem Designação Específica
Alexandre Grossmann Zancani
Amancio Acúrcio Gouveia
Ana Paula Nader Alfaya
André de Carvalho Novaes
Cassio Schmitt
Cassius Schymura
Ede Ilson Viani
Felipe Pires Guerra de Carvalho
Flávio Tavares Valadão
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Igor Mario Puga (*)
Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marcelo Malanga
Marcelo Zerbinatti
Marcio Aurelio de Nobrega
Marino Alexandre Calheiros Aguiar
Mário Adolfo Libert Westphalen
Nilton Sergio Silveira Carvalho
Rafael Bello Noya
Ramón Sanchez Díez
Reginaldo Antonio Ribeiro
Roberto de Oliveira Campos Neto
Robson de Souza Rezende
Ronaldo Wagner Rondinelli
Sérgio Gonçalves
Thomas Gregor Ilg

Ulisses Gomes Guimarães

(*) Pendente de homologação pelo Bacen.